

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS - NÍVEL DOUTORADO  
LINHA DE PESQUISA: TERRITÓRIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA**

**RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO**

**Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território  
turístico**

**FOZ DO IGUAÇU-PR  
2022**

**RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO**

**Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território turístico**

Tese apresentada Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu/PR, para a obtenção do título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. José Carlos dos Santos

**FOZ DO IGUAÇU – PR  
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Carvalho, Rita de Cassia Pereira de  
Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território turístico / Rita de Cassia Pereira de Carvalho; orientador José Carlos dos Santos. -- Foz do Iguaçu, 2022.  
191 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2022.

1. Território. 2. Turismo. 3. Delta do Parnaíba. 4. Conflitos. I. Santos, José Carlos dos, orient. II. Título.

CARVALHO, Rita de Cassia Pereira de Carvalho. **Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território turístico.** 190f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: José Carlos dos Santos. Foz do Iguaçu, 2022.

Aprovado em: 20 de setembro de 2022.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Carlos dos Santos – Orientador  
UNIOESTE

---

Prof. Dr. Valdir Gregory – Membro interno  
UNIOESTE

---

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani – Membro externo  
UFMS

---

Prof. Dr. Astor Weber – Membro externo  
UNESPAR

---

Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda – Membro externo  
CEFET-RJ

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, a possibilidade de compreender as coisas da melhor forma possível e entender certas dores. A minha família pelos valores ensinados, o apoio, o suporte e a compreensão pela distância necessária para a conclusão do período de doutorado.

À Vania Maria da Costa Valle e Fátima Ruiz de Oliva, assistentes do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras, por serem tão solícitas, gentis, e por estarem sempre dispostas a ajudar durante estes quatro anos de trabalho.

A CAPES pela concessão da bolsa para subsidiar a pesquisa.

Agradecimento especial ao professor José Carlos dos Santos pela orientação pontual da tese.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, prof. Dr. Oscar Nihei Kenji, prof. Dr. José Carlos dos Santos, prof. Dr. Milton Mariani, prof. Dr. Valdir Gregory, prof. Dr. Astor Weber e prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda agradeço a todas as considerações valiosas para a construção da tese.

Agradeço, especialmente, ao prof. Dr. Mauro Cury pela orientação e amizade, compreensão durante a tese.

A Fouchard Louis por todo o apoio e paciência diária, que foram fundamentais para me manter firme mesmo quando não era possível suportar.

Aos meus amigos do Piauí pelo apoio em todos os momentos e se fazerem presentes apesar da distância e, em especial a Claudinha, nosso eterno pequeno ser, que se fez presente e refletida na escrita. A amizade construída através de um artigo com as queridas Lívia e Gláucia, pelo convívio, suporte e compartilhamento dores e alegrias.

Agradeço aos sujeitos da APA Delta do Parnaíba que aceitaram participar da pesquisa.

CARVALHO, Rita de Cassia Pereira de. **Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território turístico**. 2022. 190f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

As possibilidades para o entendimento sobre o território e as territorialidades contribuem para a compreensão das relações que acontecem na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, e que são permeadas pelos conceitos de território, paisagem e territorialidades. A pesquisa se refere as relações entre as agências de turismo e as comunidades da APA Delta do Parnaíba, unidade de conservação federal localizada nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, abrangendo 10 municípios a saber: Paulino Neves, Água Doce do Maranhão, Tutoia, Araioses, Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Chaval e Barroquinha. As subjetividades entre o sujeito e o objeto de estudo permitem compreender como acontecem as relações nesse território em sua diversidade. Assim, o objetivo geral é analisar as relações de território e territorialidades entre as comunidades/associações e as agências de turismo na APA Delta do Parnaíba. A metodologia determinada é fundamentada pelo método qualitativo para entender o significado que os indivíduos atribuem às interferências provocadas pela atividade do turismo. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são as comunidades, as agências de turismo receptoras e professores da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Os dados foram coletados através de entrevistas, uma roda de conversa e a análise de um estudo de caso. A partir da descrição e análise nas categorias território, comunidade e turismo, conforme explicado por Bardin (2011). Os resultados nos apresentam que as agências de turismo ainda não possuem relação efetiva recíproca com as comunidades, o que deve ser estimulado com o engajamento comunitária para o fomento de novos arranjos produtivos locais direcionados para o turismo. Fontes e narrativas descrevem que comunidades se mantem estagnadas à espera de ações que possam prover melhorias na qualidade de vida, quando direcionadas também à exploração dos recursos naturais da APA. Neste interim, conservam hábitos tradicionais de trabalhos artesanais, pesca e cata de caranguejos, agricultura e criatório de animais para subsistência. As mudanças no território, no entanto, causam conflitos e revelam níveis de realidade até então não visíveis, como a propriedade do solo, as edificações de parque eólicos, resorts, acessos urbanizados, iluminação pública, hotéis e pousadas. Um cenário novo que perturba o ambiente, cria reterritorialidades e, portanto, conflitos. A reterritorialidade enfrenta o desafio de repensar o refúgio humano, da fauna e flora. Observa-se que uma antropia que está em processo, envolvendo meio ambiente, recursos naturais, trabalho transformativo, normas, apreendimentos. Um processo multicultural, e que envolve igualmente múltiplos interesses em um jogo de poder.

**Palavras-chave:** Território; territorialidade; turismo; APA Delta do Parnaíba; conflitos.

CARVALHO, Rita de Cassia Pereira de Carvalho. Views on Parnaíba Delta: conflicts in the construction of a tourist territory. 2022. 190f. Thesis (Doctorate in Society, Culture and Borders) – State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

## ABSTRACT

The possibilities for understanding the territory and territorialities contribute to the understanding of the relationships that take place in the Parnaíba Delta Environmental Protection Area (APA), which are permeated by the concepts of territory, landscape and territoriality. The research refers to the relationships between tourism agencies and the communities of the APA Delta do Parnaíba, a federal conservation unit located in the states of Maranhão, Piauí and Ceará, covering 10 municipalities, namely: Paulino Neves, Água Doce do Maranhão, Tutoia, Araióses, Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Chaval and Barroquinha. The subjectivities between the subject and the object of study make it possible to understand how relationships occur in this territory in its diversity. Thus, the general objective is to analyze the relations of territory and territoriality between communities/associations and tourism agencies in the APA Delta do Parnaíba. The determined methodology is based on the qualitative method to understand the meaning that individuals attribute to the interference caused by tourism activity. The subjects involved in the research are the communities, receptive tourism agencies and professors at the Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Data were collected through interviews, a conversation circle and the analysis of a case study. From the description and analysis in the categories territory, community and tourism, as explained by Bardin (2011). The results show us that tourism agencies still do not have an effective reciprocal relationship with the communities, which should be stimulated with community engagement to promote new local productive arrangements aimed at tourism. Sources and narratives describe that communities remain stagnant waiting for actions that can provide improvements in the quality of life, when also directed to the exploitation of the APA's natural resources. In the meantime, they maintain traditional habits of artisanal work, fishing and crabbing, agriculture and raising animals for subsistence. The changes in the territory, however, cause conflicts and reveal levels of reality that were not visible until then, such as land ownership, wind farm buildings, resorts, urbanized accesses, public lighting, hotels and inns. A new scenario that disturbs the environment, creates reterritorialities and, therefore, conflicts. Reterritoriality faces the challenge of rethinking human, fauna and flora refuge. It is observed that an anthropy that is in process, involving environment, natural resources, transformative work, norms, apprehensions. A multicultural process, which also involves multiple interests in a power game.

**Keywords:** Territory; territoriality; tourism; APA Delta do Parnaíba; conflicts.

## LISTA DE SIGLAS

ADRS	Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável
AGT -	Agência de Turismo
APA -	Área de Proteção Ambiental
CE -	Ceará
CEPIMA	Ceará, Piauí e Maranhão
CNPT -	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade a Povos e Comunidades Tradicionais
COMTUR -	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA -	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CORUC -	Congresso Regional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR -	Agência Brasileira de Promoção do Turismo Internacional
GTP -	Geossistema, Território, Paisagem
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO -	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABMIMBIO -	Laboratório de Biologia Molecular e Estudos de Injúrias Biológicas
MA -	Maranhão
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
MTUR -	Ministério do Turismo
OMT -	Organização Mundial do Turismo
ONG -	Organização Não-Governamental
OPM -	Oficinas do Plano de Manejo
PARNA -	Parque Nacional
PI -	Piauí
PIB -	Produto Interno Bruto
PZEE -	Programa Zoneamento Ecológico-Econômico
RESEX -	Reserva Extrativista

RVF -	Recursos e Valores Fundamentais
SEBRAE -	Sebrae Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA -	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAR -	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIMTUD -	Simpósio de Turismo do Delta do Parnaíba
SISNAMA -	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUS -	Sistema Único de Saúde
TBC -	Turismo de Base Comunitária
UC -	Unidade de Conservação
UECE -	Universidade Estadual do Ceará
UESPI -	Universidade Estadual do Piauí
UFDPAR -	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFPI -	Universidade Federal do Piauí
UnB -	Universidade de Brasília
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE -	Universidade Estadual do Oeste do Parnaíba
ZEE -	Zoneamento Ecológico Econômico

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da APA Delta do Parnaíba.....	27
Figura 2 -	Visão aérea do Delta do Parnaíba.....	41
Figura 3 -	Rota do passeio tradicional Delta do Parnaíba.....	45
Figura 4 -	Apresentação do homem lama durante passeio ao Delta do Parnaíba.....	46
Figura 5 -	Embarcações para o passeio na APA Delta do Parnaíba.....	62
Figura 6 -	Catadores de caranguejo-uça do Delta do Parnaíba.....	63
Figura 7 -	Declaração de significância da APA Delta do Parnaíba.....	73
Figura 8 -	Recursos e Valores Fundamentais da APA Delta do Parnaíba.	74
Figura 9 -	Zoneamento da APA Delta do Parnaíba.....	84
Figura 10 -	Mapa da Rota das Emoções.....	89
Figura 11 -	Rendas de bilros em Ilha Grande – PI.....	98
Figura 12 -	Artesanato – Associação Trançados da Ilha.....	98
Figura 13 -	Nuvem de palavras dos relatos dos representantes das agências de turismo.....	112
Figura 14 -	Farol localizado na Pedra do Sal.....	114
Figura 15 -	Acesso a comunidade Pedra do Sal.....	116
Figura 16 -	Localização da Pedra do Sal, no litoral do município de Parnaíba.....	118
Figura 17 -	Torres eólicas na comunidade Pedra do Sal.....	120
Figura 18 -	Ocupação atual da comunidade Pedra do Sal – Parnaíba-PI....	121
Figura 19 -	Barracas na orla da praia da Pedra do Sal.....	127

Figura 20 - Trecho de obra não concluída na Pedra do Sal.....	128
Figura 21 - Meios de hospedagem na praia Pedra do Sal.....	130
Figura 22 - Avaliação da praia da Pedra do Sal.....	133
Figura 23 - Visão do parque eólico da praia Pedra do Sal.....	134
Figura 24 - Nuvem de palavras dos relatos dos representantes da associação da APA Delta do Parnaíba.....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese das abordagens de território e territorialidades.....	38
Quadro 2 -	Atos normativos observados para a criação do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba.....	80
Quadro 3 -	Áreas das zonas - zoneamento da APA Delta do Parnaíba.....	83
Quadro 4 -	Perfil dos entrevistados das agências de turismo.....	95
Quadro 5 -	Atividades turísticas realizadas na APA Delta do Parnaíba.....	96
Quadro 6 -	A visão que as agências de turismo possuem sobre a importância da paisagem da APA Delta do Parnaíba.....	101
Quadro 7 -	Relação entre agências e associação.....	105
Quadro 8 -	Envolvimento das associações nas atividades realizadas pelas agências de turismo.....	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Percepção da comunidade da Pedra do Sal – Parnaíba (PI), acerca dos impactos decorrentes da implantação dos Parques Eólicos.....	122
------------	--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
PERCURSO METODOLÓGICO.....	26
<b>1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA FORMAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA.....</b>	<b>35</b>
1.1 DEFININDO TERRITÓRIO.....	35
1.2 VALORES VINCULADOS À VIDA NA APA DELTA DO PARNAÍBA....	40
1.3 OS PASSEIOS ANTERIORES AO TERRITÓRIO.....	44
1.4 UM TERRITÓRIO EMANADO DA VONTADE DO ESTADO.....	51
1.5 PASSEIOS NO ESPAÇO DO DELTA.....	59
1.6 REARRANJOS E INTERFERÊNCIAS.....	62
1.7 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.....	66
1.8 PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA.....	71
<b>1.8.1 Declaração de Significância.....</b>	<b>72</b>
1.9 TERRITORIALIDADES NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA.....	77
1.10 CRIAÇÃO E GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DELTA DO PARNAÍBA.....	78
1.11 ROTA DAS EMOÇÕES – MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ.....	88
<b>2 NATURALIZAÇÃO DO TURISMO NA APA DELTA DO PARNAÍBA.</b>	<b>94</b>
2.1 RELAÇÕES ENTRE AS AGÊNCIAS DE TURISMO E AS ASSOCIAÇÕES.....	94
2.2 PEDRA DO SAL, UM CASO TÍPICO DE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES EM DISPUTA.....	113

<b>2.2.1</b>	<b>Características demográficas.....</b>	<b>118</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Atividades turísticas em Pedra do Sal.....</b>	<b>125</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Ações públicas para infraestrutura.....</b>	<b>127</b>
<b>2.2.4</b>	<b>Segunda razão de conflitos: a construção de Resort no ambiente natural.....</b>	<b>130</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

Os meus laços com a natureza são fortes, talvez seja por minha família ser de áreas rurais e litorâneas, ambientes cercados de natureza e de dificuldades. Lembro de ir ao Sobradinho, uma comunidade rural localizada no município de Luís Correia, Piauí (PI) para visitar minha tia Bibia e com nostalgia de “catar” seriguela e murici no quintal e de lá eu conseguia ver a Lagoa do Sobradinho e sempre admirá-la. Naquelas idas, aproveitamos para visitar o terreno que minha tia Francisca possuía na região. Tradicionalmente no dia 26 de julho sempre retornamos para o último dia da festa de Sant’Ana, padroeira da região. A igreja pequena e simples ao lado de um morro alto de areia branca, minha tia Francisca contava que aquela era a segunda capela, pois a primeira havia sido coberta por uma duna, mas eu não entendia o porquê de isso acontecer.

Nas minhas férias escolares de janeiro, meu pai sempre me levava a Brasileira<sup>1</sup> (PI) para visitar meus avós maternos, na sua casinha de barro, ambos cegos, lembro de sempre estarem sentados frente a frente na rede atravessada na sala fumando cachimbo. Talvez seja essa a única lembrança que eu tenha deles. Do lado estava a casa de minha tia Pereira, irmã de minha mãe, aquele era meu refúgio, onde podia ser livre e brincar com meus amigos, sempre ia aos riachos próximos, creio que seja dessas vivências que estabeleci um vínculo expressivo com a natureza.

A praia, no entanto, é o meu refúgio. Sempre frequentei a casa dos meus primos, localizada na praia do Coqueiro em Luís Correia. Ali estabeleci vínculos e passei a admirar os pescadores da região, muitos deles são os meus parentes. Quando não podia ir ao Coqueiro, Eliane, minha irmã paterna, levava-me a passeios do tipo excursões<sup>2</sup> à Pedra do Sal, uma praia localizada em Parnaíba (PI), com meus sobrinhos, que mais pareciam meus primos. Para economizar, ela levava o almoço pronto de casa: arroz, frango e farofa, que tradicionalmente são reconhecidos como farofeiros. E essa rotina continuou por alguns anos. Nessa época, eu não tinha conhecimento que essa praia faz parte de uma área protegida, no caso a Área de

---

<sup>1</sup> O Parque Nacional de Sete Cidades está localizado nos municípios de Piracuruca e Brasileira.

<sup>2</sup> “As excursões populares são passeios e/ou viagens organizadas sem uso de grandes recursos e empreendidas por indivíduos de baixa renda, os quais munidos de alimentação – comida e bebida – arcam com as despesas mínimas do transporte e consomem poucos produtos e serviços no local de destino” (ARAÚJO E ANDRADE, 2011, p. 1).

Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, talvez motivada pela sua recente criação.

Com o tempo, as obrigações escolares aumentaram e os passeios à praia diminuíram, mas uma vez ao ano eu continuava visitando o Sobradinho e foi assim que comecei a perceber que dunas estavam se aproximando da capela. Em uma dessas visitas, minha tia Francisca foi tomar café na casa da sua comadre Duduz, localizada em frente à capela. Eu as ouvia conversando e explicando que os moradores se reuniram para conter as dunas com plantas, a princípio, eu não entendia e questionei. Ao explicar contou que, por conta dos ventos fortes vindos da lagoa, as dunas “andavam” em direção às casas da região, por isso estavam colocando plantas e galhos para conter esse avanço.

A partir disso, durante minhas visitas comecei a observar o avanço das dunas sobre a comunidade de Sobradinho<sup>3</sup>. Meu ponto de comparação era o cercado de madeira do fundo do terreno da minha tia. A cada ano, ela se aproximava mais. Em um episódio lembro de estar na estrada, a caminho do Sobradinho, quando avistamos o carro do padre atolado em uma duna ao lado da estrada. As dunas não avançavam somente na comunidade por conta da lagoa, mas também em toda a área litorânea, e ali percebi que a corrente marítima influenciava nesse processo.

Os anos foram passando e as visitas ao Sobradinho e a Brasileira foram diminuindo. Na adolescência esqueci esses vínculos, mas não imaginava que pudessem ser tão fortes. No ensino médio passamos pela difícil decisão de decidir um curso superior para prestar o vestibular e eu escolhi turismo, mas confesso que não tinha pesquisado muito sobre, e escolhi porque achei o nome interessante.

Em 2009 iniciei o curso na Universidade Federal do Piauí (UFPI), tantos conceitos novos na disciplina de Introdução ao Turismo quase me fizeram desistir, mas o encanto pela Antropologia do Turismo me convenceu a continuar. Ouvir a explicação do professor Luiz Antônio sobre a comunidade, o resgate da sua história e como isso pode ser relacionado ao turismo me encantava. Mas, entre tantas coisas novas que aprendi, uma coisa me intrigava: o Delta do Parnaíba. Nunca tinha ouvido falar até estar na Universidade, no entanto ainda não era o momento de conhecê-lo.

---

<sup>3</sup> Em 2012 a comunidade Sobradinho foi cenário para a gravação da novela Cheias de Charme pela Rede Globo.

Em 2010, durante uma das atividades propostas pela disciplina de Geografia Aplicada ao Turismo I, estava prevista uma visita técnica ao Parque Nacional (PARNA) de Sete Cidades, que eu conhecia apenas pelo nome. Ao pedir autorização dos meus pais para a viagem, minha mãe contou que havia nascido no entorno do Parque e sempre passava por lá, pois era o caminho para o trabalho na roça. Ao ouvir isso, senti um vínculo forte com aquele lugar, que só aumentou durante a visita técnica.

Aquele foi o primeiro Parque que conheci e me encantei. Na oportunidade foram explicadas as estratégias de interpretação ambiental e objetivo da criação daquela área para a conservação dos recursos naturais. Naquela visita eu pude perceber que a sua importância para a sociedade não se limita a conservar os recursos naturais, mas em contribuir com a educação ambiental e o desenvolvimento econômico através da atividade turística. No entanto, a visitação no parque era e continua sendo mínima, por conta das estratégias de divulgação, que não são consolidadas para o fomento do turismo ecológico.

Mais visitas técnicas foram surgindo ao longo do curso, como o Parque Nacional de Ubajara, localizado no Ceará (CE). A experiência foi totalmente diferente devido aos elementos geográficos que o compõem. Nessa oportunidade pude perceber as diferenças relacionadas à estrutura, às vias de acesso que contribuem para a visitação turística, além dos elementos agregados à oferta, como recurso de atratividade no local, que se contrapõem à estrutura do PARNA de Sete Cidades.

Durante um evento realizado pelo curso de turismo em 2010, Simpósio de Turismo do Delta do Parnaíba (SIMTUD), aconteceram algumas palestras em que discutiram sobre a importância da conservação das áreas naturais e a atividade turística como uma forma de contribuição para essa estratégia e do seu potencial econômico como uma possibilidade de reestruturação econômica dos territórios. Em uma das atividades propostas estava um minicurso sobre interpretação ambiental no Delta do Parnaíba, seria esse o meu primeiro contato. Após a etapa teórica, aconteceu uma caminhada de interpretação ambiental. O ponto de saída era uma pequena vereda localizada na comunidade Tatus, no município de Ilha Grande (PI).

Dali seguimos por um caminho repleto de cajueiros, confesso que o percurso não foi fácil. No final da trilha, fui contemplada com a minha primeira visão do Delta do Parnaíba, de cima da Duna do Morro Branco podia ver o estado do Maranhão (MA),

que fica logo a frente. Mas ainda não entendia a sua complexidade e a sua dimensão. Naquela oportunidade, pude compreender outras possibilidades ecológicas de práticas de turismo em áreas protegidas distintas das que são ofertadas convencionalmente como os passeios em embarcações.

As outras disciplinas foram ofertadas e sempre alinhadas com as questões ambientais e ao turismo sustentável devido a proposta do curso e a sua localização geográfica. Outros eventos foram organizados, entre eles, o Congresso Regional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba (CORUC), em 2011. Esse foi um marco para o curso devido a participação de palestrantes de renome nacional como o Prof. Dr. Mário Beni, além de propor uma discussão direcionada para o turismo em Unidades de Conservação (UC).

Entre as atividades propostas havia um minicurso sobre a atividade turística no Delta do Parnaíba, e na etapa prática um passeio de barco. Esse foi o meu primeiro passeio ao Delta. Confesso que nesse primeiro contato estava com os olhos de turista, encantada com o lugar, não consegui fazer uma análise aprofundada da relação com o turismo, mas também justificada pela minha inexperiência sobre o tema naquele momento.

Com o decorrer do curso foi possível iniciar o entendimento sobre a complexidade da APA Delta do Parnaíba, o qual foi ampliado pela participação em projetos de extensão e pesquisa e pelas iniciativas dos professores em compreender a complexidade desse território. A partir desses novos conhecimentos, foi possível retomar uma análise mais aprofundada sobre o passeio de barco, que ampliou a compreensão das formas que a paisagem do Delta do Parnaíba como um recurso para o turismo, mas esse uso provoca interferências na localidade receptora e nas atividades tradicionais que são praticadas pelos moradores.

A paisagem do Delta do Parnaíba compreende notável beleza cênica. Os elementos que a compõem são fundamentais para compreender as características do território e em como isso influencia, diretamente, nas relações sociais entre as comunidades e em como se desenvolvem na região.

Com a conclusão do curso iniciei, minha carreira profissional no ano de 2013 em uma agência de viagem tradicional da região. Durante essa experiência, tive a oportunidade de ter contato direto com barqueiros, pescadores, condutores de

visitantes, cozinheiras, catadores de caranguejo que prestavam serviços direta e indiretamente. A partir dela consegui perceber como o turismo foi uma atividade desenvolvida em função das potencialidades da paisagem do Delta do Parnaíba e planejada para benefícios diretos dos empresários da região. Nessa relação, é possível notar a expressiva organização do território, principalmente do Porto das Barcas e dos Tatus, pelo poder das agências de turismo, onde há uma acirrada disputa em função do lucro através da atividade turística.

Nesse mesmo contexto, os moradores das comunidades localizadas no Delta do Parnaíba puderam ver no turismo uma oportunidade para melhorar de vida e foram trocando de atividade econômica, por exemplo, a cata do caranguejo por algo considerado mais leve, como a prestação de serviços nas embarcações. Alguns, com um pouco mais de poder aquisitivo puderam adquirir pequenas lanchas e quadriciclos para realizar passeios na região. Ao ficar mais próxima dessas pessoas notei a desvalorização profissional com os prestadores de serviços pelas agências de turismo. A remuneração era abaixo do esperado, pois os valores oscilavam de acordo com a demanda turística da época. Em períodos de baixa temporada, quando a procura através das agências era escassa, presenciei, em vários momentos, os pilotos abordando os visitantes e oferecendo passeios que mal cobriam os custos do serviço prestado.

O turismo provocou alterações na paisagem e no território e em como essas comunidades são apropriadas e deixadas em segundo plano para o desenvolvimento do turismo. Ao mesmo tempo, há uma relação de dependência delas em relação aos empresários, a qual pode ser explicada pela ausência de iniciativas direcionadas para o empreendedorismo para o fomento de novos arranjos produtivos locais, que utilizem o saber local e as atividades tradicionais. Mas ao mesmo tempo, podemos notar que há a elitização do turismo que é pensado pelos empresários, no qual o contato com as comunidades é mínimo, através dos serviços comercializados.

Consequentemente são criadas expectativas em relação ao poder público para a promoção do desenvolvimento turístico por meio de investimentos, principalmente, para a infraestrutura local. Porém, poucas iniciativas foram previstas e direcionadas para a organização comunitária entorno de suas atividades, bem como o fomento de novos arranjos produtivos para o turismo. Nesse período, surgiram algumas

inquietações sobre formas de compreender a organização do território influenciado pela atividade do turismo, principalmente as institucionalizadas por órgãos públicos.

Em paralelo, participei como voluntária no projeto de extensão Laços de Cidadania Litoral do Piauí<sup>4</sup> promovido pelo curso de Turismo. O projeto tem como objetivo consolidar e articular uma rede solidária entre a comunidade pesqueira, artesão e agricultores orgânicos na região, para proporcionar o crescimento da renda e de melhores condições de trabalho através de feiras livres que promovam o resgate da cultura no território desenvolvido (PUTRICK *et al*, 2014). Com esse aprendizado foi possível adquirir mais entendimento sobre a importância dos saberes tradicionais, e sobre a articulação em prol do desenvolvimento participativo.

Com essas experiências e inquietações ingressei em 2016 no Mestrado em Geografia, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal Cândido Rondon, com uma proposta de análise do território e das territorialidades da APA Delta do Parnaíba. Durante a pesquisa delineada a partir das territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos da região, no caso as agências de turismo, com o objetivo de entender como são organizadas as ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão da área protegida, e das agências de turismo receptivas que atuam no território do Delta do Parnaíba.

Nessa pesquisa foi identificado que o turismo na região necessita de planejamento para assumir uma perspectiva inclusiva e participativa, principalmente direcionado para o incremento do saber local na atividade. Foi possível, através da pesquisa, identificar que os órgãos gestores têm a iniciativa para a articulação entre os grupos que influenciam mutuamente o território, e esses esforços estavam direcionados para a construção do plano de manejo da unidade de conservação. Mas foram identificados conflitos entre as territorialidades tradicionais e turísticas, a exemplo da pesca artesanal e da prática de *kitesurf*<sup>5</sup>. A abordagem realizada sobre o

---

<sup>4</sup> O Projeto de Extensão Laços de Cidadania iniciou suas atividades em 2013 e continua em execução no ano de 2022 como um programa.

<sup>5</sup> O *kitesurf* é um esporte aquático que tem como princípio básico “voar sobre a água”, ao utilizar como equipamento uma pipa que é movida pela força dos ventos, e com uma prancha presa aos pés (MÁCEDO E RAMOS, 2012).

território<sup>6</sup> e as territorialidades<sup>7</sup> permitiu o entendimento da organização da área e dos usos tradicionais mapeados, mas ficaram lacunas, principalmente para a compreensão da relação das comunidades com a atividade turística (CARVALHO, 2018).

Nessa experiência comecei a me questionar sobre a diversidade do território do Delta do Parnaíba e das múltiplas territorialidades que se constroem e se relacionam continuamente, seja pela vivência dos atores<sup>8</sup> ou pelas estratégias estabelecidas pela atividade turística. Com essas reflexões esbocei um projeto para o doutorado direcionado para a compreensão das associações e as relações com à atividade turística, além da possibilidade de entendimento sobre as territorialidades e em como podem influenciar os usos a partir dos recursos da paisagem disponíveis no território.

A complexidade para compreender o território da APA Delta do Parnaíba abrange os elementos da paisagem e as relações que se estabelecem a partir da interação entre estes, que podem ser estabelecidas pela institucionalização e funcionalidades que são delimitadas pelos jogos de poder, mas também pelos processos simbólicos e identitários que são construídos, com o tempo e continuamente, através do compartilhamento dos laços que se configuram a partir do pertencimento e dão sentido e valor ao território pelos sujeitos.

Os recursos naturais são determinantes para se estabelecer como os sujeitos fazem uso do território. Por exemplo, os vínculos das comunidades tradicionais com os rios e lagos e como os utilizam para atividades cotidianas, como a pesca artesanal, criação de animais e a irrigação de plantações, entre outros, e que são importantes para a manutenção da sua sobrevivência. Com esses usos, podem se constituir relações econômicas de produção, nas quais os elementos da natureza se tornam

---

<sup>6</sup> Nesta pesquisa muito se utilizará o termo território. Embora seja plurissignificativo, quando fazemos uso desejamos mencionar a referência a um espaço geográfico apropriado por relações de poder, ou seja, quando uma pessoa ou uma organização exerce um domínio ou um poder sobre uma determinada área. Faremos menção do APA, da RESEX, a Rota das Emoções como territórios, querendo dizer com isso que são espaços delimitados pela norma, pelos acordos políticos e ou econômicos.

<sup>7</sup> Este termo está na essência da discussão da tese. Iremos buscar fundamentação em diversos autores, como se verá. Mas fundamentalmente será usado em contraposição ao sentido de território. Se este é sinônimo do controle, da fronteira, do normativo, territorialidades quer indicar o múltiplo, o indefinido e incontrolável.

<sup>8</sup> Para esta pesquisa adota-se como sinônimos os termos atores, indivíduos e sujeitos.

fonte primária de recursos. No entanto, é importante o uso racional com a finalidade de garantir a perenidade para futuras gerações.

Com essa relação de produção e consumo a partir dos recursos da natureza os usos se intensificam, como a pesca, a caça predatória, agropecuária intensiva, o desmatamento, que provocam o uso irracional dos recursos e conseqüentemente o desequilíbrio no ambiente natural. Com essa intensificação dos danos é fundamental que haja a conservação da natureza para garantir o acesso a esses recursos no território por mais tempo.

A proteção de áreas naturais é uma estratégia importante para a conservação da natureza, de forma que possa ser viabilizado o acesso da população através da visitação. Mas algumas tipologias, como as APAs, têm que conciliar a visitação turística com a rotina das comunidades que residem no interior das áreas protegidas, as quais possuem hábitos, especificidades e vínculos sociais e econômicos com o território de onde retiram o seu sustento e estabelecem formas próprias de conservação, sempre direcionada para a sustentabilidade dos recursos naturais e do ambiente. O turismo é uma prática possível para promover a conexão entre os valores das áreas protegidas com os visitantes, sendo uma possibilidade viável para a conservação.

Tecnicamente, a Organização Mundial do Turismo (OMT) destaca que o conceito de turismo compreende “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em locais diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 1995). Essas ações realizadas durante as viagens podem estar relacionadas a escolha do tipo de hospedagem, de transporte, dos passeios, enfim, toda a infraestrutura turística, mas não reflete sobre as relações sociais com a comunidade receptora as quais são importantes para a interação que a atividade proporciona.

“O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação” (BARRETO, 1991, p. 43). Do lado social, o turismo vai além da infraestrutura turística, abrange os aspectos relacionados às interações no território, e por se tratar de uma atividade complexa, se relaciona e incorpora as características geográficas das paisagens naturais e culturais que são relevantes para os visitantes que têm como objetivo vivenciar as experiências locais.

A interligação entre os diversos setores envolvidos em sua prática nos permite compreender a variedade de temas que estão associados aos aspectos econômicos, os efeitos para o meio ambiente, para as comunidades e para a economia local. No entanto, devem ser consideradas as interferências, positivas e negativas, que a atividade pode ocasionar ao ambiente natural em virtude da intensa visitação. Apesar da sua complexidade tanto social quanto geográfica, o turismo produz novos e diferentes segmentos para atender as necessidades e interesses distintos dos visitantes.

Beneficamente, o turismo pode não só contribuir com os aspectos associados à conservação, mas também na melhoria da estrutura agregada na atividade, em setores como hotelaria, alimentos e bebidas, agenciamento, transporte, entre outros que contribuem diretamente na economia do local.

No entanto, há aspectos conflituosos, como toda e qualquer prática econômica, percebidos pela intensidade de realização que ocasiona interferências negativas, como o acúmulo de resíduos sólidos que afetam diretamente a dinâmica da paisagem, e entre as comunidades que os utilizam do território para sua sobrevivência e passam a disputá-lo com os turistas.

Os aspectos negativos e positivos são condicionados pelas inter-relações que se estabelecem entre os setores econômicos no território, as quais acontecem a partir das relações de consumo próprias de cada setor envolvido. O entendimento sobre os benefícios e os danos deve também partir da própria comunidade, como um processo inclusivo, em contrapartida do modelo impositivo de desenvolvimento, no qual não são priorizadas as necessidades locais e há apenas a organização em função do capital.

Foi percebido que as pesquisas analisam o território da APA Delta do Parnaíba de forma segmentada, seja sua extensão ou complexidade. Com a identificação dessa lacuna para o entendimento, principalmente das comunidades em relação ao território e às múltiplas territorialidades, mais precisamente sobre a atividade do turismo que é perpassada pelos elementos da paisagem, logo a tese se desenvolve nesse limiar.

Com esses elementos apresentados questiona-se como é o uso da paisagem na APA Delta do Parnaíba pela atividade do turismo? Como este foi desenvolvido e

percebido enquanto territorialidade pelas associações<sup>9</sup> que compõem este território? Quais as interferências da atividade no território? Como acontece a relação entre as agências de turismo e as associações? Quais as ações e as possibilidades de desenvolvimento para a APA Delta do Parnaíba?

A partir dessas inquietações, a tese tem como objetivo geral analisar as territorialidades que compõem a APA Delta do Parnaíba e, para sustentar essa compreensão foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- a. Compreender a relação estabelecida entre empresas turísticas, comunidades e associações na exploração de recursos naturais;
- b. Descrever os impactos ambientais e sociais de arranjos da construção da rede hoteleira e de parque eólico;
- c. Mapear as dificuldades de gestão frente aos interesses econômicos e políticos.

É importante apresentar uma nova forma de compreensão sobre as territorialidades que acontecem na APA Delta do Parnaíba e relacionadas aos elementos da paisagem, e como esses foram apropriados pela atividade do turismo na região. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir com um olhar das associações para o turismo, e para entender como as agências de turismo compreendem essa relação e como acontece a inserção das associações na atividade efetivada.

Na tese, no primeiro momento, é apresentado o tema de pesquisa com uma ambientação do leitor sobre o território, as territorialidades e na atividade do turismo como uma possibilidade de conservação das áreas naturais e introduz o contexto do objeto de pesquisa, com as motivações e inquietações que nortearam o estudo. Seguindo com a construção metodológica para entender a relação das associações com o turismo a partir dos instrumentos de pesquisa aplicados com as agências de turismo, associações e um grupo de professores da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr.

No primeiro capítulo, é discutido o embasamento teórico sobre território e territorialidade, pois são conceitos importantes para compreender o objeto de

---

<sup>9</sup> A partir desse momento as comunidades passam a ser nominadas nesta tese como associações, por representar o objeto de pesquisa em sua totalidade.

pesquisa e as interações entre a sociedade e natureza, que pautam as relações econômicas, políticas, sociais e ambientais.

Raffestin (1993) faz uma discussão sobre o território para além da geografia política e propõe uma compreensão de um ponto de vista relacional, multidimensional e interescalar, que tem base nas relações sociais de poder e de dominação e resultam nas territorialidades que são construídas no cotidiano, e se manifestam em todas as escalas espaciais e sociais. O geógrafo Robert Sack (1986) faz uma descrição do território e das territorialidades em perspectiva social, direcionada pelo controle e influência dos indivíduos e dos fenômenos, pautada na territorialidade humana. Saquet (2015) faz uma análise do território a partir da (i)materialidade e multidimensionalidade que estão relacionadas ao cotidiano, as trocas e as territorialidades que envolvem os sujeitos, considerando as temporalidades históricas, as percepções e vivências, que não são uniformes a todos os sujeitos, mas sim dotadas de particularidades. Esses entendimentos são fundamentais para compreender as interações múltiplas que são construídas no espaço-tempo na APA Delta do Parnaíba e em como se relacionam com a atividade do turismo.

Ainda nessa linha é realizada a exposição do histórico dos passeios turísticos no Delta do Parnaíba pelas primeiras empresas de turismo na região. As atividades foram organizadas em função dos recursos da paisagem e foram alterando o seu ponto de saída – Porto das Barcas para o dos Tatus. Atualmente as saídas se concentram no Porto dos Tatus, e em alguns passeios é realizada a apresentação do homem lama, como forma de apropriação de uma atividade tradicional do catador de caranguejo do Delta do Parnaíba, no entanto nos leva refletir sobre o uso pejorativo, e até teatralizado, da prática tradicional. Seguindo com a apresentação do plano de manejo da APA Delta do Parnaíba, elaborado de forma participativa com os atores territoriais e publicado em 2020. No documento normativo, há as regras e normas para o uso da área protegida, além de delimitar as zonas indicadas para as práticas.

No segundo capítulo, são apresentados os atores que estão, diretamente, envolvidos nas práticas do território da APA Delta do Parnaíba e que desenvolvem territorialidades, sejam elas pelo modo tradicional com as vivências, como as que são estabelecidas pelo turismo na região. A seção inicia com a descrição das relações que se dão entre as agências de turismo e as associações, entrelaçadas com os relatos dos professores e pesquisadores da UFDPAr. Seguindo com a apresentação do

estudo de caso sobre as territorialidades em disputa que se desenvolvem na comunidade Pedra do Sal (PI), na qual tive saudosas relações, sejam através dos conflitos fundiários pelo uso e posse do território, ou conflitos que limitam o acesso ao território em virtude das torres eólicas instaladas na comunidade. Em relação ao turismo, apesar de ter grande potencialidade, ainda é subutilizada, até marginalizada, para o turismo. Não há estrutura de recepção eficiente e de qualidade para o turista, apesar das iniciativas para a instalação de *resorts*, houve conflitos internos entre a comunidade e os empreendimentos, esbarram, justamente, na questão fundiária.

Para finalizar, as considerações finais trazem um aparato de toda a tese a partir da compreensão que o turismo realizado na APA Delta do Parnaíba se consolida como uma atividade que exclui as comunidades tradicionais, uma vez que os serviços são planejados e comercializados em função do capital. Esse movimento tem provocado uma ação conjunta de enfraquecimento das associações perante os grandes empresários do setor, nas quais há um movimento de distanciamento das práticas do turismo, conseqüentemente o território tem sido desapropriado. No tocante às proposições com um novo olhar para o turismo na APA Delta do Parnaíba, dentre as quais destaca-se o processo de sensibilização sobre o território em relação ao turismo, principalmente associado às práticas socioambientais e em parcerias com as escolas. Outra proposta é o estímulo ao empreendedorismo para novos arranjos produtivos locais, uma ferramenta importante para o desenvolvimento a partir das comunidades, por meio do qual podem ser analisadas as potencialidades e propostas ações para práticas da atividade do turismo diferentes do que é realizado atualmente.

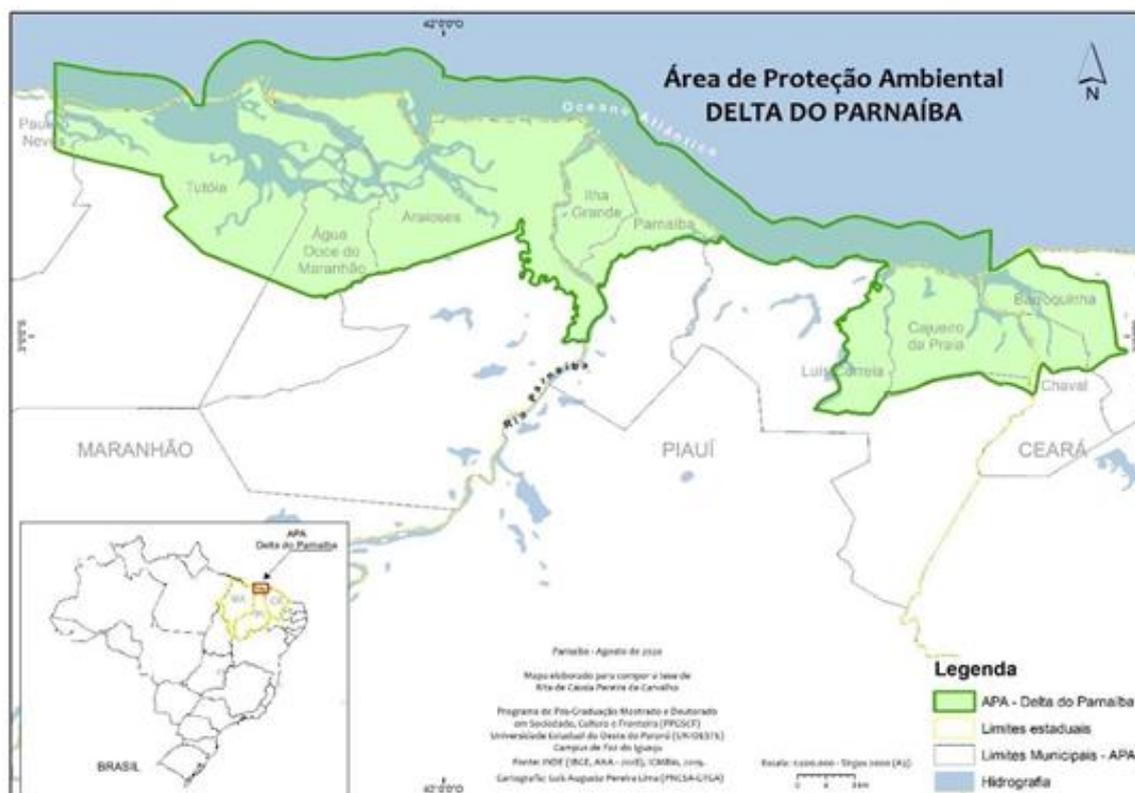
## PERCURSO METODOLÓGICO

A tese propôs a compreensão das territorialidades da APA Delta do Parnaíba. A escolha do objeto de estudo se justifica pelas múltiplas interações entre os sujeitos no território, além do entendimento a partir da perspectiva das associações e em como são percebidas as práticas da atividade do turismo.

A APA Delta do Parnaíba (figura 1) está localizada no Nordeste brasileiro, mais precisamente nos estados do Piauí (PI), Maranhão (MA) e Ceará (CE). Abrange 10 municípios a saber: Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia (PI),

Barroquinha e Chaval (CE), Araisos, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Paulino Neves no (MA).

**Figura 1 - Localização da APA Delta do Parnaíba**



A área foi institucionalizada oficialmente em 1996 através do Decreto Federal s/nº em 28 de agosto, possui extensão territorial de 307.590,51 hectares<sup>10</sup>. Os objetivos estabelecidos em sua criação são a proteção dos deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, dos remanescentes de mata aluvial, recursos hídricos, melhoria da qualidade de vida das populações residentes, com orientação e disciplinas para as atividades econômicas locais, fomento não só do turismo ecológico e educação ambiental bem como da preservação das culturas e das tradições locais (BRASIL, 1996). Por se tratar de uma área extensa e com ocupação, é classificada como uso sustentável, com a finalidade de aliar o uso racional dos recursos naturais.

<sup>10</sup> No Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba publicado em 2020 consta a superfície/área territorial correspondente a 311.731,42 hectares.

Antes, porém, da criação da Área de Proteção Ambiental, já havia diversas iniciativas para exploração do turismo. Comunidades, pescadores e barqueiros faziam travessias e passeios de maneira informal e que remete aos anos 1980. Duas décadas à frente, mais precisamente em 2008, veríamos que se estruturou um consórcio entre os Estados, para exploração empresarial do turismo. O Consórcio Público para a Região do Meio-Norte, CePiMa (as iniciais dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão), foi organizado através de uma entidade executiva, a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS). O plano tinha como principal objetivo a integração de 90 municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

O Consórcio foi desativado em 2012, em função da evolução normativa federal para criação de reservas extrativistas nacionais. Mas os agentes e muitas das empresas atuantes, permaneceram e, com a Política Nacional de Turismo e com a orientação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criou a Rota das Emoções que em si, é a reunião de experiências anteriores, as novas diretrizes normativas sobre meio ambiente, a necessidade de formar um território de Unidade de Conservação, através da regionalização e descentralização da oferta dos atrativos turísticos.

Esse novo arranjo econômico em desenvolvimento é palco de nossa pesquisa. Empresas turísticas, associações de moradores e de profissionais, órgãos oficiais dos três entes da federação, das Universidades, o ICMBio, o SEBRAE, empresas da construção civil, empresas de geração de energia, estão todos em um mesmo cenário, que não é qualquer cenário: trata-se, agora, de uma APA e que se sobrepõe a uma Reserva Extrativista (RESEX), criada por lei federal. Todos os entrevistados participam diretamente deste cenário, inclusive a pesquisadora, como já mencionado.

Neste cenário que se pretende novo (um novo território), há elementos históricos que queremos recuperar e trazer para compreensão do atual. Historicamente essa região foi ocupada através dos povos originários Tremembés ou Terenembés, conhecidos por suas habilidades relacionadas à água, como o nado. Os relatos iniciais datam de 1571 com a chegada do desbravador Nicolau de Rezende, que ao navegar na região sua embarcação naufragou com toneladas de ouro nas proximidades da foz do rio Parnaíba, onde foi resgatado pelos Tremembés e passou a conviver com eles. No entanto, ficou à procura desse tesouro por mais de anos sem êxito, mas lhe fez descobrir outro tesouro, o Delta do Parnaíba.

Iremos discorrer no texto, especialmente no segundo capítulo, que a ocupação foi iniciada em 1600 com a chegada de fidalgos e colonos para fins de exploração na região, que antes era habitada pelos Tremembés ou Terenembés e Aróios. A ocupação da região aconteceu com as práticas de colonização e de pecuária estimuladas pelas fazendas de gado.

Por se tratar de um território complexo e onde são construídas territorialidades diariamente pelas diversas comunidades que ali residem e atribuem significado seja pelo seu modo de viver através da pesca artesanal, cata de caranguejo e de mariscos, agricultura em pequena escala, criação de animais, artesanato, entre outras formas. E constantemente se afirmam no território e entram em conflito pelos usos que agridem e interferem no seu modo de viver tradicional.

A partir das características do território e pelas inquietações norteadoras da pesquisa a abordagem qualitativa foi a ideal pelas possibilidades de entendimento sobre a natureza do problema como um fenômeno social, e ao permitir a descrição do objeto de estudo em sua complexidade, análise e interação entre os fatores envolvidos para compreender as dinâmicas vivenciadas, e pelas particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2014). A abordagem qualitativa contribui para o entendimento do fenômeno de forma profunda com a descrição das territorialidades possíveis na APA Delta do Parnaíba e como as associações interagem com a atividade do turismo no território.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva e tem como finalidade estabelecer a relação e a conexão entre os fenômenos e as características, com a apresentação das observações e suas correlações, ao considerar o contexto envolvido, seja social, político, econômico, ambiental, e em outros aspectos que determinam o comportamento dos indivíduos isoladamente ou em grupo (CRESWELL, 2007). A pesquisa descritiva contribui para o entendimento das características dos sujeitos pesquisados, que são fundamentais para estabelecer as correlações entre o processo de composição territorial e as territorialidades que se construíram e que ainda estão em andamento na APA Delta do Parnaíba.

Os procedimentos técnicos definidos para a pesquisa foram a revisão bibliográfica com o objetivo de proporcionar o entendimento sobre o que já foi escrito sobre o tema e o objeto de estudo (CRESWELL, 2010). Essa etapa foi importante para

a construção teórico-argumentativa para reunir resultados de outras pesquisas sobre o tema, e triangular com novas fontes e com descortinar as territorialidades local

Para complementar a abordagem teórica, foi realizada a pesquisa documental em fontes legislativas como decretos, leis e relatos documentados sobre o objeto estudado, principalmente para as informações relacionadas aos marcos legais que resultaram na institucionalização dos usos das áreas protegidas, como a APA Delta do Parnaíba.

Com a finalidade de compreender a dinâmica e interação social entre os sujeitos no território, foi prevista a pesquisa de campo. “O campo torna-se palco de manifestações e intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (CRUZ NETO, 2001, p. 54). Essa etapa assume um caráter primordial que incide diretamente aos objetivos que foram propostos na tese, pois é contemplada a observação e a coleta de dados diretamente com os indivíduos. No entanto, em 2020, período em que seria realizada a pesquisa de campo, iniciou a pandemia de COVID-19 e continua ainda em 2022 inviabilizou conseqüentemente a coleta de dados de forma presencial. No entanto, para a descrição da Praia Pedra do Sal, realizei uma visita ao campo, registrando com fotos e conversando com representante da associação através de *WhatsApp*.

Os instrumentos para a coleta de dados para a primeira etapa da pesquisa foram a entrevista semiestruturada aplicada com as associações e com os representantes das agências de turismo atuantes na APA Delta do Parnaíba (Apêndice A e B). Esse tipo de entrevista é a combinação de questões formuladas previamente, mas que permite ao sujeito pesquisado a liberdade das respostas sem interferir na comparação dos resultados. Minayo e Costa (2018) explicam que esse formato possibilita ao pesquisador ter maior controle sobre aquilo que realmente busca saber no campo, e simultaneamente há o processo reflexivo espontâneo do entrevistado em relação aos tópicos apresentados na entrevista.

A entrevista foi elaborada de acordo com as categorias norteadoras que contribuíram para a construção dos objetivos propostos na tese, que estão direcionados a compreensão da relação entre os sujeitos da APA Delta do Parnaíba com a atividade do turismo, sendo territorialidades, turismo e associações.

O critério para a escolha das associações foi aquele que está representado no Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba e no levantamento dos dados foram identificadas 14 (quatorze) associações, de pescadores, marisqueiras, artesanato e moradores. Para as agências de turismo, foi realizada a delimitação através do cadastro ativo na plataforma do CADASTUR<sup>11</sup> do Ministério do Turismo (MTur), sendo identificadas 68 (sessenta e oito) empreendimentos que atuam no território.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a roda de conversa. Iervolino e Pelicioni (2001) destacam que essa proposta conduz o pesquisador e os participantes a uma dinâmica similar a uma entrevista de grupo, não se caracterizando como um processo fechado, mas a uma discussão em tópicos cujos participantes são estimulados a contribuir com opiniões sobre o tema apontado.

As rodas de conversa são uma proposta metodológica para a coleta de dados através da comunicação dinâmica e produtiva, com a aproximação entre os sujeitos com o cotidiano na APA Delta do Parnaíba. Nessa etapa foi definido um grupo de 4 (quatro) professores do curso de turismo atuantes com pesquisas sobre o território e vinculados à UFDPAr (Apêndice C). A roda de conversa teve como objetivo estabelecer um espaço de diálogo e de escuta em que os professores puderam se manifestar sobre o tema pesquisado com suas experiências, e se constituiu como um “instrumento de compreensão de processos de construção de uma dada realidade por um grupo específico” (MELO E CRUZ, 2014, p. 33).

Para ampliar a compreensão o contexto dos conflitos que estão entrelaçados as territorialidades da área de estudo, em específico a Praia da Pedra do Sal, se fez necessário adotar o estudo de caso, pois “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores” (YIN, 2001, p. 21). O estudo de caso foi aplicado em específico nesse local em virtude da localização da associação entrevistada, que aceitou participar da pesquisa, ser nesse

---

<sup>11</sup> O CADASTUR é um sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam diretamente no setor turístico, e tem como objetivo ordenar, formalizar e legalizar os prestadores de serviços relacionados ao turismo. É um sistema operacionalizado pelo Ministério do Turismo e com parceria de vários órgãos de turismo distribuídos no território brasileiro, e através dessa plataforma é possível ter acesso aos diversos dados sobre o cadastro dos prestadores de serviços turísticos (CADASTUR, 2021).

território. Os relatos trazidos pelo entrevistado foram importantes para analisar a dinâmica que se desenrola no local e pelos conflitos contínuos.

As categorias definidas para a discussão foram territorialidades, turismo e associações. A primeira categoria objetiva caracterizar as territorialidades relacionadas à atividade do turismo a partir dos municípios que compõem o objeto de estudo, a segunda pretende identificar os usos da paisagem pelo turismo na APA Delta do Parnaíba e a última categoria explica as relações entre as associações e as agências de turismo que atuam no território.

Com esse recurso metodológico é importante ter cuidado com os tópicos delimitados na pauta, com a ambientação a um espaço de diálogo aberto a discussões, o estabelecimento de um clima de confiança entre os participantes para que possam se sentir seguros para o compartilhamento de suas opiniões (GATTI, 2005).

O contato inicial com os professores para a roda de conversa foi através de um e-mail com a apresentação da pesquisa seguido do convite para participação. No entanto, apenas um professor não pode participar devido a conflito com outra atividade já agendada. A roda de conversa aconteceu no dia 14 de abril de 2021 com o auxílio de uma plataforma de videoconferência, e contou com a supervisão do orientador da tese. A dinâmica da atividade seguiu primeiramente com a apresentação dos participantes, apresentação dos objetivos e com os relatos dos participantes sobre os temas propostos.

Cabe ressaltar que o grupo de professores atua na APA Delta do Parnaíba como pesquisadores e extensionistas e teve contato com alguns desde a graduação. São professores da UFPI (agora UFDPAr). Isso me permitiu acessar algumas outras pesquisas por eles realizadas, bem como informações veiculadas pelo Observatório do Turismo, onde atuam alimentando informações locais e nacionais sobre a APA e RESEX Delta do Parnaíba e outras do Brasil a fora. Essas duas fontes de informações foram utilizadas ao lado de coletas obtidas com a Roda de Conversas.

Para o primeiro contato com os grupos pesquisados, foi necessário pensar estratégias para a coleta de dados de forma remota, pois, devido à pandemia de COVID-19, não poderia ser realizado presencialmente. Ancorada na proposta de Flick (2013, p. 26) ao explicar que “as novas formas de comunicação no contexto da Internet

2.0, em particular, proporcional a novas opções para a comunicação e sobre a pesquisa social. Elas também facilitam a realização colaborativa da pesquisa”. Para isso, foram utilizadas ferramentas remotas como aplicativos para mensagem e videoconferências e ligações telefônicas.

Nas entrevistas, o primeiro contato foi estabelecido via mensagem e ligações com associações, algumas não responderam às mensagens e, ao fazer o contato por ligação outras não quiseram participar, no entanto apenas uma aceitou conceder a entrevista para a pesquisa, que aconteceu por ligação telefônica. Para as agências de turismo, o primeiro contato foi feito via e-mail com a apresentação da pesquisadora, da pesquisa e para verificar a disponibilidade em participar; 5 (cinco) aceitaram.

Uma particularidade nessa etapa foi que 3 (três) agências de turismo optaram em responder a pesquisa por escrito, e justificaram a participação dessa forma por ser mais prático e ser mais adaptado a sua rotina. As demais participantes da entrevista escolheram ser realizadas por ligação telefônica, com a permissão para gravação. Dessa forma, o processo de coleta de dados das entrevistas foi realizado no período de janeiro a março de 2021, e as agências receptivas participantes estão localizadas em Parnaíba e Barra Grande, no Piauí, e uma em Chaval, no Ceará.

A análise dos dados coletados contemplou alguns princípios da análise de conteúdo. Bardin explica que a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2014, p. 44), assim, os dados, após serem coletados, passam pela sistematização das informações e inferências que dão suporte para análise de acordo com os objetivos da tese.

A partir da coleta dos dados com os sujeitos pesquisados, a análise dessas informações foi concentrada em três etapas. A primeira contemplou a transcrição das informações e leitura intensa do material, na segunda foi realizada a codificação do conteúdo e a identificação das categorias de análise. A terceira etapa foi fundamentada pela análise dos resultados com a discussão dos elementos identificados e conflitantes relatados pelos sujeitos. Associado a isso foi utilizado a plataforma Atlas TI para produzir nuvens de palavras com os relatos dos entrevistados (agentes de viagem e associações), com a finalidade de visualizar como o relato expõe a frequência de termos que o relacionam com o objeto da pesquisa.

Enfim, com estes procedimentos e instrumentos de pesquisa, buscaremos produzir os resultados, como enunciado nos objetivos específico e geral, desta pesquisa.

## **1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA FORMAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA**

Para descrever a formação de uma Unidade de Conservação (UC) ou mencionar esta mesma UC de Área de Proteção Ambiental (APA) ou ainda, como área sobreposta a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Delta do Parnaíba, bastaria recorrer a sua própria história, sua gênese normativa e ou política e teríamos aí, seu nascimento. Esta história seria um processo de formação de soberania, de delimitação e transmissão de poderes por sobre uma área, uma região. Esta forma de compreender, ou definir um território, remeteria à existência e finalidades do Estado Nação. Território seria a extensão do poder estatal. Raffestin (1993) diria que o espaço antecede o território. O espaço seria a prisão original, enquanto o território seria a prisão que o homem teria construído para si.

Nesta pesquisa, consideramos uma espécie de multiterritorialidades em cruzamento, aquela que pretende criar “a prisão para si”. O poder estatal de controle sobre o território nacional estará presente em pelo menos uma de suas formas de entidades: federal, estadual ou municipal. Suas presenças demarcarão as relações seja pela presença física de seus atores, seja pela presença simbólica ou normativa. Outros territórios estarão presentes. Duas Universidades, UFPI e UFDPAr, através dos cursos de graduação; de pós-graduações voltadas ao turismo e aos estudos biológicos, marítimos, dentre outros; dos seus projetos de pesquisa e extensão junto ao Delta do Parnaíba; o SEBRAE; as ONG’s, as associações, as comunidades. Todos estes agentes são produtores e consumidores de representações narrativas, visuais, ativas e, no conjunto, “definem” o que vem a ser um território.

### **1.1 DEFININDO TERRITÓRIO**

Pensar o território e as territorialidades é ir além dos limites que são estabelecidos institucionalmente através de leis, decretos e normas. É ir além, também, de uma visibilidade geográfica, material fronteira. Para além destes marcadores espaciais, em um território estão as subjetividades; as relações de poder marcadas pelas suas práticas cotidianas.

As discussões que se dão sobre o território não se limitam apenas para entender o processo físico de formação, mas em como são estabelecidas as relações entre os indivíduos. São elas que desenham territorialidades; elas são instáveis, por isso se formam nos conflitos e nas interações sociais e como esses estão relacionados às características dos recursos naturais, que se configuram na paisagem.

Visto como resultante de relações, um território se “consolida” por intermediações com a sociedade-natureza, sejam elas relações econômicas, políticas, sociais e ambientais. A sua produção está associada ao espaço-tempo e é determinada pelas ações de poder dos sujeitos, grupos ou classes sociais no cotidiano. Nesta pesquisa, diversos atores se confrontam em relações de poder pautados em saberes e interesses em relação ao uso de um território natural e ou já nomeado de “turístico<sup>12</sup>”. Conhecimento e uso do território, na disputa, são moedas que consolidam posições dos grupos que disputam o controle e o uso econômico do território a ser definido. Tal disputa possibilita que as territorialidades sejam simultâneas, que determinem, influenciam e se reproduzam em cada território. Saquet nomeia isso de características históricas e relacionais, ou seja, referem-se às interações sociais entre os homens entre si e com a natureza, as quais são mediadas por técnicas materiais e imateriais que se relacionam constantemente (SAQUET, 2015).

A natureza apresenta os aspectos físicos e sociais no território e é através destes que se define a trama relacional entre sujeito/sociedade e objeto/natureza, produzindo assim uma cultura material e imaterial. Essa compreensão da paisagem se dá a partir da sua dinâmica enquanto um processo histórico, ou seja, através do seu passado e com todas as mudanças que são percebidas e que foram absorvidas com as experiências dos indivíduos.

Assim, "os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por um determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas", e ainda completa que "o território é resultado e condição da reprodução da relação social-natural. Há, no território, a multidimensionalidade do homem, que é

---

<sup>12</sup> Temos ciência da simbologia do termo que, embora, possa adquirir alguma variante no significado quando alocado em um grupo de conhecimento, quando usada a expressão turística, remete ao sentido do econômico e de seu usufruto enquanto atividade organizada. E é justamente esta disputa que está em questão.

a natureza e a sociedade ao mesmo tempo. O social contém a natureza homem e sua natureza exterior” (SAQUET, 2015, p. 127; 173).

Ao discutir a multidimensionalidade do território, Saquet (2015) contribui com abordagens diversificadas sejam relacionadas ao cotidiano, as trocas, à medida que a territorialidade envolve os indivíduos que são comuns a um grupo ou de diferentes grupos, além do processo contínuo de formação de territórios, abrangendo as relações que são reproduzidas pela sociedade e pela natureza de forma simultânea.

Ao abordar a multiterritorialidade no âmbito da APA Delta do Parnaíba, percebe-se que as relações simultâneas entre a natureza e a sociedade são evidentes, com trocas cotidianas nos mais variados aspectos, tanto políticos - através dos marcos regulatórios - e da gestão político-administrativa, quanto do ICMBio e econômicos, mediados pelas atividades tradicionais e econômicas que são desenvolvidas, por exemplo, o comércio e também, pelo turismo, que tem a natureza da APA Delta do Parnaíba com protagonismo e potencialidades de desenvolvimento.

Importante destacar que são vividas, pelos sujeitos, múltiplas temporalidades ao mesmo tempo, os elementos do passado, do presente e do futuro se entrelaçam e assumem um caráter de vivência, além de estabelecer com isso múltiplas territorialidades, que são simultâneas. Essas temporalidades históricas são interessantes, pois estabelecem a caracterização do espaço e do território, como é facilmente notado pelos aspectos históricos que construíram as territorialidades conhecidas na APA Delta do Parnaíba.

Saquet (2015) explora as temporalidades históricas e explica que, no mesmo território, a percepção e a vivência do tempo não acontecem de maneira uniforme para todos os sujeitos, cada um tem suas particularidades e formas de percepção diferentes no tempo, assim, o território significa tempo, temporalidades e territorialidades, logo, também, a (i)materialidade.

As territorialidades são expressas pelas apropriações, concretas e simbólicas, que são resultado das relações sociais, das identidades, das diferenças, das desigualdades, e dos conflitos que são estabelecidos pelos sujeitos que interagem entre si e com o exterior, no território. Enquanto, as temporalidades estão relacionadas à maneira como são interpretadas o ritmo da sociedade e da natureza, ou seja,

significam processualidades históricas que estão se encontrando no presente (SAQUET, 2015).

O território é um produto das relações sociais e humanas que são reproduzidas a partir de uma realidade inicial, o espaço; e que são vivenciadas pelos grupos que o usam como um meio. A territorialidade é relacionada às ações que são desenvolvidas pelos homens no território para produção, trocas, consumo, logo a territorialidade é uma relação intrínseca de indivíduos no território, além de serem estabelecidas através de relações afetivas. Conforme pode ser analisado nas abordagens sintetizadas no quadro 1.

**Quadro 1:** Síntese das abordagens de território e territorialidades.

<b>Autor</b>	<b>Território</b>	<b>Territorialidades</b>
Claude Raffestin	Ações do homem no espaço; território multidimensional, relação de produção, troca e consumo.	Relacionais entre os homens; relações dimensionais: sociedade-espaço-tempo.
Robert Sack	Abordagem no controle e influência.	Foco na territorialidade humana para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações; enraizada nos níveis sociais e geográficos.
Marcos Saquet	Abordagem (i)material; pluralidade dos sujeitos.	Relação entre os indivíduos; cotidiano; (i)materialidade; temporalidades; movimentos relacional-processual.

Fonte: Raffestin, 1993; Sack, 1983; Dematteis, 2015; Saquet, 2015.  
Elaboração do autor, 2021.

Em síntese, estes dois conceitos: território e territorialidades são centrais para compreender a dinâmica instável que se cria na APA, a partir das diversas intervenções estatais (dos três entes) para criar um ordenamento, ou seja, um território.

Ao mesmo tempo, ao lado destes conceitos estão as narrativas próprias forjadas a partir das relações propriamente ambientais típicas dos anos 1970 e 1980,

qual seja, as discussões no entorno da exploração econômica do meio ambiente. Exsurge neste meio, os discursos protetivos, ecossistêmicos, ecoturísticos. Uma espécie de simbiose ocorre na antropia tendo como resultado alguns condicionantes indispensáveis à gestão das áreas naturais protegidas, defendidas pelo Estado e uma sociedade mais “ecologicamente correta”. Neste ínterim, é importante citar Ruschmann (2004) que aponta que a relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui uma das matérias-primas da atividade. Além de explicitar que a mídia estimula e incentiva o consumo massificado da natureza através de imagens e paisagens de lugares exuberantes, paradisíacos e quase “intocados”.

É neste cenário que entram em cena os conceitos de ecoeconomia, bioeconomia, produtividade etnotecnológica, neguentropia (LEFF, 2001). Todas acenando para possibilidades conceituais para além da economia clássica e para possibilidades de extrair riquezas na natureza com o menor impacto natural e social possível. Este reordenamento impacta o pensar do conceito de paisagem, também significativo para esta pesquisa.

A interação contínua entre os elementos que compõem a paisagem a tornam um recurso importante para o uso pelo turismo. Na APA Delta do Parnaíba, percebe-se essa dinâmica entre esses elementos que a tornam singular. A paisagem em seu aspecto físico e biológico é o fator de maior promoção e captação de turistas, nomeado inclusive de atrativo cultural. Entretanto, os fatores antrópicos, em seu aspecto cultural e no seu modo de viver, configuram as comunidades à margem do turismo deste mesmo atrativo.

Marujo e Santos (2012, p. 40) explicam que o “conceito de turismo está intimamente ligado ao conceito de paisagem, ao ato de ‘olhar’ o diferente, de contemplar lugares e de criar imagens sobre esses lugares”. A paisagem, como natureza, torna-se um produto para o turismo e, é um elemento de atração do consumidor que simultaneamente passa por transformações contínuas.

Esse elemento de atração, será a base de todo o trabalho de marketing ambiental; associar paisagem e descanso; sol e relaxamento; stress/trabalho e areia relaxante; passeios *versus* sair da rotina. Basta uma rápida olhada em alguns sites

especializados para evidenciar esta conexão narrativa. Assim se vende um produto: criando conexões com a vida do consumidor.

Para a compreensão da APA Delta do Parnaíba como território que se associa com a paisagem, será preciso “ouvir” essas diversas narrativas que manifestam desejos e interesses divergentes, portanto, instáveis. As forças normativas insistem em definir um território no sentido do exercício soberano. Os agentes outros insistem em movimentar-se a partir de outros interesses que podem ou não ser convergentes com estes ou simplesmente diferentes.

Essa perspectiva narrativa do homem ambiente está vinculada no rol documental oficial, do MMA, por exemplo:

[...] o turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Por outro lado, o desafio consiste em fazer com que o turismo seja desenvolvido de maneira harmônica e integrada para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade” (BRASIL, MMA, 2006, p. 7).

Dessa forma, o vínculo que é estabelecido pelo turismo em unidades de conservação, nos permite compreender que em sua dinâmica há a possibilidade de ser associada elementos econômicos, que podem interagir e contribuir para o desenvolvimento do território, de maneira harmônica com as dinâmicas locais e tradicionais.

## 1.2 VALORES VINCULADOS À VIDA NA APA DELTA DO PARNAÍBA

Os usos tradicionais pelas comunidades da APA Delta do Parnaíba foram associados aos recursos naturais existentes, como a pesca artesanal, à cata de caranguejo e de mariscos, a agricultura de subsistência e a criação de animais em pequena escala. As características da paisagem possibilitam outros usos, entre eles

a atividade do turismo, que é viabilizada através dos atributos ecológicos motivados pelo Delta do Parnaíba<sup>13</sup>.

Essa formação desemboca no Oceano Atlântico e forma cinco barras, sendo quatro localizadas no estado do Maranhão - Baía de Tutóia, Melancieira, Caju e Canárias - e uma no Piauí, a do Igarauçu.

**Figura 2 – Visão aérea do Delta do Parnaíba**



Fonte: Moraes Brito.

Natureza e exploração econômica aparecem, quando fazemos uma arqueologia normativa, associadas à soberania territorial do Estado Nação. Ele intervém, a partir de outros valores da gestão. No caso em tela, a formação da APA em território. Tal intervenção se fará desde o princípio, às vezes, mais vinculada à sociedade local, outras distante dela.

Fato é que foram fatores decisivos os diversos acordos internacionais para a proteção do meio ambiente para preservação de espécies, de ecossistemas e de mapeamento de espécies em fase de extinção. No mesmo discurso, por outro lado, a

---

<sup>13</sup> Guerra define Delta como um “depósito aluvial que aparece na foz de certos rios, avançando como um leque, na direção do mar. Essa deposição exige certas condições como: ausência de correntes marinhas, fundo raso, abundância de detritos, etc. A denominação delta vem da forma da foz do rio Nilo (Egito) que lembra a quarta letra do alfabeto grego” (GUERRA, 1993, p. 121).

compreensão de sustentabilidade veio na mesma lógica do desenvolvimento. Ou seja, encontrar formas de equilíbrio entre a exploração e a degradação, encontrando formas que permitissem à sociedade usufruir os valores econômicos e de forma que não significasse a extinção dos recursos em usufruto.

Neste diapasão, é que podemos compreender as narrativas que cruzam o texto do Código Florestal brasileiro de 1965 - Decreto 4.771. Pela forma deste Código em 1981 que transformou em Reserva ou Estação Ecológica as florestas e demais formações de vegetação. E, passo seguinte, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Decorrente dessa genealogia, poderemos compreender toda a legislação ambiental, como descreveremos nesta tese, que vincula esta relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Culmina, como sabemos na Carta Constitucional de 1988, que deu tratamento específico ao meio ambiente.

Criou-se uma convergência para a educação ambiental visando à preservação de fontes, rios, matas nativas, matas ciliares, mares, berçários naturais, espécies em extinção. Um discurso novo ecológico, protetivo. Daí o ambiente para a criação das Unidades de Conservação.

Esse novo discurso, porém, vincula fortemente as comunidades locais, especialmente as historicamente vinculadas para dependentes dos recursos naturais que então, passariam para proteção estatal. Uma transição nada pacífica, quase sempre; uma “grande operação” de tombamento, mapeamento, inclusão de áreas e ou bens, pessoas; um verdadeiro inquérito no sentido Foucaultiano, “então o Estado passa a utilizar o inquérito como uma das suas políticas, uma forma de gestão, de exercício do poder [...] veio a ser uma maneira na cultura ocidental de autenticar a verdade [...]. O inquérito é uma forma de saber-poder” (FOUCAULT, 2003, p. 78).

Não somente o poder em si, mas vários discursos que canalizam o poder pelo saber foram, se não criados, autenticados pelo que o inquérito possibilitou. “O grande conhecimento empírico que recobre as coisas do mundo e as transcreveu na ordenação de um discurso tem [...] seu modelo operatório na Inquisição” (FOUCAULT, 1987, p. 186).

O que vai se observar na formação discursiva da área de conservação será justamente este trabalho de inquirir: incluir, excluir; justificar a escolha; definir que tipo

de saber ou produto será agradável para o mercado; criar círculos de consumo e a partir de diversos sujeitos e entidades que demandam seus interesses. Neste instrumento podemos entender a narrativa de Silva *et al* (2020) a respeito do rio Parnaíba, como um elemento natural, foi fundamental para a população, para o transporte e para a comunicação. Ao longo do tempo, com a observação da biodiversidade, este foi visto como uma potencialidade de uso para o turismo.

As paisagens da APA Delta do Parnaíba possuem sentido e valor social para as comunidades locais. No entanto, também, “são valorizadas pelo olhar externo e das relações de poder que as transformam em território de disputa” (LUCHIARI, 2000, p. 11). Essa disputa é percebida, principalmente, pelo projeto Rota das Emoções, em que a paisagem, em seus atributos naturais, é recriada como atrativo; adquire a forma de produto e um círculo de consumo, fruto do inquérito. Nesta recriação, é percebida uma valorização dos lugares do ponto de vista social, dos grupos em disputa; o território permite a formação dialética de diversas paisagens.

Na Roda de Conversas, os valores colocados em disputa vieram mais à tona quando a desejada formação de território. Segundo o professor 2:

Então em relação aos 2 estados, nós (Piauí) estamos bem atrasados. Os gestores dos parques relatam que a maior dificuldade que eles têm é um número reduzido de pessoas para fiscalizar. Eles têm investido em iniciativas de pesquisa, de divulgação, de captação de recursos, de estruturação de projetos, de mapeamento de comunidades, identificação das atividades que têm sido desenvolvidas, por quê? Porque a gente vê que muitas comunidades, muitas associações, nós trabalhamos com algumas associações pesqueiras, que a associação está constituída pura e simplesmente por estar, você não tem um benefício por ser ou fazer parte da associação. (Relato da roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Percebe-se que há impacto para a criação do território: a constrição de associações representantes de categorias. Porém, como disse o entrevistado, para quê? Ou seja, elas não têm impacto e ou benefício na narrativa integrativa via Rota das Emoções e ou mesmo de estruturação local, para adquirir um porte e ou estrutura como construído em Jericoacoara e Lençóis Maranhense.

### 1.3 OS PASSEIOS ANTERIORES AO TERRITÓRIO

Os primeiros passeios e escolha de pontos de visitação, eram feitos pelos próprios moradores do Delta. Eles conheciam os lugares e conduziam os visitantes; forma oferecendo a estes a alimentação, pousada ou repouso, transportes nas dunas e água. Esse serviço prestado era precificado pelos próprios executores e não havia, por exemplo, uma tabela de preços calculados com base em custos. A negociação do valor ocorria na hora, conforme a quantidade de pessoas e a disponibilidade do condutor. Esta era uma característica territorial local da paisagem inicial.

A primeira mudança no elemento antrópico, vai ser com a inclusão dos passeios organizados em forma de atividade empresarial. Foi para explorar de forma mais organizada, que se organizaram os passeios turísticos.

Estes passeios na região iniciaram em 1987 com o pioneirismo do senhor Vicente Correia, que montou uma agência de viagens em Parnaíba (PI) chamada Atalaia Turismo, que contava com uma chalana reconhecida pela EMBRATUR<sup>14</sup> chamada Cidade Tutóia. Com essa ação, tem início o agenciamento dos passeios e a instalação da Agência Pall Três, proveniente de Teresina. Em seguida, o Sr. Moraes Brito realiza passeios com uma lancha alugada e com agência de mesmo nome, e após surgiu o late Antares, hoje conhecida como Antares Delta<sup>15</sup>, e em 1991 surgiu a Clip Ecoturismo e Aventura (SILVA *et al*, 2020).

Os passeios constantemente saíam no mesmo horário do Porto do Machado ou das Barcas e seguiam por várias ilhas do Delta do Parnaíba (figura 3). Ainda conforme informações de Silva *et al*, os roteiros não eram fixos pois, constantemente, sofriam erosão causada pelos ventos; deslocamentos de dunas; chuvas volumosas que alteravam o cenário. “Devido a intensidade da atividade do turismo associada a outras práticas houve o assoreamento do leito do rio, logo novas rotas foram definidas para a exploração econômica desse setor” (SILVA *ET AL*, 2020, p. 57).

---

<sup>14</sup> EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção do Turismo Internacional é um serviço social autônomo que tem como objetivo o planejamento, a formulação e a implementação das ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em cooperação com a administração pública federal (EMBRATUR, 2021).

<sup>15</sup> A agência Antares Delta no período de sua criação era localizada no povoado Morros da Mariana, no município de Parnaíba (PI), mas em 1994 foi desmembrado e foi elevado à categoria de município em 1994, denominado de Ilha Grande.

**Figura 3 - Rota do passeio tradicional Delta do Parnaíba.**



Fonte: Silva *et. al.* (2020).

Os passeios na década de 1980 saíam do Porto das Barcas e seguiam pela Ilha Grande São José, Ilha de Vera Cruz, Ilha dos Porcos, Ilha do Bananal, Ilha das Batatas, com uma parada para banho na Baía do Caju. Com as alterações na paisagem e não sendo mais possível explorar essa rota.

Na década de 1990 surgiu o novo roteiro com o embarque no mesmo ponto, que seguia para a Ilha dos Poldros com paradas em pequenas ilhas e dunas e retornando ao Porto das Barcas. A partir de 2000 os passeios sofreram alteração no ponto de saída, sendo utilizado o Porto dos Tatus, localizado em Ilha Grande (PI) e seguem para a praia do Pontal, passando pela Ilha dos Poldros, igarapés e retornando ao fim da tarde para o ponto de embarque (SILVA ET AL, 2020).

A dinâmica do turismo foi se desenvolvendo a partir das particularidades dos recursos naturais da paisagem do Delta do Parnaíba e a demanda antrópica pelo exercício do círculo de consumo. Os passeios turísticos foram diversificados para atender os diversos perfis dos visitantes. Atualmente são comercializados passeios em grandes embarcações com capacidade para até 120 passageiros, mas há opções em pequenas lanchas que facilitam o acesso a ilhas que proporcionam maior contato com a natureza.

A diversificação que ocorre é fruto da dialética, que ao ser percebida a potencialidade de exploração natural da região, as agências de turismo comercializam

passeios diretamente com os visitantes, porém o destaque são os atributos naturais da paisagem do Delta do Parnaíba, conseqüentemente as comunidades não são participantes desse processo, como um recurso cultural integrado à paisagem.

Em um dos passeios turísticos da APA Delta do Parnaíba realizado em embarcações de grande porte. Durante o passeio, há a encenação do homem-lama, personagem coberto de folhas e lama e funcionário da empresa prestadora de turismo, o qual apresenta aos turistas à cata de caranguejo e a diferença entre o macho e a fêmea (Figura 4).

**Figura 4** - Apresentação do homem lama durante passeio ao Delta do Parnaíba.



Fonte: Piauí reservas, 2021.

A representação teatralizada e colocada à apreciação do turista é mais um produto oferecido ao viajante. Esconde uma dura realidade da vida do homem local: à cata do caranguejo e a vida na lama.

Segundo dados oficiais atuais, é no meio-norte do Brasil, na região do Delta do Parnaíba, entre os Estados do Maranhão e do Piauí, em que se encontra a segunda maior produção da espécie, sendo a primeira no Estado do Pará. Na área compreendida entre a foz do rio Preguiças, no Estado do Maranhão, e a foz do rio Parnaíba, no Estado do Piauí, era estimado algo em torno de 20 milhões de caranguejos por ano sendo extraídos na região deltaica, em 2012<sup>16</sup>. (EMBRAPA,

<sup>16</sup> Em 2007 foi lançado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (PI) o Projeto piloto de industrialização do caranguejo-uçá no território da planície litorânea do Parnaíba, nos estados do Piauí e do Maranhão” contou com recursos do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Programas Regionais, tendo como um dos executores o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) e uma parceria firmada entre a Codevasf, a Fundação de Educação, Cultura e Desenvolvimento Tecnológico (Fundetec) e a Secom Aquicultura, Indústria e Comércio S.A, localizada em Luís Correia (PI) - que disponibilizou seu frigorífico e adaptou suas instalações para o desenvolvimento de tecnologia

2012). Esse volume, no entanto, não representa uma maior qualidade de vida ao catador, homem da mata, conhecedor das regiões e da captura do crustáceo que, em 2007, o projeto estadual (PI) para industrialização do caranguejo estimava que 4,5 mil pessoas exerciam esse trabalho de cata pelos diversos biomas do Delta. Mas o modo de uso culinário é um saber de apanhadores anteriores à atividade turística e empresarial, dos primeiros moradores do Delta. Conforme pesquisa desenvolvida por Jean Carlos da Costa Soares, apresentado à Universidade Federal do Piauí, a situação de pobreza dos trabalhadores catadores é de degradação humana<sup>17</sup>.

Citando estudos de Nordi (1992); Ivo; Gesteira (1999) e Alves (2002), afirma que:

Considerando que a cata do caranguejo no litoral brasileiro é uma atividade informal, a situação dos trabalhadores catadores de caranguejo é de penúria e exclusão, por se encontrarem desassistidos de suas garantias mínimas de sobrevivência pelo poder público, desde o acesso a programas sociais até a obtenção de documentos pessoais (SOARES, 2014, p. 89).

O estudo de Soares coloca características importantes deste trabalhador. Com base em Nordi (1992), afirma que os catadores de caranguejo são grupos economicamente marginais, extremamente pobres e pouco reconhecidos entre os outros pescadores artesanais no país, e que costumam ficar à margem da participação de organizações de produção, não sendo identificados, inclusive em cadastros, como pescadores (IBAMA, 1994). Quase sempre, sua atividade de cata é a única forma de renda familiar, tendo em vista que a maioria desses trabalhadores não possuem registros e documentos. Esta falta de reconhecimento da profissão, inclusive os exclui de políticas públicas, como os auxílios do governo Federal (IBAMA, 1995; IVO; GESTEIRA, 1999; ALVES, 2002)

A representação feita aos turistas, então, tem ares de ironia com a história e com o catador atual, homem trabalhador, sobrevivente de práticas e saberes

---

de industrialização de caranguejo. Fonte: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/industrializacao-do-caranguejo-uca-no-delta-do-parnaiba-e-viavel-constata-projeto-piloto-da-codevasf>

<sup>17</sup> SOARES, Jean Carlos Costa. **Pobreza, trabalho e renda dos catadores de caranguejo no Povoado de Carnaubeiras, Araioses-MA**.115 F. Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2014.

anteriores ao território do Delta, e com isso sofre dupla exclusão: do seu saber tradicional e das atividades laborais protegidas pela norma trabalhista.

A paisagem da APA Delta do Parnaíba pode ser representada em uma perspectiva integrada, no entanto, reflete a combinação dos fatores naturais e antrópicos, construídos historicamente, reflexo das ações dos sujeitos que são instáveis e desintegrados. Não foram medidos ainda esforços suficientes para os diversos agentes convirjam para tal. As comunidades foram construídas nas suas vivências e usos do território, ao longo do tempo, com base nos elementos naturais da paisagem disponíveis. Conhecimento e exploração surgiram de forma menos impactante quando esses dois elementos caminhavam de forma próxima. Artesanato – palavra que, neste contexto, quer expressar todo tipo de saber de um sujeito que tem o produto como resultado deste saber – criava uma espécie de harmonia entre recursos naturais e exploração.

A apresentação do Homem Lama é apresentada com aspecto integrado à paisagem, à economia e à história alimentar local. Entretanto, percebe-se que a comunidade é utilizada como um recurso de exploração do turismo, e, na ótica do catador, essa pode se configurar como uma ação pejorativa de sua prática laboral, pois durante o passeio não é evidenciada a sua função social e econômica dentro do território da APA Delta do Parnaíba.

A ideia de integração, no entanto, é o discurso que “une” a vontade do Estado, das empresas turísticas e dos moradores do Delta do Parnaíba. A representação do homem lama apresenta sentidos diferentes para sua compreensão. De um lado temos a vivência da comunidade, como uma atividade integrada ao território a partir do uso tradicional e com função social, e de outra temos a apropriação empresarial, através do uso econômico para o turismo.

A paisagem, nesse momento específico, é utilizada, pelos empresários, de forma integrada (natural e social) para a atividade turística, de forma a refletir a dinâmica da sociedade no território. No plano em que existe a relação entre sujeito/sociedade e objeto/natureza, por conseguinte, é um processo de construção contínuo em que o homem materializa suas ações, como no uso de um território. No discurso que cria Área de Proteção Ambiental (APA), fica claro, observando-se o texto do Decreto de 28 de agosto de 1996, que elencou seis objetivos para a sua criação:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Delta do Parnaíba, localizada nos Municípios de Luís Corrêa, Morro da Mariana e Parnaíba, no Piauí; Araióses e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais, com o objetivo de:

- I - Proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;
- II - Proteger remanescentes de mata aluvial;
- III - proteger os recursos hídricos;
- IV - Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI - Preservar as culturas e as tradições locais (BRASIL, 1996).

O poder determinante da soberania estatal indica muito claramente as matrizes discursivas sobre meio ambiente como produto do discurso protetivo dos meios naturais; educar para o meio ambiente. De modo, direto indica a necessidade de considerar as culturas e as tradições (art. VI) e melhorar a qualidade de vida dos locais, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais (art. IV). Eis aí então, o inquérito sendo pensado como o instrumento de primeiro saber, conhecer, ter os dados e depois o poder de determinar, ordenar, disciplinar (FOUCAULT, 1987)

No artigo 4º deste mesmo Decreto S/N de 1996, o poder disciplinar indica os procedimentos de formação legal do então território da APA.

Art. 4º Na implantação e gestão da APA Delta do Parnaíba serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- I - Elaboração do zoneamento ecológico-econômico, a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - Utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - Aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - Divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - Promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;
- VI - Incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, instituída pelo Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA.

O texto normativo, ao desejar criar um território integrado, desde logo, insere-se em um ambiente multiterritorial, plurissignificativo. A reterritorialização, (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2015; CURY, 2003), não é algo que ocorra de forma passiva. É significativo o quanto a norma (I e III) é impositiva entre permitir, proibir, incentivar, reordenar, ordenar novamente. São ações que impactam em saberes já estabelecidos, em atividades de substância, de uso turístico.

Isso provoca alterações no entendimento da paisagem em seu sentido social, e passa a ser construída uma paisagem comercial pelos empresários do ramo do turismo, a qual é transmitida e comercializada aos turistas como algo integrado com as comunidades, e que é constantemente reafirmada, continuamente, pelo discurso do desenvolvimento sustentável que está associado aos marcos legislativos de criação da APA Delta do Parnaíba.

Os múltiplos usos e intencionalidades do território são fundamentais para a compreensão da natureza e do Estado como determinantes. Para esse contexto, na APA Delta do Parnaíba, destacam-se as relações que delimitam o seu território em nível institucional e motivadas pelos aspectos da paisagem. O primeiro nível é designado pelo decreto de criação da área, em que estão delimitados os limites territoriais e os usos, embora superficiais nesse marco legal. O segundo se dá através do projeto Rota das Emoções, em que a paisagem se torna o fator determinante para a exploração econômica em si pelo turismo e gera conflitos com as comunidades tradicionais.

Mormente estes atos administrativos deterministas de antemão, no art. 8º do Decreto, ficou estabelecida a forma de gestão do território que deveria ser formado - "Art. 8º O IBAMA poderá criar Conselho Gestor da APA ou grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração, a elaboração do zoneamento ecológico-econômico e do plano de gestão ambiental" (BRASIL, 1996).

A partir deste mandamento, foi criado o Conselho Consultivo da APA e criado uma rotina administrativa em função dos diversos Relatórios que as legislações do IBAMA exigiria para finalmente dar a forma administrativa e territorial desejada. Para efeitos legais, a referência territorial ficou assim definida:

O Delta do Rio Parnaíba corresponde à foz do rio Parnaíba e está situado entre os estados brasileiros do Maranhão e Piauí. A foz abre-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais. Sua paisagem exuberante, repleta de dunas, mangues e ilhotas, com fauna e flora peculiares, garantem um cenário paradisíaco para os turistas.

A Ilha Grande de Santa Isabel, a maior do arquipélago, fica nos municípios de Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí. A segunda maior, a Ilha das Canárias, fica em Araióses, no lado maranhense. Outra ilha de destaque é a Ilha do Caju, que é particular e está a 50km de Parnaíba.

A Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba abrange 10 municípios: Tutóia, Paulino Neves, Araióses e Água Doce do Maranhão, no Maranhão; Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí; Chaval e Barroquinha, no Ceará. Os recursos naturais são protegidos pela Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (FIGUEIREDO, 2004).

A visitação na APA Delta do Parnaíba em 2019 correspondeu a 25.441 visitas, quantitativo inferior se comparado ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que foi de 151.786 visitas e ao Parque Nacional de Jericoacoara com 1.322.883 de visitas (ICMBIO, 2020). Esses dados nos fazem questionar quais os fatores que contribuem para essa visitação baixa, apesar de integrar o mesmo roteiro turístico. Uma possível explicação é a ausência de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, nas quais não são estabelecidas redes colaborativas entre os envolvidos no setor; associados a isso há a descontinuidade de ações estruturantes por parte dos órgãos públicos devido às ações políticas locais temporárias.

#### 1.4 UM TERRITÓRIO EMANADO DA VONTADE DO ESTADO

O tema a seguir do Decreto que mais gerou conflitos foram as ações para o zoneamento ecológico-econômico. Mais adiante trataremos este tópico. Por ora, faz-se necessário enraizar as ocorrências locais e a determinação estatal de reterritorializar um seu espaço já socialmente ordenado.

Ratzel (1990) propõe uma compreensão do território de forma naturalizada do povo e relacionado ao Estado-Nação. Saquet (2015) explica que, em alguns momentos para Ratzel, o território é sinônimo de ambiente e solo e em outros de Estado-Nação e dominação, de modo a ficar evidente o Estado como um elemento que determina e organiza o território, principalmente na relação solo/ambiente.

O Estado assume na APA Delta do Parnaíba o papel de agente regulador ao estabelecer os limites e as formas de exploração da natureza, da economia e do turismo. Essa ação influencia diretamente os usos tradicionais desse território, e conseqüentemente provoca conflitos, nos quais é percebido que os espaços utilizados pelas comunidades tradicionais são apropriados pelo turismo e provocam descaracterizações na paisagem. Essa função reguladora do Estado estabelece uma relação institucionalizada nas ações que se desenrolam no território em alguns momentos de dependência, no entanto, não acontece de forma eficaz, principalmente em relação ao turismo, no qual não se percebe uma continuidade das ações estruturantes da atividade.

Com o desenvolvimento da atividade do turismo na APA Delta do Parnaíba, foi percebida a alteração na dinâmica do território relacionada à infraestrutura turística para a recepção da visitação, com a ampliação do comércio local, a construção de hotéis, pousadas, restaurantes e acessos; com ordenamento urbano: vias públicas, com galerias, iluminação, asfalto.

O território é compreendido como um produto social, através das relações dos diversos atores. A partir dessa perspectiva, é possível compreendê-lo com uma abordagem relacional, ao considerar as interações territoriais entre os diferentes lugares e sujeitos que estão envolvidos. Esse entendimento, permite compreender que, na APA Delta do Parnaíba, as relações entre os indivíduos, as comunidades, empresas e associações, se estabelecem, embora de vontades e interesses divergentes, quase sempre.

Ainda nessa linha de raciocínio, o autor discorre a abordagem do território pautada nas relações sociais, e que este é, também produto das relações de poder, que o configuram como um campo de domínio e controle. Essas características são fundamentais para entender que o território se delinea a partir das dinâmicas econômicas, políticas e culturais, como elementos cotidianos e de interação contínua, e que carregam, em si, uma processualidade histórica para compreender como se desenvolvem os processos de desenvolvimento e interação entre os sujeitos. O Delta do Parnaíba enquanto espaço, antes da intervenção para a criação da APA, é um local com história e interação social, e esses fatores contribuem para que possamos compreender como os sujeitos interagem entre si, e com os demais, e em como isso configura os atributos e as particularidades, para enfim permitir entender esse território

como um processo de desenvolvimento. No capítulo seguinte, faremos uma breve descrição dos 10 municípios do Delta, com intuito de demonstrar estes traços culturais.

São estes traços que para nós forma uma territorialidade. Ela é caracterizada como um fenômeno social, que envolve os indivíduos que ao integrar grupos, interagem entre si. Dessa forma, a territorialidade depende, também, das relações intersubjetivas entre os indivíduos e em como esse se conecta com outros locais, sujeitos e com a natureza, logo, essas relações dão suporte à identidade local, mesmo que indefinida, negociada.

Tendo em vista, a grande extensão territorial, as territorialidades estão entrelaçadas e conectadas pelas relações que os indivíduos fazem no seu local, e em como isso, também, interagem com outros locais, além dos processos de comunicação que reproduzem suas intencionalidades. Aliado a isso, há as territorialidades que se desenvolvem em função do turismo, que são resultado das relações normativas disciplinares com a função de delimitar um território, e em como isso movimenta e reorganiza e provoca outras territorialidades. Enfim, se percebe um processo dinâmico e contínuo, e, que é resultado das congruências históricas que caracterizam o Delta do Parnaíba.

Neste sentido, a discussão de Claude Raffestin (1993) explica que o território está além da geografia, porque tem uma perspectiva relacional, multidimensional e interescalar, e é fundamentada em uma realidade material cujo objeto é formado pelas relações sociais que são estabelecidas entre os sujeitos e objetos e concretizam as ações no território e dão significado às territorialidades. O autor, também, que as múltiplas relações de atores que “estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 41). As relações são importantes para entender o território, que é formado pelo resultado das ações dos homens, que se apropriam de um espaço, de forma concreta e abstrata, ou seja, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Conclui-se que no APA, o espaço é caracterizado pelas transformações que acontecem mediado pelo poder, não como uma forma individual, mas como uma representação coletiva e configurando a sua existência. Essas transformações que materializam o território da APA Delta do Parnaíba refletem o entendimento das

relações que acontecem e são estabelecidas pela atividade do turismo, e como essas ações alteram a dinâmica das comunidades no território.

É neste espaço acontecem as relações de trabalho, a fluidez de informação que são delimitadas pelo poder, sendo que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144). A concepção multidimensional das relações de poder é importante para entender de forma múltipla o território e as territorialidades humanas, pois, a análise do território tem como princípio as relações de poder, através das ligações e das identidades que são estabelecidas pelos grupos sociais com o espaço, ou seja, o espaço é instituído como território com as relações sociais e das comunicações entre os atores que estão envolvidos, dessa forma visto e vivido (RAFFESTIN, 1993).

Notamos, contudo, que, embora seja possível reconhecer que o território turístico com a identidade da APA, como se deseja formar, é gerador de serviços. Há na atualidade um círculo de produção e consumo de diversos bens geradores de receita. Mas ele é mais dinâmico e mais profundo que estas relações financeiras e empresariais construídas a partir da vontade do Estado. As relações de trabalho no território da APA Delta do Parnaíba continua sendo também, a pesca artesanal e profissional, à cata de caranguejo artesanal, agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, atividades artesanais diversas, como a renda de bilros, os trançados de palha de carnaúba, pequeno comércio, restaurantes e a atividade para o turismo. Todas estas atividades, de uma forma ou outra, têm alguma relação com a natureza, e estão associadas à paisagem. Essas relações são constantes, contínuas e mútuas e se explicam pela funcionalidade deste território ao estabelecer o uso “racional” dos recursos disponíveis pela paisagem. Com isso, se percebe que o território é, constantemente, modificado pelo trabalho e, conseqüentemente, revela as relações vivas, estabelecidas no espaço.

A delimitação do espaço em território, como dissemos, é o ponto do conflito. Ele é formado pelas relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e indivíduos, ou seja, essas relações diárias estão relacionadas às dinâmicas da política, da economia e da cultura, que se constituem pelas malhas como um conjunto de pontos/ligações/conexões entre os diferentes agentes sociais, os nós, que são os pontos de encontro entre as relações sociais e as redes que se referem

como as ligações entre dois e mais agentes sociais (FERREIRA, 2014; SAQUET, 2015).

Uma territorialidade “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações, relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162). A territorialidade é intrínseca a todas as relações em um território, sejam aquelas que envolvem algum processo produtivo, sejam trocas e consumos, sempre como uma relação entre os homens. A perspectiva relacional da territorialidade é notada entre as relações de poder, as redes que são estabelecidas para a circulação e comunicação, como um produto da coletividade.

Essa abordagem de Raffestin evidencia no território estudado que as relações entre o poder e as redes são percebidas, não só através do Estado ao delimitar e estabelecer os usos, mas também pelas agências de turismo que estabelecem os usos da paisagem para o turismo. A partir disso, estabelecem-se redes que promovem a circulação econômica e social das comunidades e resultam em uma coletividade<sup>18</sup>.

Assim, a territorialidade é compreendida de forma relacional e dinâmica, que sofre variações no tempo e no espaço, e assume uma postura (i)material que está ligada a três perspectivas, a primeira é a real, a segunda são as sensações e a última, as representações. Essas perspectivas são importantes para entender a territorialidade como multidimensional e atrelada à vida em sociedade, através da construção do território pelas relações de poder e com as diferentes atividades do cotidiano dos sujeitos envolvidos, ou seja, está associada à coletividade e nas relações que são mantidas entre os indivíduos.

Também o geógrafo Robert Sack faz uma abordagem do território e, em especial, da territorialidade humana, em um ponto de vista social na perspectiva do controle e da influência. Para o autor, o território tem uma contribuição relacional, como uma área da geografia que é resultado de ações estratégicas para afetar, influenciar e controlar tanto as pessoas quanto os fenômenos e as relações; e acrescenta que “os territórios requerem esforços constantes para estabelecer e mantê-los. Eles são resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar

---

<sup>18</sup> Não se deseja expressar, com o uso deste termo coletividade, que há uma homogeneidade social na APA, entre os municípios, as diversas comunidades e ou associações. Estamos nos referindo ao discurso, à norma que afirma a partir de si mesma que considera um coletivo.

peças, fenômenos e relações” (SACK, 1986, p. 21). Quando consideramos o APA como um projeto de gestão, fica evidente esta perspectiva de Sack.

Percebe-se que o território é moldado a partir de suas delimitações, as quais são utilizadas para o controle tanto de comportamentos quanto de acessos de recursos e poder. Os territórios são construídos socialmente e as relações estabelecidas atendem aos objetivos de quem está no controle, com intencionalidades. No território da APA Delta do Parnaíba, o controle para o acesso aos recursos é percebido no nível institucional na forma definida pelo Decreto de criação e pelo Plano de Manejo da UC, em que são delimitadas as zonas e os usos permitidos. Essas ações promovem novos comportamentos para as territorialidades.

O APA é um território porque é área controlada e delimitada por uma figura impregnada de autoridade. É produto de formas estratégicas de influência, em nível individual ou em grupos sociais, as quais moldam os comportamentos sociais e constituem o território. Assim, os limites estabelecidos por Sack sofrem alterações de acordo com as estratégias que são impostas para o controle e para a delimitação do espaço (SAQUET, 2015).

O autor explica que na territorialidade as relações humanas no espaço não são neutras, apesar de subjetivas, atendem às necessidades específicas que as estabelecem. A territorialidade, então, está enraizada em níveis sociais e geográficos e que estão intimamente relacionados no modo como a terra é utilizada e em como os seres se organizam espacialmente e, a partir disso, dão sentido de lugar (SACK, 1986). Percebe-se que há uma aproximação com as exposições de Raffestin (1993), em que as ações são intencionais e conduzidas por atores sintagmáticos, apropriando-se do espaço de forma concreta e abstrata, sem neutralidade.

Essa não neutralidade na APA Delta do Parnaíba fica bem evidente ao analisar o turismo. Os jogos de interesse ficam claros com os projetos de governo descontínuos e pelos interesses dos empresários da área, em que as ações são mediadas em função do poder institucionalizado, porém não para as comunidades tradicionais se estabelecerem em seu protagonismo. Até mesmo entre as atividades empresariais há a disputa; a Rota das Emoções é uma destas atividades que gera a competição, pois dá mais visibilidade e logo, mais fluxo de vendas.

A classificação de inquérito, por área se refere à determinação de coisas/objetos em uma categoria/registo específica dele, ou seja, significa realizar a atribuição de características comuns com parâmetros de controle que são aplicados a um objeto e a relações que estão em um mesmo espaço (SACK, 1986). Consequentemente, a territorialidade conferirá a categorização de pessoas e de coisas que são submetidas às influências e aos controles com normas, desde que pertençam em um mesmo território.

Nessa classificação por área, é fundamental que sejam estabelecidos os limites, logo essa territorialidade exige que haja uma forma clara e assertiva para a comunicação de fronteira/limite, que é definida por quem exerce o controle e que seja assimilado por quem são controlados (SOARES JUNIOR E SANTOS, 2018).

Para a classificação por comunicação, equivalente às redes, Sack (2013, p. 60) afirma que a “territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira”. Esses limites podem ser estabelecidos através de um marco, um sinal, que já seja facilmente encontrado em uma fronteira; ou por uma representação simbólica, que é uma combinação afirmativa sobre o espaço e sobre a posse ou exclusão.

E por último, a classificação por controle de acesso, mediada pelas relações de poder, para a territorialidade envolve o controle no acesso a uma área geográfica (território) e as coisas que são nela contidos ou restringir a entrada, ou seja, “veda a entrada de elementos externos e controla e influencia as relações entre os elementos internos” (SOARES JUNIOR E SANTOS, 2018, p. 14).

A combinação dessas classificações produz reações no território, as quais contribuem para as relações se tornarem impessoais e contribuem para moldar as atividades em uma hierarquia. Assim, “promover relações impessoais e atividades geograficamente moldadas dentro de uma hierarquia, são duas das muitas consequências identificáveis das três facetas da territorialidade” (SACK, 1986, p. 27).

A territorialidade se refere às vantagens do uso que deve se manter ligado com uma ou mais das relações que são interconectadas, por serem fundamentais para compreender o seu significado. Essas características são localizadas em todas as sociedades, mas seus potenciais efeitos podem ocorrer em contextos históricos particulares.

Ela direciona para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras, pois as pessoas não se movem e interagem no espaço ao acaso. Entretanto, essas questões de interação humana, movimento e contato promovem trocas de informações que afetam, influenciam e controlam as ideias, as ações e o acesso às fontes. Dessa forma, “as relações espaciais humanas são resultado da influência e do poder. A territorialidade é a forma espacial primária do poder” (SACK, 1986, p. 32).

Pensando em uma perspectiva produtivista, a forma como as territorialidades se manifesta nos espaços pode ser caracterizada com base no seu valor para o sistema econômico em vigência. Os espaços são utilizados pelo capitalismo como “área de esforço”, e os que não atendem a esse interesse são “territórios improdutivos” ou simplesmente “lugares vazios” (SACK, 1986). A partir disso, são estabelecidas hierarquias para os lugares e distribuição espacial. Conforme o sistema econômico determina e estabelece relações, passa a haver o contínuo esvaziamento e preenchimento de territórios por conta da intensidade das relações e das movimentações.

Esse entendimento produtivista faz perceber que na APA Delta do Parnaíba o seu valor é extraído com base na sua capacidade de gerar através do turismo a partir dos seus atributos da paisagem. Esse interesse delimita quais são as áreas que podem ser exploradas, no entanto, outros aspectos com potencial para exploração do turismo são negligenciados, como as práticas tradicionais só que mais direcionadas para o seu valor cultural.

Enfim, a partir destes autores (Raffestin, Saquet; Foucault; Sack; Ferreira) podemos dizer que fica bem evidente o que vem a ser um território de UC, na medida em que foi ou é transformada em APA. É preciso naturalizar algumas atividades, interditar outras, motivar algumas, como disse a norma. É um arranjo que se faz em um espaço com a finalidade de transformá-lo em território ou em um lugar. Uma intervenção impactante, pois, já era território ou territórios, quando da intervenção; a presença da norma, de agentes do Estado através das Universidades, do ICMBio, das secretarias municipais e estaduais, agências de turismo, associações dentre outros, cria o caráter de territorialidade apontado pelos autores acima citados. Dinâmico, aberto, negociável, conflitivo, apesar de classificado, disciplinar, normativo.

## 1.5 PASSEIOS NO ESPAÇO DO DELTA

Como já destacamos em outro momento, os “usos” da natureza local são anteriores à criação da UC. O turismo na APA Delta do Parnaíba é desenvolvido com a apropriação da natureza como um recurso material ainda sem a transformação destes elementos visíveis em materiais simbólicos. O sal, o sol, as revoadas de aves, os peixes e caranguejos, as rochas, sofreram uma metamorfose pelo trabalho imagético, de marketing, e transformando em fragmentos de sonhos para se agregar na vida de consumidores, dentro da concepção desenvolvimentista. Anterior a isto, como disse Silva *et al.* (2021) em 1987 foram iniciadas as atividades comerciais destinadas ao turismo na região com passeios realizados em chalanas. A partir dessa iniciativa, outras empresas foram se estabelecendo nesse ramo.

Mas mesmo estas, com movimento de poucas pessoas, criaram impacto no meio ambiente local. Com a continuidade das atividades foi percebido o assoreamento dos rios e com isso o trajeto dessas embarcações sofreu alterações, com destaque para algumas ilhas que tiveram o acesso fechado e não havia mais a possibilidade de serem exploradas, mas foram estabelecidas novas rotas a serem comercializadas, e essa dinâmica se percebe mesmo após a institucionalização da área em 1996.

Conforme informações obtidas na roda de conversas, o professor 3 relembra elementos históricos que melhor vinculam o presente a um passado recente. Disse ele:

O Delta do Parnaíba é um rio de navegação histórica, por todas as linhas há uma história a se contar, assim como a história do Passeio que atualmente é desenvolvido nas linhas fluviais do rio, no qual foi descoberto com base no transporte fluvial de cargas e pessoas, e que na década de 1980 esse era o único meio de transporte na cidade, e que o turismo não era explorado na época. Mas foi a partir da navegação entre Parnaíba e Tutóia principalmente, que surgiu o interesse de se explorar e observar a fauna e flora como cunho turístico. Mais que atualmente, devido alguns canais terem se fechado, outros tomados pelo mar, não se tem navegação ou linha por alguns trechos de antigamente, pois a dinâmica que se encontra no delta é grande, um dia está de um jeito, outro não. (Relato da roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Houve um tempo que deslocar-se pelo rio era puramente um meio de transporte, afirma seu relato. Logo, o turismo é uma invenção, uma atividade em criação.

Silva *et al* (2020), cita o relato de um empresário dos anos 1980 sobre como se organizava a atividade turística naquela época. Seu relato vai de encontro a esta descrição que presenciamos na Roda de Conversa. Disse ele:

Durante todos esses anos que trabalho na área, as coisas vêm se modificando com o tempo, com o tempo da própria natureza, e isso é algo natural. O que acontece hoje é que a dinâmica presente no Delta do Parnaíba, sobretudo na questão da navegação do passeio, não é nós que queremos o roteiro que atualmente se trabalha, é o que a natureza nos faz se adaptar. No início quando comecei a trabalhar no passeio, as dunas do morro branco, eram distantes do rio, a gente mal via, hoje elas estão à beira do rio. Assim como o assoreamento está presente em vários canais do rio, e isso já existia, não é de hoje, porém acontece com mais frequência atualmente, ocasionado fechamentos de linhas fluviais, dessa forma as embarcações diminuam, atualmente não se ver tantas embarcações como antigamente, o que nos leva a perceber que a própria navegação aos poucos está deixando de existir. Afogando assim a sua própria história (SILVA ET AL, 2020, p. 669, grifo nosso).

Com essa narrativa, podemos retornar à discussão sobre a dinamicidade do sistema. Relembrar o sistema dunar, da importância dos ventos e do regime de chuvas na modificação da paisagem natural. E, sem dúvida, no movimento de pessoas que impacta por onde passa e [...] “a própria navegação aos poucos está deixando de existir”.

Outra constatação importante apontada pelo entrevistado, encontramos na historiografia local. Mendes (2007), aponta que o Rio Parnaíba possui grande importância econômica e cultural, pois historicamente, a partir de 1858, com a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, o rio tornou-se a principal via de transporte e escoamento de produção de norte a sul do estado. Somente no ano seguinte, se transformou em um dos principais atrativos para o turismo local, tornando a navegação não só um meio de transporte usado pelos parnaibanos, mas um produto turístico conhecido nacionalmente e um grande gerador de renda.

Há de se imaginar, então, que diversas práticas de navegação comercial, de pessoas, produtos e animais se estabeleceram de forma a integrar litoral e continente.

No imaginário local, navegar se dava em função do trabalho, da sobrevivência; não era lazer.

Este cenário anterior ganhou grande significância no seio social. Podemos entender seu status quando historiadores locais recuperam memórias sobre a construção de outro modo de transporte muito comum à época, além do fluvial: o transporte ferroviário. Nos Anais da Câmara do Deputados, está registrada a afirmação de Idelfonso Albano, deputado piauiense: “mas o Piauí tem rios navegáveis, a estrada de ferro não faz tanta falta assim”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, ANAIS, 1885)

Já no Almanack da Parnaíba, de 1926, encontramos a seguinte narrativa sobre a fundação da ferrovia interligando Parnaíba a Petrolina.

Assim foi que, em princípio de 1899, Jonas Correla prestou valioso concurso aos concessionários da Estrada de Ferro Petrolina-Parnahyba, cuja construção teve seu início na cidade de Parnaíba, a 15 de janeiro daquele ano. Infelizmente, porém devido a uma imprevista decisão do Ministério da Viação, foram logo interrompidos os serviços da importante via de comunicação terrestre, ficando destarte ainda adiada a realização de tão justa aspiração dos piauienses. Somente três lustros depois, ou seja, em 1913, voltou o governo de novo suas vistas para a viação férrea no Piauí, incluindo no traçado da Rede de Viação Cearense o ramal Amarração-Campo Maior, que ficou a cargo da South American Railway Company. O coronel Jonas Correla, querendo prestar seu concurso direto a tão importante melhoramento para a terra piauiense, contratou em Londres, em começo daquele ano, com a supracitada companhia inglesa, juntamente com o ilustre engenheiro piauiense João Cabral, a construção de parte daquele ramal, ou seja, o extenso trecho da Vila de Amarração a cidade de Piracuruca, cerca de 150 quilômetros. (ALMANACK DA PARNAÍBA, 1926, p. 10-11).

Construída em meio a apoios e desaprovações, fato é que o Serviço da Estrada de Ferro foi concluído. E ela, com certeza, representou um “esvaziamento” dos serviços de transporte fluvial, até mesmo devido à inconstância do solo e ao regime de chuvas que modificam os caminhos e acessos. A Estrada de Ferro mostrou-se mais viável por ser estável como meio de transporte.

Estes dados memorialísticos e históricos são importantes porque dinamizam a compreensão que podemos ter da comunidade que se forma nos municípios que

compõem o Delta do Parnaíba e compreender alguns rumos da reterritorialização mediante a formação do território turístico do APA.

## 1.6 REARRANJOS E INTERFERÊNCIAS

Atualmente os passeios são realizados em embarcações de grande porte, cuja capacidade varia entre 70 e 120 passageiros, e em pequenas lanchas para até 14 passageiros. A duração é de 4 a 9 horas, e alguns são dependentes da variação da maré para acontecer. Os passeios são realizados em grandes embarcações, nas quais é servido lanche com frutas, almoço e caranguejada<sup>19</sup>. Essas embarcações causam interferências negativas na paisagem com os ruídos de músicas que são reproduzidas durante o passeio, com os dejetos de banheiro e de cozinha, com o aumento do lixo nas margens dos manguezais e com o derrame de combustível do motor das embarcações (Figura 5).

**Figura 5** - Embarcações para o passeio na APA Delta do Parnaíba.



Fonte: Jornal da Parnaíba, 2014.

---

<sup>19</sup> Caranguejada é um prato tradicional que utiliza o caranguejo uça como base. O processo de preparo pode ser feito de forma simples com água e sal ou incrementado com leite de coco e temperos como tomate, cebola, pimentão e cheiro verde.

Assim, essas interferências influenciam no processo de reprodução dos peixes tanto residentes quanto migratórios e de outras espécies da fauna, bem como na integridade do sistema em si, a alteração da vegetação, dentre outros pontos (CARVALHO, 2018; GALVÃO E SILVA, 2020).

Embora, como dito pelo entrevistado, “o assoreamento ocorre não é de hoje”, mas o que hoje se observa é o impacto criado pela maior movimentação de pessoas no território. São reflexos da multiplicidade do vivido no território pelos membros da coletividade. Ela se estabelece pelo viver, que é intermediado pelos processos de produção que são pautados pela persecução de um modelo de desenvolvimento, isso modifica tanto as relações com a natureza em si, quanto as sociais. É expressa pela ação dos indivíduos na APA Delta do Parnaíba e lá são percebidas pelas múltiplas territorialidades.

Extrativistas como vistos abaixo, parecem ser estranhos ao cenário. Mas fazem parte desta dimensão imaterial e material local. São sujeitos com pertencimento e vivências no território, em suas mais variadas atividades como a pesca artesanal, cata de caranguejo (figura 6), agricultura de subsistência, artesanato. A outra territorialidade é a estabelecida pela atividade do turismo que provoca a redefinição da escala de importância dos sujeitos da APA Delta do Parnaíba, que ao perceberem a potencialidade da paisagem passa a utilizá-la como um recurso para o turismo.

**Figura 6** - Catadores de caranguejo uça do Delta do Parnaíba.



Fonte: Assessoria de comunicação CODEVASF, 2013.

Pode parecer imperceptível, mas a atividade do turismo na APA Delta do Parnaíba é produto e resultado da ação do homem no território, no que diz respeito à intangibilidade de sua prática e a potencialidade de desenvolvimento com as perspectivas de melhoria, no entanto não é percebida a integração e o protagonismo pelas comunidades.

Conforme estudo realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio, 1999), a ocupação da região litorânea foi iniciada em 1600 com a chegada de fidalgos e colonos para fins de exploração na região, que antes era habitada por índios das tribos Tremembés ou Terenembés e Aróios. A ocupação da região aconteceu com as práticas de colonização e de pecuária, através das fazendas de gado.

O município de Araiões historicamente foi ocupado pela tribo Arayos, que habitavam a região de Tutóia, no Maranhão. Antes chamada de Nossa Senhora da Conceição dos índios Arayos, Araiões foi visitada em 1767 pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas, em 1893 elevada à categoria de vila e em 1938 emancipada. Enquanto no norte do Piauí, o povoamento é explicado pelos “caminhos do gado” vindos do interior do Piauí. Em 1669, Leonardo de Sá desbravou a região que hoje é conhecida por Parnaíba. Semelhante ao Maranhão, o Piauí tem a ocupação tardia do litoral.

A agropecuária é uma atividade característica nos municípios de Araiões, Água Doce do Maranhão, Tutóia e Paulino Neves, enquanto a pecuária influenciou a ocupação no Ceará e Piauí (MATTOS, 2006; IBAMA, 1998). A agricultura e a pecuária foram atividades desenvolvidas por pequenos agricultores com as principais culturas de mandioca, milho, feijão e arroz.

Na região, a cultura do caju é importante por ser uma espécie que ocorre naturalmente na faixa litorânea. O produto mais significativo dessa cultura é o fruto (castanha) e o pedúnculo é utilizado para sucos, doces, cajuína, cerveja, moquecas, entre outros.

A pesca artesanal é outra atividade significativa e realizada em toda faixa litorânea, no entanto, há o conflito entre os pescadores artesanais e os praticantes de *kite surf*, pois durante a sua prática podem causar acidentes por conta do equipamento esportivo, além de interferirem negativamente nas áreas de proteção de espécies. Há

no Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba (2020) as zonas de uso e as normas gerais que especificam onde as atividades podem ser realizadas e os requisitos necessários para que aconteçam.

Esse contexto permite perceber que o contínuo de relações que se perfazem no território da APA Delta do Parnaíba, além de configurar as territorialidades, em si, estabelecem novas territorialidades, seja a partir de novos arranjos produtivos e pelo turismo; elas são construídas constantemente e influenciam, seja configurando novas perspectivas no arranjo territorial e atribuindo novos significados ao território.

A territorialidade vai além das questões políticas e dos simbolismos que são inerentes dos grupos sociais, em simultaneidade aos processos econômicos também são considerados. Nessa perspectiva, as territorialidades da APA Delta do Parnaíba são simultâneas e contínuas, e estão além do simplesmente estabelecido nos marcos políticos, abrangendo uma perspectiva econômica, que está alinhada às atividades tradicionais e às viabilizadas pela prática do turismo na área protegida, “a territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual” (SAQUET, 2015, p. 164).

Retornando a Raffestin, a territorialidade é delineada pelo conjunto de relações que são constituídas em um sistema tridimensional (sociedade-espaco-tempo) dinâmico, pois os elementos que o compõem são suscetíveis à ação do tempo, assim “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

A APA Delta do Parnaíba se apresenta como algo socialmente em construção, em que o território não é somente delimitado, mas onde os indivíduos e os grupos exercem a sua territorialidade através da influência, do controle de pessoas, fenômenos e relações mediadas pela prática do turismo. Portanto, a territorialidade é caracterizada pela intencionalidade dos sujeitos e uma estratégia para o controle e influência.

## 1.7 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O zoneamento faz parte do ritual normativo para criação da UC, art. 4º do Decreto de criação. A proposta inicial para criação e discussão foi elaborada pelo SEBRAE, como uma política de estado que não foi construída coletivamente com as populações, mas para atender as premissas de uma política ambiental emergente. Apenas para relembrar o contexto da discussão sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), sua emergência corresponde à década de 1990, quando das discussões sobre educação ambiental. Neste período surge no Brasil a criação de mecanismos com o intuito de diminuir a poluição ocasionada pela industrialização no país, proibir a caça, a pesca predatória e o desmatamento ilegal a fim de reduzir a degradação ambiental, além dos impactos socioambientais dela decorrentes. Nesse contexto, entre várias leis e decretos instituídos pelo Governo Militar nas décadas de 1960, 1970 e 1980, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que criou o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e instituiu vários instrumentos de defesa do Meio Ambiente, entre eles o Zoneamento Ambiental.

Segundo Vagula *et. al.* (2021, p. 2):

Com o passar dos anos o Governo Brasileiro adotou o termo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para este instrumento da PNMA ao invés de zoneamento ambiental e cunhou uma metodologia própria para sua execução, cuja fundamentação teórica baseia-se na análise da paisagem e na Teoria da Ecodinâmica proposta por Tricart.

Destaca Vagula que, ao longo da aplicação da metodologia do ZEE, os técnicos do governo brasileiro e acadêmicos envolvidos procuraram estabelecer “[...] um peso maior para os fatores sociais e jurídico-institucionais, afastando-o, assim, de uma abordagem amplamente biogeofísica e direcionando-o para uma abordagem que confere um peso maior às dinâmicas territoriais e a construção do espaço geográfico” (2021, p. 3).

Do ponto de vista da gestão governamental, o ZEE tem como principal objetivo promover o crescimento econômico de forma sustentável no território brasileiro, enquanto este trabalho tem como objetivo apresentá-lo, contextualizando seu surgimento e apresentando sua metodologia e sua estruturação programática e

institucional, ainda que de maneira sucinta, além do atual estágio das execuções dos projetos (BRASIL, 2006; LOPES LOURENÇO, REUSS-STRENZEL, 2016).

Gandra (2008), menciona zoneamento ambiental como:

a definição de setores ou zonas com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que o desenvolvimento e atividades econômicas de uma região possam existir de forma eficaz e em harmonia com a conservação da natureza e dos recursos naturais. O processo de zoneamento pode ser definido como a fragmentação controlada e ordenada de um território, segundo critérios discriminados (GANDRA, 2008, p. 06).

Podemos, assim, visualizar o poder saber em termos de proteger, incluir e motivar atividades em desenvolvimento em um espaço, com a finalidade de reduzi-lo a um território controlado.

Para Santos apud Vagula *et. al.* (2021, p. 35) as zonas “referem-se às áreas identificadas numa paisagem (por exemplo, bacias hidrográficas) passíveis de ser delimitadas [...] que possuem estrutura e funcionamento semelhantes”. As zonas “são definidas por agrupamentos de variáveis (componentes, fatores e atributos ambientais) que apresentam alto grau de associação dentro da paisagem” de modo que fiquem definidas suas potencialidades e fragilidades (VAGULA *ET. AL.*, 2004, p. 35).

Na definição da metodologia, percebe-se que estão presentes alguns conceitos usuais da Geografia Humana como paisagem, território e rede, e procura tecer uma análise de forma integrada as dinâmicas naturais, as dinâmicas territoriais e a de produção do espaço geográfico, afastando-o de uma concepção estritamente biogeofísica, característica da maior parte dos zoneamentos encontrados na literatura científica.

No Art. 3º do Decreto Federal nº 4.297/2002 fica regulamentado que o objetivo do Zoneamento é “[...] organizar de forma vinculada as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas” (BRASIL, 2002).

O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE) baseia-se em oito princípios políticos ou técnicos que são: Compreensão do Território; Sustentabilidade Ecológica e Econômica; Participação Democrática; Articulação Institucional; Abordagem Sistêmica; Valorização da Multidisciplinaridade; Utilização de Sistemas de Informação; e Elaboração de Cenários Futuros (BRASIL, 2006).

Segundo informações do site do Ministério do Meio Ambiente, quatro são os projetos que se encontram já executados ou em execução sob sua coordenação: o Zoneamento Ecológico-Econômico do Baixo Parnaíba, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do São Francisco, sendo os dois primeiros concluídos e os demais estão em fase inicial de implantação.

Com soma total de 10.520 km<sup>2</sup>, a área é descrita como “rica em biodiversidade, caracterizada pela tensão ecológica entre a Caatinga, o Cerrado e os ecossistemas marinhos, onde se encontra o delta do rio Parnaíba e onde se desenvolveu uma extensa área de mangue e de dunas” (VAGULA *ET AL*, 2021, p. 6).

Vagula *et al* descrevem que os procedimentos de zoneamento ocorreram da seguinte forma:

A partir da análise dos dados e das imagens orbitais estabeleceram-se, na fase do **diagnóstico**, as unidades dos sistemas ambientais, definiram-se os **diversos usos** e os **sistemas de produção** presentes na área e levantaram-se as áreas de preservação permanente e as áreas de proteção (Unidades de Conservação) ali existentes. A partir da análise dos indicadores identificou-se o **potencial econômico e social**, as **fragilidades dos sistemas ambientais e as incompatibilidades legais presentes na área abrangida**. Definiram-se as unidades de intervenção, cada qual com suas potencialidades, problemas e limitações. E por fim, estabeleceram-se dois cenários (tendencial e desejado), além das estratégias gerais e específicas. (VAGULA *ET AL*. 2021, p. 11) **destaque nosso**.

Segundo a norma citada, o procedimento supre as desigualdades regionais, ou seja, o procedimento é o mesmo para todas as unidades da federação. No caso em enfoque, o diagnóstico/prognóstico, ou seja, o ZEE do Delta do Parnaíba, foi coordenado pelo SEBRAE, sendo publicado somente em 2001, com o título de Diagnóstico Preliminar, o texto tem 71 páginas e caracteriza-se sobretudo, pela ampla

participação na sua elaboração: ICMBio, Governos Estaduais e Municipais, empresas, Associações, Universidades.

Na página 33, já adentrando o diagnóstico local, encontra-se um dos argumentos chave do zoneamento:

Pode-se dividir a economia regional em dois blocos: a economia tradicional e a modernizada. A economia tradicional engloba atividades que, embora permitam a sobrevivência da população, é incapaz de quebrar o elo de atraso e abrir caminhos em direção a um aumento da renda regional. Dentre estas, agricultura/pecuária; o comércio/serviços; a pesca; a indústria e o extrativismo vegetal. A economia modernizada reúne atividades ainda incipientes do ponto de vista de geração do produto econômico, mas com potencial para contribuir com a superação de uma economia estagnada. Incluem-se, neste rol: o turismo; a aqüicultura, em especial a carcinocultura; a agricultura irrigada/agroindústria. (MMA, 2001, p. 33).

Descreve um cenário de antes: economia tradicional<sup>20</sup> e um depois, economia moderna, que embora incipiente, potencialmente inovadora. Isso torna fácil de compreender que o novo território deveria ser moderno e incorporar o tradicional. E, especificamente sobre os pescadores, mencionam:

O diagnóstico evidenciou várias questões relevantes dos pontos de vista ambiental e socioeconômico: Apesar da dependência exclusiva da pesca de milhares de famílias para retirada de seu sustento, a produção pesqueira vem caindo em todas as localidades ao longo da costa pesquisada. Em algumas comunidades os pescadores trocaram a atividade pesqueira por outras ligadas ao turismo, incluindo serviços de bar e restaurante. Entretanto, a maior parte dos pescadores indica a pesca industrial e a desenvolvida com compressores, como responsável pela diminuição dos estoques pesqueiros (MMA, 2001, p. 33).

---

<sup>20</sup> Apenas a título de ilustração da dificuldade em “esquecer” as raízes tradicionais, o Diagnóstico cita que O Censo Agropecuário, que registrou a produção no período de 01.08.95 a 31.07.1996, mostrou que a mandioca é a principal cultura da região com 64.997 ton. colhida numa área de 16.022 ha, cuja maior produção provém dos municípios maranhenses que integram a área. Tutóia e Araisos são os maiores produtores desse tubérculo. A produção total dessa cultura chegou a 14.313 ton, constituindo o segundo produto agrícola. O município de Buriti dos Lopes é o maior produtor de arroz da região, tendo produzido no mesmo período 5183 toneladas, o que transforma essa cultura na base de sustentação municipal. Foram colhidas 7.857 toneladas de milho na região, sendo normalmente cultivado em consórcio com o feijão. Uma ocupação e uma geração de riqueza que não pode ser direcionada para a atividade turística. Isto demonstra a grande diversidade da economia regional.

Quanto à pesca industrial, o diagnóstico não identifica uma ação corretiva, mas aponta que na sua execução, durante a pesca do camarão, por exemplo, são utilizadas redes com malha fina, porém além do camarão são capturadas outras espécies como peixes, lagostas, siris, tartarugas. Onde este “subproduto” pode chegar até 8 kg para cada quilo de camarão capturado, e é normalmente devolvido já morto ao mar.

Ao citar a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Tutóia, onde foi indicado o prejuízo causado pela pesca industrial por “raspar” o fundo do oceano causando a mortalidade de espécies e, em seguida, complementa que “a legislação federal proíbe a pesca a menos de três milhas da costa por embarcações acima de 5 toneladas, ou aproximadamente 9 metros de comprimento [...] que “há conflitos entre pescadores artesanais e pescadores industriais que atuam na captura do camarão e são acusados de degradar a ictiofauna existente”. (MMA, 2001, p. 38).

Em relação ao perfil do pescador, o índice de analfabetismo dos que atuam de uma forma ou de outra no setor da pesca, ainda é muito elevado, resultando num setor econômico frágil, sem competitividade e sem organização.

No aspecto do diagnóstico da área de turismo, nominada de economia moderna, potencial, apontam que:

A área de estudo apresenta atrativos cênicos para desenvolvimento do turismo, porém ainda não tem representatividade de porte no turismo nacional. Há um descompasso entre este potencial e a situação real do turismo. [...] as dificuldades de acesso [...] falta de profissionalismo – o turismo é uma atividade a ser desenvolvida por profissionais altamente especializados e que possuam uma personalidade adequada para a função. A improvisação, o despreparo e o famoso “jeitinho” afugentam o turista [...] preços sem competitividade [...] os serviços deixam a desejar; [...] a sazonalidade – a atividade turística, para poder consolidar-se, necessita manter um fluxo mínimo durante a maior parte do ano, de forma a sustentar a estrutura de equipamentos e serviços. A sobrevalorização dos preços na época de forte concentração do fluxo, em dois períodos do ano (janeiro e julho); condições sanitárias e de higiene precárias; o saneamento básico – o turismo, principalmente o internacional é incompatível com a inexistência de condições sanitárias seguras; falta de um plano urbanístico; inexistência de política integrada para o turismo – a faixa litorânea e os lençóis englobam territórios do Ceará, Piauí e Maranhão, não existindo nenhuma integração das ações que visem desenvolver o turismo; o falta de investimento nacionais e

internacionais na divulgação e promoção do produto Delta do Parnaíba. (MMA, 2001, p. 41-42)

Enfim, o cenário descrito não é encorajador. Mas parece haver uma determinação, uma grande disposição em reunir esforços e recursos públicos, sobretudo, para dinamizar e/ou construir o ambiente turístico no Delta. A indicação destas vontades está em o diagnóstico apontar o turismo como grande potencial.

O texto também não descuida da questão ambiental e biossistêmica. Afinal, a educação ambiental dos anos de 1990 pretendia revolucionar as formas de tratamento homem e meio ambiente. Por assim descreveram:

O complexo deltaico da foz do Rio Parnaíba constitui um ecossistema de extrema importância por abrigar várias comunidades vegetais e animais. Aspecto importante dos manguezais é o seu caráter de fornecedor de material detrítico e compostos orgânicos de alto valor energético que servirão de base à cadeia alimentar costeira vizinha [...]. (MMA, 2001, p. 46).

Enfim, ao descrevermos aqui a norma, a importância e alguns caminhos da criação do Plano de Zoneamento Econômico-Ecológico do Delta do Parnaíba, tivemos a intenção de demonstrar os elementos formadores dos sentidos da reterritorialização que significou as intervenções para transformar um espaço em território.

## 1.8 PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA

Em 2007 foi criado o Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba para acompanhar o processo de implementação da política ambiental e o alinhamento dos objetivos propostos na criação. Tem caráter participativo e é composto por trinta e seis (36) representantes da administração pública e da sociedade civil, sendo presidido pelo ICMBio. Segundo Carvalho, o Conselho busca a representatividade do território e sua atuação está relacionada ao compartilhamento das discussões que eram realizadas em uma perspectiva local pelos núcleos municipais, e seguiu para as Câmaras Temáticas a nível estadual para serem deliberadas nas reuniões do conselho (CARVALHO, 2018).

Em 2017, sob novas orientações do MMA, foi iniciado o processo de construção participativa do Plano de Manejo, onde foram realizadas dezenove (19) reuniões abertas, seis (6) reuniões setoriais, três (3) reuniões do grupo de trabalho. As Oficinas do Plano de Manejo (OPM) foram descritas como um processo realizado de forma participativa para o planejamento das ações. Os fundamentos do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba são compostos pelo propósito da área, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais (BRASIL, 2017).

Assim, faremos análise das declarações por entendermos que é a narrativa identitária do projeto de criação da UC. É nestes requisitos que precisam ficar claros quais são os apelos históricos culturais que se publicizam como ponto unitário e sob os quais se estruturam o projeto.

A declaração do propósito é o alicerce para a compreensão do que é fundamental sobre a UC, que vai além do que está estabelecido no decreto de criação, que indica como devem ser pensadas as atividades a conservar, proibir e incentivar; o Conselho irá zonedar, ou seja, eleger e excluir elementos para criar sua identidade. Daí a razão dos conflitos. No propósito da APA Delta do Parnaíba fica evidente que as atividades tradicionais são fundamentadas pelas questões naturais e que esses fatores, pautados pelo uso sustentável, são potencialidades para o uso turístico.

### **1.8.1 Declaração de Significância**

Na declaração de significância da APA Delta do Parnaíba são explicitados os recursos e valores da UC, que são fundamentais para a criação e para integração no sistema federal, e estão relacionados ao propósito da área protegida, e foram estabelecidas sete (7) declarações de significância, sendo elas: a pesca, as espécies ameaçadas, os serviços ecossistêmicos, os recursos hídricos, o turismo, a sociobiodiversidade e a biodiversidade, conforme pode ser visualizado na figura 7. Os elementos naturais se destacam como recursos para o uso para fins econômicos e sociais entre as populações inseridas no território. Em relação ao turismo são destacados os tipos de usos que são fundamentados nos recursos naturais e culturais do território, entre eles os destinados para a prática de esportes, turismo de aventura,

turismo de base comunitária e observação da fauna e flora (PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020).

**Figura 7 - Declaração de significância da APA Delta do Parnaíba**



Detalhe da Facilitação Gráfica da Oficina de Plano de Manejo.  
Fonte: Acervo APA Delta do Parnaíba/ICMBio, 2019.

Fonte: Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba, 2020.

Estrategicamente, o Relatório menciona que:

Outras atividades tradicionais significativas como a agricultura familiar, a criação de animais, o extrativismo de sementes e frutos, também dependentes dos ciclos das chuvas, estão associados à subsistência e à segurança alimentar das famílias, muitas vezes complementando a renda de outras atividades como a pesca. A agricultura praticada na APA não utiliza agrotóxicos. O funcionamento de portos, exploração de calcário, artesanato, desembarque e quebra de caranguejo, piscicultura e carcinicultura, salinas e empreendimentos de energia eólica também são atividades que ocorrem na UC. (PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020, p. 17).

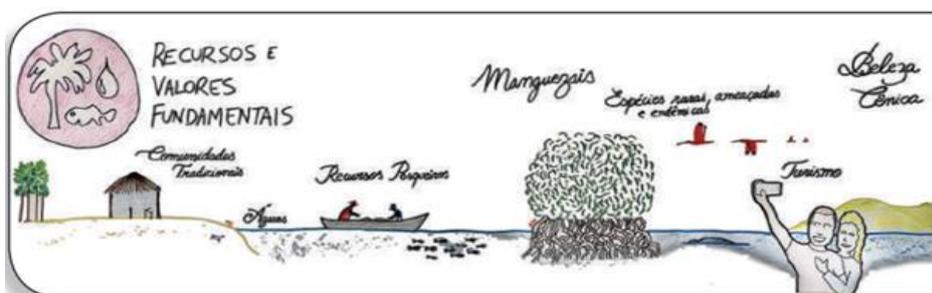
Ou seja, produziu-se uma narrativa para convencimento diferente em sentido do Diagnóstico Preliminar, construído 16 anos depois. Naquele apontou-se diretamente a atividades predatórias e sem perspectivas, as tradicionais e neste, a necessidade de revalorização os nomina de sociobiodiversidade, ou seja, a tendência de considerar o homem vivendo em simbiose com a natureza e, a necessidade de “não o perturbar” assim como os demais ecossistemas.

Mais adiante, no mesmo relatório, mencionam que “estes cenários exuberantes oferecem grande diversidade de oportunidades de visitação, incluindo prática de esportes, turismo de aventura, turismo de base comunitária e observa o de fauna e flora e em vários locais, compondo o premiado roteiro de turismo integrado – Jeri, Delta e Len ois: a Rota das Emo es”. A Rota, conforme a narrativa construída, daria ao visitante um conhecimento sobre *turismo de base comunitária*.

O relatório menciona, também, o roteiro integrado da Rota das Emo es como um circuito integrativo da APA. Ainda segundo o Relatório, esse modelo estruturado para a visita o prioriza os benefícios coletivos ao promover a vivência, valoriza o da cultura das popula es tradicionais e a utiliza o de forma sustentável direcionada para uso recreativo e educacional dos recursos disponíveis na UC (ICMBio, 2018).

Segundo o relatório supramencionado, os Recursos e Valores Fundamentais (RVF) “são os aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, históricos, paisagístico e outros atributos como um conjunto representativo de toda a UC” (PLANO DE MANEJO APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020, p. 21). Para a área foram estabelecidas as comunidades tradicionais, os recursos pesqueiros, as águas, as espécies raras, ameaçadas e end micas, a diversidade de ambientes, o manguezal e as oportunidades de turismo (figura 8).

**Figura 8 - Recursos e Valores Fundamentais da APA Delta do Parnaíba**



Detalhe da Facilita o Gráfica da Oficina de Plano de Manejo.  
Fonte: Acervo APA Delta do Parnaíba/ICMBio, 2019.

Fonte: Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba, 2020.

A organiza o social apresenta as territorialidades tradicionais que estão associadas aos recursos naturais, como a pesca, agricultura familiar e extrativismo, e envolto a isso estão as tradi es e vivências no território. O turismo utiliza desses elementos paisagísticos como subsídio para suas atividades, no entanto provocam

conflitos entre os envolvidos, a exemplo a prática do kitesurf em áreas destinadas à pesca artesanal.

Sobre este deslocamento de turistas criados pela Rota das Emoções, neste momento de consolidação de um território para a APA, é importante citarmos a narrativa de um dos docentes que participaram da Roda de Conversa e opinou sobre a “integração” deste circuito. Disse ele:

Percebe-se que o atrativo em si é utilizado continuamente como fonte de recursos, principalmente através do projeto Rota das Emoções, que é integrado em três atrativos a saber, o Delta do Parnaíba e os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. A Rota das Emoções recebeu nos últimos quatro anos cerca de 70.000 visitantes através das agências de turismo parceiras do projeto e a duração média do roteiro é de 8 a 15 dias. No entanto, é percebido que destinos como Lençóis Maranhenses e Jericoacoara estão consolidados em relação ao turismo, principalmente em relação a infraestrutura de recepção e entretenimento para a permanência do visitante. Enquanto na APA Delta do Parnaíba, é mais conhecida como um corredor de passagem, a permanência é em média de 24 horas, logo, não há uma estrutura de atrativos que justifique a permanência do visitante por mais tempo. (Relato do professor 1 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Percebe-se que o atrativo para o território é utilizado continuamente como fonte de recursos, principalmente através do projeto Rota das Emoções, que é integrado em três atrativos a saber, o Delta do Parnaíba e os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. No entanto, é percebido que destinos como Lençóis Maranhenses e Jericoacoara estão consolidados em relação ao turismo, principalmente em relação a infraestrutura de recepção e entretenimento para a permanência do visitante. Enquanto na APA Delta do Parnaíba, é mais conhecida como um corredor de passagem. Logo, podemos falar de um possível território, ou de uma possível integração. Fato é que, enquanto isso não ocorre, diversos conflitos de ordem administrativa, de inclusão e exclusão de pessoas e saberes, se tornam evidentes.

Os componentes dinâmicos da APA Delta do Parnaíba “incluem a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação e análise de questões chave, e a posterior avaliação e priorização das necessidades de dados e de planejamento”

(PLANO DE MANEJO APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020, p. 24). Esses componentes podem ser alterados e aprimorados com o tempo e de acordo com a gestão da área.

Por fim, mesmo que o Plano de Manejo já aponte para a necessidade de considerar as divergências e as singularidades locais, o professor 3, entrevistado da Roda de Conversas, complexifica melhor este tema.

Então eu faço meia culpa, de que isso também está na formação, eu acho que muitos dos nossos cursos, principalmente os cursos de turismo, eles têm uma visão muito linda, muito utópica, mas na prática a gente não consegue implementar isso. Então talvez seja um reflexo do território, mas eu acho que é muito claro isso que a Professora A trouxe é a pura verdade. E acho que era a minha contribuição maior era essa sabe, a gente tem exemplos tem, mas isso é um reflexo também nacional de um turismo, com políticas públicas. O Ministério do Turismo foi criado em 2002, insistiu na visão de que poderia mudar, mudou em algumas ações, quando a gente começa a pensar na regionalização, a exigir dos conselhos municipais de turismo para ter verba federal. A ideia foi muito boa, mas a forma de implementação também passava pelos empresários, e aí o dinheiro entrou na jogada, o ser humano é o pior bicho que existe, é isso. (Relato do professor 1 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

As dificuldades de gestão, a relação entre os entes estatais e as pessoas que divergem sobre o porquê realizar e sobreviver como turismo como atividade produtiva. Percebe-se que quando o tema é mais financeiro, a ideia de conservação, e sistema, fica para segundo plano.

Enfim, os elementos que aqui descrevemos, sejam de fontes teóricas ou fontes documentais, tiveram como finalidade demonstrar as narrativas (saber/poder) na construção de uma territorialidade em um espaço já vivenciado. Vale lembrar que para Marcos Saquet (2015), construção social do espaço, há ocorrências tanto objetiva quanto subjetiva. Espaço, tempo e território e especificidades econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, o espaço e o território são ligados e indissociáveis, além de destacar que a paisagem não está deslocada da (i)materialidade do território. Para ele ainda, território “existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com outros* lugares e pessoas; identidades”. Esse movimento contínuo de relações é a base do território, com a multiplicidade de ações no cotidiano e nos mais variados níveis, os quais são reflexos das características políticas, econômicas e culturais.

A APA Delta do Parnaíba é, a nosso ver, uma potencialidade. Não é algo definido; define-se pelas diversas ações, disputas e conflitos. A seguir descreveremos as zonas Tombadas na ZEE e a vida dos municípios do Delta.

## 1.9 TERRITORIALIDADES NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA

Retornando a Saquet (2015) para compreender a formação de territorialidades, precisamos pensar as condições em que se dão as relações sociais-naturais por entremeio às muitas narrativas produzidas para firmar um território como Área de Preservação Ambiental. Precisamos compreender que a primeira linguagem simbólica que entrecruza o novo território são as territorialidades normativas, estatais que definiram o que é um Estado (unidade da federação); o que é um município. Como entes, cada qual tem sua soberania garantida desde a lei maior, a Constituição e dela deriva uma série de outras, inclusive as suas próprias constituições, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal. Nelas estão direitos e deveres exercidos por sobre um espaço, um território.

Para além desta realidade normativa, é preciso perceber os atores sociais e seus costumes, línguas, modos de vestir, se alimentar, catar/colher ou produzir seus alimentos. É uma relação temporal que se cruza com a territorial normativa. São duas naturezas. “O social contém a natureza homem e sua natureza exterior” (SAQUET, 2015, p. 127; 173).

Adianta-se que, por questão de delimitação das fontes, se fará no penúltimo capítulo, uma descrição mais detalhada de um local em que a pesquisa de campo, através do estudo de caso de cunho qualitativo indicou como expressivo do confronto de saberes e jogos de interesses. Trata-se da descrição da Praia Pedra do Sal, pertencente ao município de Parnaíba.

## 1.10 CRIAÇÃO E GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DELTA DO PARNAÍBA

Um dos requisitos do relatório é a criação de formas de gestão. Conforme a Lei de Proteção Ambiental, cabe ao IBAMA, representado pelo ICMBio, fazer a gestão. O ICMBio é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA, conforme prescrito na Lei nº 11.516, em 28 de agosto de 2007. A autarquia integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Como seu objetivo principal está descrito:

Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pela União. Além disso, é sua função fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais” (BRASIL, 2007).

Assim, foram estipuladas a articulação institucional e busca de parcerias como questões-chave na APA Delta do Parnaíba. Esta articulação começou entre as próprias esferas Estadual e Federal, pois já havia atividades turísticas estruturadas e coordenadas pelos governos do Ceará, Piauí e Maranhão. Era o Projeto CEPIMA, primeiro consórcio interestadual brasileiro e primeiro na área de turismo, criado em 2007, através de um Consórcio Público para a Região do Meio-Norte. Logo foi organizado através de uma entidade executiva, a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS). Em 2012 foi desativada em função da evolução normativa federal para criação de reservas extrativistas nacionais. Em sítio de marketing de turismo, à época, poderia se ler a seguinte informação sobre a CEPIMA:

Um dos mais novos e atraentes destinos turísticos do País e que integra Jericoacoara, no Ceará, Delta do Parnaíba, no Piauí, e os Lençóis Maranhenses, no Maranhão, será apresentado na Feira das Américas, a Abav 2005. O evento acontece a partir da quinta-feira (27/10) e prossegue até o domingo (30/10), no Riocentro, na capital fluminense.

O destino turístico que reúne passeios e produtos nos três estados nordestinos é conhecido como `Projeto Cepima` vai ocupar 42 metros

quadrados do estande da Comissão de Turismo Integrada do Nordeste (CTI).

Cerca de 25 empresários das três regiões integradas ao roteiro estarão presentes no evento para atender às operadoras e agências de viagem.

O projeto é implantado em parceria pelas unidades do Sebrae nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, governos estaduais, Ministério do Turismo e prefeituras locais. A Feira das Américas é considerada o maior evento do setor turístico da América Latina. (ECOVIAGEM, 2005).

As ações, como se vê, passaram por grande divulgação e investimentos, ganhando singular visibilidade, afinal, a Feira das Américas ainda hoje é um evento de grande visibilidade. Mas chama, também, a atenção quanto à articulação não só dos três Estados em questão, mas também do SEBRAE, do Ministério do Turismo e das prefeituras locais.

Se percebe que, na medida em que o projeto migra deste contexto para o governo federal que irá, não somente definir as regras de uso e delimitações territoriais quanto o que, e como pode ser usado uma Unidade de Conservação, os conflitos aparecem.

Carvalho (2018) aponta que houve a necessidade do planejamento estratégico direcionado a criação, conservação e diálogo com vários setores da governança para que a APA se tornasse uma realidade. As parcerias foram desenvolvidas através do Conselho Consultivo, criado em 2007, diretamente com os órgãos municipais, com o objetivo de fomentar uma plataforma discursiva para o desenvolvimento territorial. Neste processo construtivo, as duas Universidades – UFPI e UFDPAr, tiveram papel decisivo, como adiante iremos demonstrar.

Diversas foram as normas a serem observadas para a constituição dos Conselhos, confecção dos Relatórios e encaminhamentos protocolares. A seguir, um histórico legislativo atinente a criação do Conselho.

**Quadro 2 – Atos normativos observados para a criação do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba.**

<p><b>Decreto de 28 de agosto de 1996:</b> Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Ceará, Maranhão, e Piauí, e dá outras providências.</p>
<p><b>Portaria MAPA nº 34/03-N, de 24 de junho de 2003:</b> Proíbe, anualmente, no período de 1º de dezembro a 31 de maio, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de fêmeas da espécie <i>Ucides cordatus</i>. conhecido popularmente por caranguejo, caranguejo-uçá, nos estados do Paraíba, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.</p>
<p><b>Portaria MMA N° 35 /03-N, de 24 de junho de 2003:</b> Proíbe o exercício da pesca de arrasto no litoral dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco</p>
<p><b>Instrução Normativa IBAMA nº 39, de 02 de julho de 2004:</b> Regulamenta a pesca de zangaria no estado do Maranhão.</p>
<p><b>Instrução Normativa MMA nº 40, de 18 de outubro de 2005:</b> Regramento para a pesca na piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.</p>
<p><b>Portaria ICMBio nº 27, de 10 de dezembro de 2007:</b> cria o Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba.</p>
<p><b>Portaria ICMBio nº 38 de 27 de maio de 2011:</b> Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Delta do Parnaíba.</p>
<p><b>Instrução Normativa MPA nº 09, de 02 de julho de 2013:</b> Dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, <i>Ucides cordatus</i>, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.</p>
<p><b>Portaria ICMBIO nº 240, de 16 de outubro de 2013:</b> Aprova o Instrumento Emergencial para Ordenamento dos Usos na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba.</p>
<p><b>Termo de Reciprocidade no 02 de 22 de novembro de 2013:</b> EXTRATOS DE RECIPROCIDADE Nº PROCESSO: 02123.000207/2012-65. ESPÉCIE: Termo de Reciprocidade nº 02/2013/CR5, que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia - PMCP. OBJETO: Cooperação mútua no funcionamento e manutenção da Base Peixe-boi, sede da APA Delta do Parnaíba em Cajueiro da Praia, bem como no desenvolvimento de atividades de monitoramento de fauna, pesquisa, educação ambiental e formação para a cidadania. Pelo ICMBio: EUGÊNIA VITÓRIA E SILVA DE MEDEIROS – Coordenadora Regional do ICMBio - CR5. Pela PMCP: VÂNIA REGINA DE CARVALHO RIBEIRO – Prefeita.</p>
<p><b>Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014:</b> Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da “Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos” - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.</p>

<p><b>Portaria ICMBio nº 75 de 30 de junho de 2014:</b> Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. (Processo ICMBio no02070.000595/2014-17).</p>
<p><b>Portaria MMA nº 163, de 08 de junho de 2015:</b> Altera a Portaria MMA nº 445/2014 citada acima.</p>
<p><b>Portaria ICMBio nº 49 de 19 de maio de 2016:</b> Dispõe sobre as regras de pesca para o estuário dos rios Timonha e Ubatuba, na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (Processo nº02123.000123/2014-93)</p>
<p><b>Portaria ICMBio nº 286 de 26 de abril de 2017:</b> Aprova o 2º ciclo de implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas –PAN Tartarugas Marinhas, contemplando cinco táxons, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução e formas de implementação, supervisão e revisão (Processo SEI nº.02044.010042/2016-43).</p>
<p><b>Portaria ICMBio nº 725 de 09 de novembro de 2017:</b> Aprova as regras de uso sustentável dos recursos provenientes dos manguezais na área deltaica da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba e na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba em especial o Caranguejo – Uçá e a Ostra.</p>
<p><b>Termo s/n de 06 de março de 2018:</b> Cessão de área da União na Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba, nos municípios de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí e Araisos e Água Doce, Estado do Maranhão, totalizando 27.021,69 ha, entregue ao Ministério do Meio Ambiente mediante termo de entrega publicado no Diário Oficial - DOU de 04/02/2014, Seção 3, página 132, constante do Processo SPU/MP no 04905.002151/2010-40.</p>
<p><b>Instrução Normativa nº 14/2018/GABIN/ICMBIO, de 10 de outubro de 2018:</b> Dispõe sobre procedimentos para realização da atividade e observação de aves nas unidades de conservação federais, conforme as informações contidas no Processo nº 02070.002486/2018- 50.</p>
<p><b>Revisão do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba</b> foi baseada no novo Roteiro de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (ICMBio, 2020)</p>
<p><b>Lei 9.985/2000.</b> Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza o <b>SNUC</b></p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seu conjunto, as normas demonstram o atendimento das normas da CONAMA no que diz respeito à proteção de áreas e espécies específicas, em Plano de Manejo da fauna, flora e comunidades tradicionais. O ideário APA/território se completa com a cessão da União para o Ministério do Meio Ambiente, registrado no DOU de 04/02/2014, Seção 3, página 132, constante do Processo SPU/MP no 04905.002151/2010-40.

Quanto às ações de educação ambiental estão associadas às Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006. Para isso foi realizado um levantamento durante as oficinas sobre os principais pontos a serem direcionados esforços para o planejamento de ações de interpretação ambiental e educação ambiental na APA Delta do Parnaíba.

Percebe-se que no plano documental, houve esforços para mencionar as atividades:

Tradicional e culturais que são características da região, e são potencialidades para visitação, como as manifestações culturais de danças, festejos religiosos, luta das comunidades pela manutenção do território e conservação dos recursos naturais, tradições e saberes, manguezais e estuários, recursos pesqueiros e paisagens e cenários (PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020).

Uma menção importante no Plano de Manejo, em relação ao documento, cita que “dois anos após a sua criação, em 1998, a APA passou a contar com um “Plano de gestão e diagnóstico geoambiental e socioeconômico”. Todavia este documento não chegou a propor um zoneamento e normas para a UC, apenas diretrizes gerais de gestão” (PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA, 2020, p. 11).

A citação é importante para compreendermos que a APA foi criada, mas sua implantação e ou tombamento através do estabelecimento de zonas, não. Isto ocorre somente a partir de 2017. No entanto, a criação em 1996 foi possibilitada pelo feito de um primeiro Plano de Gestão de 1998.

A diversidade do bioma do Delta demorou em dar visibilidade ao zoneamento do Delta, pois ele é definido em função do uso do recurso natural. Durante as oficinas de revisão do plano de manejo foi detalhada a ocupação de cada área zoneada do território, conforme quadro 3.

**Quadro 3:** Áreas das zonas - zoneamento da APA Delta do Parnaíba.

<b>Zona</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Zona de conservação	1.100,27	0,353
Zona de uso restrito	1.682,51	0,5397
Zona de uso moderado	8.890,00	2,8518
Zona de uso comunitário	148.111,71	47,513
Zona de infraestrutura	4.492,70	1,4412
Zona de produção	109.153,00	35,015
Zona urbano-industrial	11.279,16	3,6182
Zona de sobreposição	27.022,07	8,6684
<b>Total</b>	<b>311.731,42</b>	<b>100</b>

Fonte: ICMBIO, 2020.

Para o zoneamento da APA Delta do Parnaíba foram agrupadas em quatro zonas mais abrangentes, sendo elas zona de conservação, de uso restrito, de uso moderado, de uso comunitário, de infraestrutura, de produção, urbano-industrial e de sobreposição territorial. No seu conjunto, temos a RESEX (Reserva Extrativista) Marinha Delta do Parnaíba.

O zoneamento da APA Delta do Parnaíba foi estabelecido através de oficinas para atualização, onde foram indicadas de maneira participativa as áreas e os usos ideais. Essa ferramenta é importante para garantir que os objetivos da UC sejam cumpridos, no entanto, por ser uma área extensa questiona-se como se dará as formas de fiscalização das atividades. Conforme o ICMBio:

Todo o processo contou com a participação de mais de 1000 pessoas distribuídas nas 19 reuniões abertas, 6 reuniões setoriais, 3 reuniões prévias, 3 reuniões do conselho consultivo e 3 reuniões do grupo de trabalho. (ICMBio, 2017, p. 11).

A área ficou assim distribuída conforme a figura 9.



Com o zoneamento foram estabelecidas as normas gerais para orientar a gestão da área, e que estão alinhadas à conservação e à valorização, pois se destinam a áreas que influenciam diretamente as atividades tradicionais do território. Os aspectos destacados foram animais silvestres, recuperação de áreas degradadas e uso de agrotóxicos, visitação, atividades esportivas e de lazer, eventos (religiosos, político-partidários e outros), uso do fogo, infraestrutura, estradas e rodovias, pesca e temas diversos.

Em relação à visitação, são apontados aspectos sobre o acesso, permanência e circulação de veículos nas áreas de praias e dunas. Essas ações devem acontecer somente para veículos específicos como os de segurança pública, órgãos públicos relacionados à proteção do meio ambiente e outros tipos de veículos desde que estejam autorizados pela gestão da APA Delta do Parnaíba.

São percebidos conflitos nas áreas litorâneas, principalmente nos períodos de intenso fluxo de visitação nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, pois nessas áreas existem pontos de desova de tartarugas-marinhas. Apesar de serem constantemente monitoradas pelo Instituto Tartarugas do Delta, ainda são registrados casos de atropelamento de filhotes. Uma ação que tem sido praticada são atividades de sensibilização dos visitantes sobre a importância da espécie, além das ações de manejo e conservação da fauna, educação ambiental, ações de desenvolvimento comunitário e campanhas de responsabilidade social (INSTITUTO TARTARUGAS DO DELTA, 2021).

As atividades esportivas e de lazer influenciam diretamente no turismo, mas requerem autorização prévia do órgão gestor para que ocorram, pois incidem diretamente no modo de vida tradicional da população e no ambiente natural. O kitesurf, por exemplo, deve ser praticado em áreas específicas para não prejudicar os locais de vida do peixe-boi marinho, cavalo-marinho, aves, boto-cinza e na pesca artesanal. Os passeios turísticos, também, causam algumas interferências negativas, entre elas o acúmulo de resíduos sólidos nas ilhas, além dos resíduos sanitários das grandes embarcações que são despejados diretamente no rio, sem nenhum tratamento.

O plano de manejo da APA, se constitui como uma territorialidade institucional importante para orientar a gestão através das normas de uso do território, com a

finalidade de garantir que os objetivos previstos no seu decreto de criação sejam cumpridos. No entanto, é interessante destacar que devido a extensão da área, a administração se torna complicada devido aos poucos recursos tanto para a infraestrutura quanto para a fiscalização e para garantir a efetividade de suas ações.

Embora haja esse ambiente legalmente constituído e em processo de consolidação, há muitos argumentos que podem ser elencados para afirmar que ainda não se trata de um território, mas de um processo que tem muitos caminhos a percorrer. Essa perspectiva podemos buscar na informação obtida na Roda de Conversas; nos relata o professor 3:

Então não há uma conversa com o Icmbio, não há uma conversa com a secretaria de turismo do estado e não há uma conversa com a secretaria municipal de turismo, isso em Cajueiro da Praia, e muito menos com o Ministério do Turismo, que deveria fazer a gestão do Cadastur. Então há uma irregularidade muito grande, isso que eu só falei de Cajueiro da Praia.

Mas se a gente pegar Ilha Grande, é a menor que tem a menor quantidade de serviços de hotelaria, de meios de hospedagem, que não chega, se não me engano, a cinco por aí, nenhum deles está no Cadastur hoje, por exemplo.

Parnaíba mais de 70% dos meios de hospedagem não estão dentro do Cadastur, e Luís Correia está nessa média também praticamente, quase 80%. (Relato do professor 3 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

O Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR<sup>21</sup> é uma obrigatoriedade desde a Lei do Turismo. Se considerarmos o ano de criação, 1988, são 34 anos de existência da criação da APA Delta do Parnaíba. Com este *know-how*, era de se esperar maior profissionalismo tanto na área de conservação da natureza quanto dos conhecimentos e pessoas ancestrais a sua criação, quanto do profissionalismo da exploração turística.

A visitação às comunidades tradicionais do Delta do Parnaíba, se apresenta como uma possibilidade de roteiro a ser comercializado pelas agências de viagens,

---

<sup>21</sup> O Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo, é o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turístico. É obrigatório para Meios de Hospedagem, Agências de Turismo, Transportadoras Turísticas, Organizadoras de Eventos, Parques Temáticos, Acampamentos Turísticos e Guias de Turismo-MEI (Microempreendedor Individual). Outras atividades podem ser cadastradas em caráter opcional. O cadastro permite ao prestador atuar legalmente, de acordo com a Lei do Turismo, por meio da emissão do Certificado Cadastur, assim como oferece benefícios aos cadastrados. (CADASTUR, 2022).

é uma oportunidade singular para conhecer e vivenciar as experiências através dos modos de vida e os costumes, como a pesca, o artesanato, à cata de caranguejo, ostras e mariscos, que vivem tradicionalmente de maneira integrada a natureza da APA Delta do Parnaíba, entretanto são atividades que devem ser mais bem organizadas com o turismo de base comunitária, tendo em vista que as agências que realizam os passeios pouco inserem as comunidades como um atrativo turístico.

É fundamental que haja o fortalecimento de organizações sociais e das atividades produtivas econômicas sustentáveis para promover a autonomia territorial. Galeno (2019) explica que o Turismo de Base Comunitária (TBC) é fundamental para o fortalecimento e para o empoderamento das comunidades que estão inseridas em áreas protegidas de uso; é primordial, entretanto, que seja definido qual o modelo ideal de turismo a ser desenvolvido a fim de que venha a contribuir para a inclusão dessas comunidades/associações tradicionais para a efetivação dessa atividade é viável o complemento da renda para essas comunidades.

É oportuno, porém, retomar um dos conteúdos da Roda de Conversa, que foi justamente o papel das associações na forma deste território. O professor 3, assim se manifestou:

Tem uma associação, por exemplo, lá na Ilha Grande que tem cerca de 580 associados, e você não vê grande atividade, principalmente porque não tem a vinculação da atividade do turismo vinculada a associação de pesca, eles não conseguem comercializar para os restaurantes, não tem essa articulação. O pescador artesanal não consegue comercializar, porque não tem recurso para comprar para empreender, se você não tem como comprar eles vão trocar por um quilo de arroz, um quilo de feijão, naquele dia eu preciso comer, então eu vou dar o meu produto. Então você veja, uma associação que tem 580 associados eles não conseguem trabalhar o mínimo. (Relato do professor 3 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Ou seja, a entrevista e pesquisador do meio, afirma que há um longo caminho no sentido de criar uma identidade para as associações com real vínculo no circuito econômico local. Neste momento, estão à margem, apesar do expressivo número de seus representantes.

Enfim, compreende-se que na história local dos municípios estão as raízes formadoras do APA. Percebe-se que, a partir de esforços de gestão, é possível, entropicamente, organizar o desenvolvimento local. Porém, como apontaram Braga e Guzzi (2021, p. 08) “a territorialização provocada pelo turismo é volátil, cíclica e se intensifica nos finais de semana e períodos de alta temporada quando o trânsito de pessoas entre Parnaíba e o Porto dos Tatus, local de saída e chegada do passeio ao Delta do Parnaíba, aumenta”.

Há algumas características demográficas que são importantes destacar. Primeiramente que o índice de alfabetização acompanha os percentuais nacionais, ficando entre 95 e 98% das crianças de 6 a 14 anos com educação garantida; a taxa de crescimento populacional próximo também do índice nacional que é de 0,8% (IBGE, 2019). São preocupantes, porém, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo fica acima de 45% e próximo dos 60%; da mesma forma, a média salarial daqueles que têm emprego formal, fica entre 1,6 e 2 salários mensais.

Quanto às atividades produtivas, as extrativistas ainda marcam maior presença dentre os 10 municípios. Mas há atividades de cultivo e de criação de pequenos animais, ou seja, atividades de subsistência. Ambos os municípios viveram períodos históricos “áureos” quando da extração da carnaúba, cana de açúcar e sal. Porém, a diversificação dos meios de transporte, esvaziou os Portos e diversas atividades de economia.

O tombamento como Área de Proteção Ambiental (APA) poderia agregar valor a estas atividades de subsistência se fossem planejadas para colidir com as riquezas naturais locais. Afinal, economia e cultura se interpenetram neste sistema. Mas as formas de gestão são, estendendo a afirmação de Braga e Guzzi, supracitada, também a vontade e interesse é volátil e cíclica.

### 1.11 ROTA DAS EMOÇÕES – MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo (MTur) através da Lei nº 10.686, de 28 de maio, sendo um marco histórico para o Brasil. Com isso a EMBRATUR passa a ser responsável pelo marketing internacional do país, voltado ao turismo. A

partir das ações propostas para uma gestão descentralizada e participativa foi lançado o Plano Nacional de Turismo – 2003/2007, onde foram estabelecidas as metas para o turismo no Brasil. Com a regionalização do turismo, descentralização da renda, interiorização e segmentação turística foi criado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (PUTRICK, SILVA, SILVEIRA, 2017).

A Rota das Emoções, então, é resultado da política pública do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, prevista pelo Ministério do Turismo, que propôs o desenvolvimento do turismo de maneira regionalizada, focado no planejamento coordenado e participativo. Putrick *et al* (2021) explica que, no caso do Delta do Parnaíba, o programa foi estruturado com a finalidade de beneficiar os municípios que pudessem estar à margem das políticas públicas descentralizadas. Para isso, foi adotado, primeiramente, a delimitação geográfica das regiões turísticas, para que fossem estabelecidas as parcerias entre o setor público, privado e a comunidade diretamente envolvida na atividade do turismo. Estas ações ocorreram já embasadas no Zoneamento Turístico e no Plano de Manejo do APA.

O roteiro é composto por três principais atrativos: Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara, organizados em três unidades de conservação, além de contemplar quatorze municípios, a saber: Maranhão - Barreirinhas, Paulino Neves, Araiõeses, Tutóia e Santo Amaro; Piauí - Parnaíba, Luís Correia Cajueiro da Praia e Ilha Grande; Ceará - Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara.

**Figura 10 – Mapa da Rota das Emoções**



Fonte: Oliveira, 2015.

É importante destacar que antes da Rota das Emoções, já havia o Roteiro Turístico Integrado Ceará, Piauí e Maranhão ou Projeto CEPIMA. Como apontamos acima, foi o primeiro consórcio interestadual brasileiro e primeiro na área de turismo, criado em 2007 através do Consórcio Público para a Região do Meio-Norte; em 2008 foram definidos os princípios, regras para funcionamento e a entidade executiva: Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), no entanto em 2012 foi desativada, retomando suas atividades apenas em 2016, quando a Rota das Emoções ganha impulso, no cenário de políticas públicas do turismo regional (ARAÚJO, 2017). Portanto, com o avanço das normas nacionais sobre proteção ambiental, o consórcio estadual foi, aos poucos, transferindo a atividade turística para os domínios da esfera federal.

A oficialização da Rota das Emoções acontece com a formalização da parceria entre o Ministério do Turismo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no âmbito do Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização e do Programa de Regionalização do Turismo. Na pesquisa de Araújo *et al* (2020) é apresentada a atuação do SEBRAE na cadeia produtiva do turismo, através da consolidação das redes de cooperação técnica, com ênfase no planejamento, promoção e comercialização dos atrativos dos três estados da Rota das Emoções. A metodologia aplicada para a implementação da Rota foi realizada em etapas: sensibilização dos atores locais para o entendimento da realidade e o contexto territorial; e profissionalização através da organização e oferta de cursos.

Conforme dados de 2014, as empresas do setor do turismo geraram 6.929 empregos diretos, sendo que 35% possuem carteira assinada, 25% destes tem contrato temporário na alta temporada, 15% são sócios ou proprietários, 13% prestam serviços e 12% são prestadores de serviços diários (SEBRAE, 2014). Isso reflete que houve intervenção na produção e distribuição de renda. Porém, essa presença de moradores locais na atividade, excetuando a empresarial, agrega apenas as pessoas como força produtiva e não como portadores de conhecimento.

Quanto à movimentação de pessoas, a visitação na APA Delta do Parnaíba em 2019 correspondeu a 25.441 visitas, quantitativo inferior se comparado ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que foi de 151.786 visitas e ao Parque Nacional de Jericoacoara com 1.322.883 de visitas (ICMBIO, 2020). Esses dados nos fazem questionar quais os fatores que contribuem para essa visitação baixa na APA Delta

do Parnaíba, apesar de integrar o mesmo roteiro turístico? Uma possível explicação é a ausência de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, onde não são estabelecidas redes colaborativas entre os setores envolvidos no setor, associados a isso há a descontinuidade de ações estruturantes por parte dos órgãos públicos devido às ações políticas locais temporárias.

A infraestrutura de hospedagem, como descrevemos acima, não atende a demanda; ao mesmo tempo, a Rota congrega ações de turismo de visita a pontos considerados históricos ou de maravilhas da natureza. São ações de deslocamento e em que os turistas permanecem o seu maior tempo ou em deslocamento ou observando das próprias embarcações. Não, portanto, uma permanência e ou convivência com as comunidades locais.

Ainda nessa linha de raciocínio, a visitação é mais expressiva em Jericoacoara e Lençóis Maranhenses, respectivamente. Nestes locais os investimentos públicos no marketing são mais expressivos pelos governos interessados. Outro aspecto a ser explorado é o acesso aos destinos; Parnaíba possui um aeroporto internacional em funcionamento, porém não há voos diários. Um ponto a ser destacado em relação a Jericoacoara é a exploração do território pelo capital estrangeiro através de investimentos; isto tem causado conflitos e esvaziamentos, a exemplo do que ocorre na Vila de Jericoacoara, causando um deslocamento em direção aos arredores da vila ou para a sede em Jijoca de Jericoacoara. As áreas passam a ser ocupadas para a construção de hotéis, restaurantes ou outros equipamentos direcionados para a recepção dos visitantes.

Na Roda de Conversa, o tema da integração administrativa foi amplamente explorado. A relação empresas com associações, com atividades independentes de associações. Sobre este tema, disse o professor 3:

Não existe essa articulação, infelizmente as agências elas fazem os passeios, mas elas não vão parar no Trançados da Ilha, que é uma das principais, do bordado de Ilha Grande, acho que tem uma agência só, acho que para lá na Ilha Grande, nas rendeiras, na renda de bilro, só tem uma agência que para lá, na .... eles não param, no Barro Vermelho que produz a cerâmica, eles não param. As agências elas não vão levar o turista, por exemplo Ilha Grande não tem uma grande estrutura, vai ter um ou dois restaurantes, mas se você agendar para comer uma corda do caranguejo, mas elas não têm aquele contato.

As agências especificamente elas servem para transporte do fluxo, elas fazem o fluxo Parnaíba a Ilha Grande ao portal de entrada e Ilha Grande fica com absolutamente nada. Você não ter ali as agências, por exemplo, para fazer um *city tour* constituído dentro da própria agência, entendeu. Por exemplo, eles não pagam um guia para fazer isso, se você quiser fazer eles indicam uma pessoa ou outra, tem a Adriana é umas das únicas guias formadas que tem lá. Mas eles indicam, não a agência em si não comercializa o *city tour*, nenhuma parada nas associações. Basicamente, [...] eu vejo a mínima a relação e a articulação entre as agências e as associações. (Relato do professor 3 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Criadas para integrar, mas neste momento da pesquisa, nada se observa. Apenas que há desarticulação e, portanto, exclusão de pessoas e saberes locais. É interessante ressaltar que, na entrevista realizada com as empresas, todas apontam para o diálogo, que estas são chamadas. Porém, quando observamos os circuitos, os passeios, percebe-se que raramente os visitantes descem dos barcos, fazem contatos com a comunidade, se alimentam no local. Há uma clara desarticulação movida por outros interesses.

Embora a gestão seja compartilhada, o SEBRAE tem uma grande participação no planejamento desta Rota. Como já destacamos, desde o Consórcio formado pelos três Estados, ele fazia parte das ações de planejamento e divulgação das riquezas naturais para empreendimentos. Segundo Araya, 2014 apud Araújo (2018):

Atualmente, a responsabilidade pela gestão e planejamento do desenvolvimento turístico da Rota é feita pelo SEBRAE no qual seu papel se restringe a: fomentar o empreendedorismo no território e orientar a promoção do destino e o acesso a mercados nacionais e internacionais, não cabendo a ele as ações de planejamento e desenvolvimento estrutural dos 14 municípios da Rota (ARAÚJO, 2018, p. 92).

Ainda segundo a autora (2018, p. 117), a “Rota das Emoções, mesmo sendo uma rota consolidada em termos de marketing turístico e pelos interesses dos estados e do governo federal, ainda encontra dificuldades em concretizar o seu objetivo de integração regional. O fluxo turístico ainda é restrito no Polo Costa Norte”. Corroborando com esta afirmação, segundo o “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções”, a dinâmica interna do movimento do fluxo de visitantes da Rota se concentra nos extremos, ou seja, Jericoacoara (CE) e

Barreirinha (MA) não havendo um número significativo de visitantes no centro da Rota, ou seja, no Piauí.

Silva (2013) divide a história de consolidação da Rota das Emoções em três estágios. Atualmente está sendo implantada a terceira (2011-2020). O primeiro foi realizado em (2005-2007) e já foi concluído; o segundo estágio, do período de 2008-2010, no qual se pode constatar uma evolução. No terceiro estágio é possível formatar e consolidar um roteiro turístico integrado, composto pelos atrativos naturais do Ceará (Jericoacoara), Piauí (Delta do Parnaíba) e Maranhão (Lençóis Maranhenses), além da busca da diversificação da oferta e ampliação do fluxo turístico.

Enfim, a transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento turístico no Delta do Parnaíba para o governo federal, mudou a essência da questão. Pois, se num primeiro momento o Consórcio ocupava-se principalmente com o atrativo é a forma de organizá-lo, agora é preciso pensar na inclusão de comunidades, seus saberes e modo de subsistência, além de organizar a preservação e educação ambiental. Conservar um refúgio: de humanos, fauna e flora.

As narrativas aqui expostas, bem como estes estudos (ARAÚJO, SILVA, PUTRICK *et al*) apontam que os objetivos integracionistas não foram atingidos e que muito há por ser feito neste rumo. Para a APA ser realmente uma RESEX, carece da redução da volatilidade e conseqüente inclusão de saberes e pessoas que estão à margem do processo dos benefícios da atividade.

## 2 NATURALIZAÇÃO DO TURISMO NA APA DELTA DO PARNAÍBA

Neste capítulo são apresentados os atores diretamente envolvidos em práticas que desejam fomentar uma territorialidade, uma naturalização da cultura, como disse Pierre Bourdieu; uma nova reterritorialização (RAFFESTIN, 1993). Esse entendimento nos permite compreender e analisar como são desenvolvidas as atividades, o processo de inclusão das associações e atores de comunidades na atividade antrópica envolvente dos interesses econômicos e ecossistêmicos da APA Delta do Parnaíba.

Um elemento importante de retomar nesta multiplicidade é o fato que apontamos no primeiro capítulo a existência e a exclusão de indivíduos e ou grupos que atuavam de maneira informal no turismo e do como, *pari passu*, a gestão normativa vai produzindo outros papéis para estes agentes. No segundo capítulo evidenciamos por diversas práticas, o como os “informais” são atores presentes na cena turística nos 10 municípios que compõem o Delta do Parnaíba.

As fontes a seguir mencionadas, são resultados de entrevistas com representantes empresariais, representantes de associações e círculo de diálogo realizado com docentes da UFDPAr e a citação de pesquisas realizadas por estes, pesquisas produzidas pela UFPI e de informações constantes no Observatório do Turismo de Piauí, sob coordenação dos mesmos pesquisadores.

### 2.1 RELAÇÕES ENTRE AS AGÊNCIAS DE TURISMO E AS ASSOCIAÇÕES

As relações que se desenham entre as agências de turismo e as associações na APA Delta do Parnaíba nos permitem entender como se construiu uma relação antrópica na relação e exploração da natureza e do como seus agentes disputam-na como fonte de recurso econômico. Empresas, associações e sujeitos informais<sup>22</sup> se relacionam de forma instável na disputa pelos produtos e pelos consumidores.

---

<sup>22</sup> É útil explicar que por informais, para esta pesquisa, é referência ao homem local, conhecedor do território, proprietário ou arrendatário, empregado temporário em atividades turísticas, sobrevivente de atividades exploratórias dos recursos naturais, agricultor de atividades de subsistência e excluído das benesses diretas da exploração dos recursos turísticos.

Para entender o delinear dessas ações, primeiro é importante saber o perfil desses empreendimentos e de seus representantes, tempo de atuação e como utilizam os recursos econômicos que estão disponíveis na natureza e do como as relações de conhecimento e poder que a definem como Território. Em atendimento aos requisitos da Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e em salvaguarda da privacidade dos informantes, não citaremos o nome dos entrevistados; utilizaremos a numeração e a sigla AGT (Agente de Turismo). Segue abaixo no Quadro 4 o perfil dos empresários e ou responsáveis por empresas turísticas que se propuseram a participar de nossa pesquisa. Foram 6 empresários no total, que responderam ao questionário aplicado.

**Quadro 4 – Perfil dos agentes de Turismo**

<b>Agência de turismo</b>	<b>Localização</b>	<b>Faixa etária do entrevistado</b>	<b>Gênero</b>	<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Tempo de atuação da empresa</b>
<b>AGT 1</b>	Parnaíba-PI	38 anos	Feminino	Ensino superior completo	13 anos
<b>AGT 2</b>	Parnaíba-PI	43 anos	Feminino	Ensino superior completo	15 anos
<b>AGT 3</b>	Parnaíba-PI	30 anos	Feminino	Ensino superior incompleto	32 anos
<b>AGT 4</b>	Chaval-CE	34 anos	Masculino	Ensino superior completo	11 anos
<b>AGT 5</b>	Parnaíba-PI	28 anos	Masculino	Ensino médio completo	17 anos
<b>AGT 6</b>	Parnaíba-PI	21 anos	Feminino	Ensino superior incompleto	23 anos

Fonte: Dados da pesquisa, Carvalho, 2021.

Como delimitação da pesquisa quanto aos informantes, optou-se por entrevistar agências do município de Parnaíba e Chaval (PI). A escolha se deu por ser Parnaíba o maior em termos de população, número de agências e movimentação de turistas, conforme descrito no capítulo 2. Também participou uma empresa de Chaval (PI). Foi escolhida dentre os municípios do Ceará, por ser a única que tem cadastro no Cadastur. Ressalta-se que no município de Parnaíba, fica a Praia Pedra do Sal,

local que visitamos em busca da compreensão dos conflitos entre empresas e investimentos turísticos com a população local e Associações.

Com os dados do perfil dos representantes das agências de turismo percebe-se que os empreendimentos atuam no território da APA Delta do Parnaíba possuem experiência profissional no setor turístico, com média de atuação de 18,5 anos<sup>23</sup>, isso representa que o uso do território pelo turismo é uma prática e consolidada na região. Conforme apresentado no capítulo 1, algumas agências começaram a explorar comercialmente o território do Delta do Parnaíba na década de 1980 e a partir de um consórcio para desenvolvimento turístico promovido pelo Governo dos três Estados.

Com base nas normativas e nas potencialidades, os atrativos para o turismo da APA Delta do Parnaíba são planejados e executados pelas agências de turismo em função dos recursos e potencialidades proporcionados pela natureza. Por isso indagou-se os pesquisados que descrevessem as atividades turísticas que exploram nos seus respectivos municípios, cuja síntese vem descrita abaixo, no quadro 5.

**Quadro 5** - Atividades turísticas realizadas na APA Delta do Parnaíba.

<b>Agência de turismo</b>	<b>Atividades turísticas realizadas na APA Delta do Parnaíba</b>
AGT 1	Passeio em lanchas privativas por ilhas, ilhotas, igarapés.
AGT 2	Especializados na Rota das Emoções e comercialização de roteiros fechados com passeios, <i>transfers</i> e hospedagem e passeios avulsos em menor quantidade.
AGT 3	Passeios ao Delta do Parnaíba em embarcações de médio a grande porte, passeios privativos em lanchas rápidas pelas ilhas, tour de praias.
AGT 4	Trilhas, passeios aos manguezais, avistamento de aves migratórias, caça ao sururu, passeios de barcos em parcerias com a colônia de pescadores.
AGT 5	Rota do cavalo marinho a remo e flutuação.
AGT 6	Passeios e traslados compartilhados pela Rota das Emoções, além de serviços privativos, pacotes e hospedagem nos estados em que atua.

Fonte: Dados da pesquisa, Carvalho, 2021.

<sup>23</sup> A média foi realizada com a soma dos valores numéricos do tempo de atuação e dividindo-se pelo número de elementos somados.

Nota-se que há uma dependência do turismo na APA Delta do Parnaíba em relação aos recursos naturais disponibilizados. A partir da descrição das atividades no quadro 4, as agências de turismo utilizam prioritariamente a paisagem como atrativo para suas atividades, com a mínima interação com as associações e comunidades receptoras. Deste modo, é possível identificar que essas populações são utilizadas como recursos para a materialização do turismo em si, como pilotos das embarcações e condutores de visitantes para os passeios, por exemplo.

Além disso, nota-se que não há atributos culturais envolvidos nas atividades comercializadas pelas agências de turismo, apesar da riqueza e potencialidades que apresentam. Existem elementos, por exemplo da religiosidade (Conjunto Arquitetônico, Igrejas Nossa Senhora de Fátima, São Judas Tadeu, Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora da Rosa Mística) e danças do bumba-meu-boi e a dança do carço, em Tutóia (MA), Ilha Grande (PI), com a visita no Santuário da Mãe dos Pobres, e em Parnaíba (PI) no Centro Histórico; o artesanato produzido pelas rendeiras de bilros de Ilha Grande (PI) (figura 11) os produtos confeccionados na Associação Trançados da Ilha (figura 12), em Parnaíba (PI), que utiliza de recursos da natureza (palha de carnaúba).

Esses produtos e seus criadores perambulam por entre turistas, enquanto aguardam o visitante em pontos fixos como atividades desconexas dos circuitos de consumo de produtos turísticos. Isso remete a pensar que, turístico, para os envolvidos são somente os atrativos naturais. Os confeccionados, arquitetônicos etc. não o são.

**Figura 11 - Rendas de bilros em Ilha Grande - PI**



Fonte: Conheça o Piauí, 2019.

**Figura 12 - Artesanato - Associação Trançados da Ilha**



Fonte: Associação Trançados da Ilha, 2020.

Essa perspectiva de baixa, ou nenhuma valorização da cultura local e ou outros hábitos que vinculavam as comunidades com a rota do turismo é também partilhada

pelos pesquisadores da UFDPAr. Segundo entrevista que nos foi concedida, a esse respeito nos disse o Professor 2<sup>24</sup>

Foi mapeado as comunidades tradicionais [...]

O turismo não se desenvolve de forma regionalizada, as comunidades não são inseridas no processo, alguns projetos pontuais, mais levantamento de dados, as comunidades permanecem basicamente da mesma forma [...]

Os turistas dificilmente permanecem nas comunidades; não há divulgação;

[...] Empresários que tem atuado tem se destacado em Cajueiro da Praia, e são de fora. (Relato do professor 2 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Os docentes da UFPI e da UFDPAr, tem frequentemente desenvolvido pesquisas sobre o litoral componente do Delta do Parnaíba. Suas narrativas são fundamentais para compreender a significação, o exercício entrópico, de transformar/compreender a natureza como possibilidade de produto, de conservação ecossistêmica, incluindo as comunidades tradicionais e anteriores as relações de conhecimento/poder para criação de um território. E o professor 2 está a dizer que há registros de conhecimentos, hábitos, formas de cultura e atividades de subsistência, que não estão alinhados com o discurso do território. E completa o entrevistado:

O que falta dentro das comunidades é o empreendedorismo, falta continuidade;

Não há divulgação da cultura em si como um atrativo turístico

Falta visão empreendedora das comunidades; poucas trabalham com a economia solidária. (Relato do professor 2 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

O docente então pontua características da comunidade de grande consideração, ou seja, que a comunidade são significa um grupo coeso de indivíduos; que há pessoas na comunidade que tem iniciativa empreendedora e que as iniciativas de estimulação de empreendedorismo local, não tem continuidade; que não há estímulo ou vontade de apontar os traços culturais como possibilidade de

---

<sup>24</sup> Seguimos as orientações sobre Pesquisa Antropológica e concordamos com a necessidade de não identificar os respondentes da pesquisa, neste caso, numerando os docentes ao invés do uso do nome.

convergência com os demais produtos turísticos. Este aspecto fica evidente quando os empresários descrevem suas atividades em desenvolvimento. Ao lado destes valores da comunidade, os pesquisadores identificam o pouco relacionamento entre as associações e as empresas; assim nos disse o docente entrevistado 3:

Não existe essa articulação, infelizmente as agências elas fazem os passeios, mas elas não vão parar no Trançados da Ilha, que é uma das principais, do bordado de Ilha Grande, acho que tem uma agência só, acho que para lá na Ilha Grande, nas rendeiras, na renda de bilro, só tem uma agência que para lá, na .... eles não param, no Barro Vermelho que produz a cerâmica, eles não param. As agências elas não vão levar o turista, por exemplo Ilha Grande não tem uma grande estrutura, vai ter um ou dois restaurantes, mas se você agendar para comer uma corda do caranguejo, mas elas não têm aquele contato.

As agências especificamente elas servem para transporte do fluxo, elas fazem o fluxo Parnaíba a Ilha Grande ao portal de entrada e Ilha Grande fica com absolutamente nada. Você não ter ali as agências, por exemplo, para fazer um *city tour* constituído dentro da própria agência, entendeu. Por exemplo, eles não pagam um guia para fazer isso, se você quiser fazer eles indicam uma pessoa ou outra, tem a Adriana é umas das únicas guias formadas que tem lá. Mas eles indicam, não a agência em si não comercializa o *city tour*, nenhuma parada nas associações. Basicamente, [...] eu vejo a mínima a relação e a articulação entre as agências e as associações. (Relato do professor 3 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Pela descrição, além da falta de conexão entre os atores, há um desejo de convergência de ações com a Rota das Emoções, passando por sobre outros valores e mesmo atividades econômicas importantes que poderiam reverter em subsistência local. E, também, não há qualquer menção de patrimônio cultural, seja material ou imaterial.

**Quadro 6 - A visão que as agências de turismo possuem sobre a importância da paisagem da APA Delta do Parnaíba**

Agência de turismo	Relatos dos entrevistados - importância da paisagem da APA Delta do Parnaíba.
AGT 1	O Delta do Parnaíba é um importante ponto turístico, atrai gente do mundo inteiro que se interessa pelo turismo ecológico. Além de ser um fator importante para a economia da comunidade em geral
AGT 2	Muito importante, pois trabalhamos com ecoturismo e turismo sustentável, principalmente para o público europeu agrega demais valor ao nosso produto, além disso, temos que preservar para o futuro
AGT 3	APA Delta do Parnaíba tem grande importância para o turismo, pois além de ser um grande atrativo por conta de sua beleza, ainda conta como uma forma de ensinar sobre a sustentabilidade e a importância da preservação de locais como esse.
AGT 4	Nosso futuro é isso, o que a gente escolheu pra nós. É sociedade, é sustentabilidade. É, temos várias ilhas e dentro dessas ilhas a gente optou em uma dessas ilhas colocar algo simplesmente pro pescador, simplesmente pro nativo, por exemplo. E todas essas ilhas que foram feitas aqui, foi tudo pensando nisso, pensando no modelo sustentável né. E aqui, logo porque Chaval não tem como, aqui nós temos duas APA's. Correr pra um lado a gente tá dentro da APA do Delta do Parnaíba, correu pro outro dentro da APA da Serra de Ibiapaba. A gente não tem como pensar se não for sustentabilidade
AGT 5	Eu vou falar aqui uma coisa, não sei se vai ter a ver, mas eu acho que vai ter coisinha. Olha, o turismo surgiu mais aqui, aqui em Barra Grande mesmo, foi por causa do kite. Que veio mais...começou primeiro aqui com a BGK. Aqui em Barra Grande tinha poucas pousadas, eram umas duas, no máximo três, antigamente. Aí quando foi formada a BGK, que é do... Aqui é uma das mais faladas né, a BGK. Aí o dono começou a reformar ela, começou a vim trazendo kite, a galera do kite, sabe. Aí foi trazendo, o pessoal foi conhecendo por causa do kite e tal. Inclusive tem muitos paulistas que vieram através de amigos que veio de kitesurfista que veio pra cá. Aí ele veio como uma descoberta, assim. Aí daí, esses caras que vieram passar tipo férias aqui, aí gostaram e começaram investir aqui, sabe. Investir, colocar seu próprio comércio, é, sorveteria, hamburgueria, essas coisas. Aí foi através disso que foi crescendo. Aí, com isso, antes já rolava o passeio, sabe? Aí com o passeio do cavalo marinho sempre veio evoluindo mais. Agora essa parte da APA Delta, eu não tenho, assim, muito conhecimento dessa parte não, sabe?"
AGT 6	A APA em si, é maravilhosa, não há como negar a beleza, porém a pouca divulgação e investimento nos impede de ter mais visibilidade. Hoje bem mais que antes, porém em pouca proporção se comparada aos demais destinos da Rota das Emoções. Espero que ao passar dos anos as coisas mudem, pois público tem e beleza também, mas o investimento é pouco"

Fonte: Dados da pesquisa, Carvalho, 2021.

A partir dos relatos apresentados fica evidenciado que os empreendedores reconhecem a importância da paisagem da APA Delta do Parnaíba como atrativo

natural para o turismo. Através dos relatos percebe-se pontos interessantes sobre uma visão fragmentada dos entrevistados sobre a formação do território.

Com os relatos pode-se apontar que há uma direta vinculação do território ao turismo ecológico, com destaque para a circulação econômica entre os envolvidos. Porém, como apresentam uma visão fragmentária, sustentabilidade parece ser apenas a repetição de um discurso ouvido. Prática de atividades em contato direto com a natureza, como o caso citado do *kitesurf*, não quer dizer cuidar da natureza; até porque ele trouxe outros produtos não naturais de consumo de massa e não ecologicamente enquadrados, como hamburguerias, bebidas, entre outros.

O direcionamento da APA Delta do Parnaíba mira diretamente segmentos como o ecoturismo. As narrativas dos entrevistados mencionam um perfil específico de visitante proveniente da Europa, e deixa passível de interpretação que esse público possui maior poder aquisitivo. Destacam, isto sim, o discurso da sustentabilidade. Mas a correlacionam diretamente à presença (ausência) do poder público como fomentador de boas práticas e da criação de infraestrutura.

Em um dos relatos dos representantes (AGT 3) há o destaque para ações de educação ambiental como uma maneira de promover a sustentabilidade e a preservação do território, que está alinhado aos objetivos do uso sustentável propostos na criação da APA Delta do Parnaíba. O discurso está condizente com as ações de entropia da transformação de recursos naturais em recursos econômicos. Entre os relatos, destaca-se a escolha do representante da agência de turismo 04 por uma prática de turismo pautada na sustentabilidade. Sua narrativa envolve ambiente e atividade econômica não integrada como as práticas do pescador.

Nosso futuro é isso, o que a gente escolheu pra nós. É sociedade, é sustentabilidade. É, temos várias ilhas e dentro dessas ilhas a gente optou em uma dessas ilhas colocar algo simplesmente pro pescador, simplesmente pro nativo, por exemplo. E todas essas ilhas que foram feitas aqui, foi tudo pensando nisso, pensando no modelo sustentável né. (Entrevistado da AGT 04)

O entrevistado é de Chaval, município cearense e que faz parte do APA Delta do Parnaíba e o APA da Serra de Ibiapaba. Mas quando buscamos informações turísticas sobre atividades pesqueiras e ou serviços oferecidos aos turistas sobre pesca, encontramos descrições como estas em “Praias 360°c:

Conhecida como “Cidade das Pedras”, o município de Chaval é considerado um dos melhores lugares para relaxar no estado. Leva esse nome por conta das belas paisagens compostas com pedras. Conta com diversos atrativos naturais e opções de lazer, recebendo diversos turistas durante a alta temporada. É uma boa opção para passar agradáveis dias de férias, seja com a família ou amigos. Dentre suas belezas naturais se destacam as praias, e uma das mais famosas é a Praia do Porto do Mosquito, conhecida por sua beleza e tranquilidade. O visitante pode escolher entre praias praticamente desertas e outras com mais movimento. Um passeio pela cidade é uma boa dica, e conhecer a Pedra da gruta Nossa Senhora de Lourdes e as formações rochosas da cidade são os principais passeios. Conta com boa infraestrutura de hotéis, pousadas, bares e restaurantes. (Ver o mapa das praias de Chaval, disponível em: <https://www.praias-360.com.br/ceara/chaval>. Acesso em 03 jun. 2022).

Ou seja, neste serviço de agenciamento não há qualquer menção à atividade de pesca nem a atividades que envolvam os pescadores locais. No entanto, a informação narrada pelo entrevistado (a) dá conta de algo: o pescador e sua atividade estão lá, fazem parte de uma paisagem, embora não integrados.

Porém, é importante notar nesse enxerto, que apesar do representante trabalhar diretamente com o turismo, apontam a existência de atividades potencialmente exploráveis, sejam elas caracterizadas pelas ações de grupos, como do *kitesurf* ou por indução empreendedora do SEBRAE ou pelo ICMBio. Curiosamente, não fica evidente que o grande projeto deseja fazer da Área de Proteção Ambiental, um território de exploração turística. Deixam transparecer que ecossistema, sustentabilidade, recursos naturais, dentre outros sinônimos, são apenas discursos que circulam no meio.

É possível também, perceber que há ausência de comunicação tanto interna quanto entre a gestão da UC, com o poder público; com o trade turístico sobre as ações que são desenvolvidas pela preservação da área. Essa deficiência na comunicação ocasiona conflitos que interferem diretamente no bem-estar das populações tradicionais, a exemplo, a prática do *kitesurf* em locais de pesca artesanal e desova de tartarugas.

De modo geral, os entrevistados desejam reconhecer a APA Delta do Parnaíba como um seu território. Deixam entrever que é necessário intensificar ações de comunicação entre os gestores para direcionar o turismo de forma adequada e compatível com a sustentabilidade.

Esta perspectiva é também um ponto indicado na Roda de Conversa com os docentes da UFDPAr.

Mas quantas vezes eu já não participei de reuniões que diziam muitos empresários que eu já estou há 30 anos no ramo, quem é você para vim falar para mim o que eu tenho que fazer [...]. Então as próprias reuniões que a gente participava no Sebrae, eu cansei de ouvir assim, ah eu só preciso de vocês com pessoas com vagas de estágio, quer dizer, a gente vê uma ou outra ação que é importante salientar sabe, a gente tem o pessoal, o Keynisson, ele criou a agência dele, o hostel dele, ele teve a preocupação em trabalhar com as pessoas da localidade e valorizar essas pessoas, só que o público dele é muito restrito. (Relato do professor 1 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

A narrativa evidencia que existe a percepção de saberes e sujeitos outros que, em certa medida, não estão integrados ao território desejado; e é uma disputa tensa.

E continua a informação do professor 1:

Então é o cara que não é índio, faz que é índio no Delta [...]. Porque a grande maioria das pessoas que trabalham com esse tipo de empresa eles veem o turismo como um fim e não como um meio; a comunidade, ela ver como um meio de sobrevivência, de ganhar, um meio de trabalhar e não como um fim. Então eu acho que é uma visão que a universidade também tem, a universidade ver o turismo como um meio de desenvolvimento, meio de educação, meio de promoção, meio enfim, de tantas outras coisas que a gente tem. Então a gente não tem uma visão holística [...]. Então a gente fica muito pesquisando, trabalhando com as comunidades, mas a gente não faz com quem tem a grana aqui, o contato, que não explora o território para ver o que de fato existem ali potenciais pessoas para trabalhar, potenciais pessoas para valorizar. (Relato do professor 1 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Na perspectiva dos entrevistados, portanto, há um direcionamento para a entropia econômica, mas de forma descontextualizada de uma Unidade de Conservação. Se trouxermos à lembrança o texto da RESEX, o seu fundamento normativo está justamente em desenvolver uma holística ecossistêmica de forma que coaduna conhecimento de populações locais e uso de recursos naturais. As narrativas

aqui expostas mencionam o quanto esta questão é um dos eixos principais da tensão e da formação definitiva do APA como território turístico.

### Quadro 7 – Relação entre agências e associação

Agência de turismo	Relatos dos entrevistados - relação entre as agências de turismo e associações da APA Delta do Parnaíba.
AGT 1	Trabalhamos em conjunto.
AGT 2	Temos uma boa relação.
AGT 3	A relação das agências de turismo com as comunidades e associações presentes na APA Delta do Parnaíba é algo bastante necessário, pois é com base na ligação entre ambos que pode ser compreendido e elaborado a forma de trabalhar com a APA para fins turísticos de modo que não prejudique a comunidade nem o turismo, mas sim que tenham os impactos turísticos nas localidades receptoras positivo, surgindo como consequência da interação entre o turista, comunidade e os meios receptores. Essa relação existe e é através de reuniões e conversas que tudo é organizado e esclarecido entre comunidade e agências.
AGT 4	O modelo da gente é completamente levado para sustentabilidade, nós não fazemos nada, nada nada nada sem a sustentabilidade, é tanto que nós lidamos atuantes, de forma atuante junto a APA Delta do Parnaíba, nós participamos do processo de formação do plano de manejo do Delta, do novo plano de manejo do Delta do Rio Parnaíba...a gente acredita muito no processo né, nesse processo turístico envolvendo a comunidade, a sustentabilidade, é tanto que os nossos passeios a gente utiliza sempre com nativos, é por exemplo, pescadores, a colônia de pescadores é quem faz nossos passeios. Temos passeios completamente levados à alguns manguezais, ... conhecer aves migratórias, é fazer a caça do sururu, a gente coloca também, pra ser uma fonte de renda pro nativo também, pra ele poder, é, o turista conhecer a forma de vida, de manejo, como ele tá no Delta.
AGT 5	É mais por questão na parte financeira, tipo assim, a gente faz o dinheiro que a gente faz que já ganha com turismo a gente já faz circular na comunidade, sabe? E também quando a gente mobiliza tipo limpezas na praia, a gente também chama umas pessoas assim, tipo vai em escola e em lugares assim pra gente mobilizar uma galerazinha. Tem pessoas que colaboram, mas tem outras que, sabe? Não colabora... A gente também gerou uma renda, né, pros charreteiros daqui de Barra Grande. A gente tanto, tanto o turismo, o pessoal das pousadas, assim quando começou, já gerou mais emprego pra comunidade.
AGT 6	Nós atuamos com trabalhadores direta e indiretamente, barqueiros, pescadores, catadores de caranguejo, os estabelecimentos no Porto dos tatus, as lojas de artesanato. Movimentamos o comércio de forma significativa, mas por quê? Quando temos passeios, compramos caranguejo do catador, peixe do pescador, em períodos de alta temporada, mas ainda, contratamos barqueiros além dos já contratados pela empresa, fora as portas de trabalho que abrimos para as pessoas na nossa cidade. Todos são beneficiados.

Fonte: Dados da pesquisa, Carvalho, 2021.

No momento da delimitação das Associações para participarem da pesquisa, encontramos o registro de diversas delas: de Pescadores, e Marisqueiras; de artesãos - Trançados da Ilha, e de Organização Não-Governamentais como a Comissão Ilha Ativa e Tamanduás do Brasil. Como tive a oportunidade de visitar o território e permanecer na Praia Pedra de Sal, do município de Parnaíba, fiz visitas aos pontos da praia para registro fotográfico e conversas com integrantes da Associação de Moradores da Pedra de Sal. Algumas conversas foram feitas de maneira remota, devido a pandemia de Covid-19. Dessa forma, a compreensão da relação das associações com os demais setores do território foi fruto da vivência e da entrevista direta com estes integrantes. No tópico aqui analisado, os empresários falam das relações estabelecidas com as diversas associações.

Os relatos apresentados pelos representantes das agências de turismo 1, 2 e 3 demonstram que há interação entre as agências de turismo e as associações para a realização de suas atividades turísticas. É importante ressaltar que a interação se estabelece entre os núcleos receptores e as associações. Porém, ao observar como acontece o turismo nesse território, o contato se dá através dos prestadores de serviços, que são moradores dos núcleos receptores, e que atuam como condutores dos passeios, assim, a interação se constrói superficialmente, apesar do modo de vida tradicional ser um recurso inerente a paisagem desse território, não ocorre um aprofundamento como atrativo.

Em contraposição percebemos que o relato do representante da agência de turismo 4 considera a sustentabilidade como um modelo importante de desenvolvimento para suas atividades na APA Delta do Parnaíba, ao priorizar a perspectiva ambiental, social e econômica e incluir as populações tradicionais, como a colônia de pescadores na execução dos passeios.

Ao trabalhar o turismo dessa forma, as atividades tradicionais da UC são pensadas em atrativos através das vivências que podem ser compartilhadas com os visitantes. Registra-se a percepção da necessidade de interação com o visitante; compreendem que se torna fundamental ações de sensibilização para a importância da preservação dos recursos naturais e das comunidades.

Um ponto de destaque foi a participação do representante das Associações nas reuniões para a construção do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba. Essa

atuação contribui como uma medida de conhecimento e apropriação do território para a construção de territorialidades turísticas que sejam responsáveis e compatíveis com os usos permitidos para a área protegida. A norma que cria a RESEX, neste ínterim, é fundamental pois confirma a necessidade de conexão entre natureza e conhecimentos tradicionais. Com isso, percebe-se que há um discurso produzido no sentido de integrar o território e a conservação deste, com a finalidade de garantir a perenidade dos seus recursos naturais e o bem-estar das populações tradicionais.

A inclusão que consta para o representante da agência de turismo 5 com as associações, destaca os benefícios econômicos que a atividade do turismo pode proporcionar para o seu núcleo receptor, seja para aqueles que estão diretamente vinculados ao empreendimento, como para outros setores envolvidos no turismo, como restaurantes, meios de hospedagem. Deixa transparecer uma visão menos direcionada para a Rota e mais local, quando se importa com o charreteiro que dispondo dos meios, pode oferecer os seus serviços.

Os relatos permitem transparecer uma preocupação ambiental com o território, ao apresentar o engajamento e mobilização para a limpeza das praias. Essa ação é uma importante estratégia de educação ambiental e conscientização da comunidade sobre a preservação dos recursos naturais, que está associada aos objetivos de criação da APA, que apesar do representante da agência de turismo relatar que não tem o conhecimento sobre a UC, reconhece a importância da conservação dos recursos naturais para o turismo.

Corroborando com a relação econômica apresentada anteriormente, o representante da agência de turismo 5 apresenta a dinâmica que se constrói entre o turismo e os núcleos receptores, ao deixar claro que os vínculos se estabelecem através da contratação direta e indireta de prestadores de serviços para a execução de suas atividades.

Com isso se percebe, que as relações que são estabelecidas entre as agências de turismo e as associações se dão, prioritariamente, na perspectiva econômica do turismo, onde há a contratação de pessoas que fazem parte das associações para a prestação de serviços, ou seja, as populações tradicionais são vistas como um meio a ser utilizado para a materialização do turismo, não havendo uma abordagem

integrada onde estas possam ser fontes de saberes culturais e tradicionais para o turismo.

A visão que se tem sobre a APA Delta do Parnaíba é limitada, apesar da sua extensão e diversidade. Apenas os recursos naturais têm sido utilizados como fonte para o turismo, os saberes tradicionais são praticamente ignorados mesmo que sejam elementos integrados à paisagem do território, haja vista a potencialidade cultural que pode ser estruturada como atrativo para o turismo, e conseqüentemente a permanência do visitante por mais tempo no destino.

A diversidade cultural que a APA Delta do Parnaíba possui é inegável para todos os envolvidos. Sejam aquelas que estão associadas ao processo de composição territorial através da pesca e agricultura, como as territorialidades que foram se delineando com o tempo, como os aparatos culturais que resultaram nas formas de artesanato tanto pela palha de carnaúba quanto pela renda de bilros. Como nos informou o representante da Associação da Praia Pedra do Sal, “há possibilidades de usos com roteiros integrados às vivências tradicionais, onde é possível maior contato com as populações tradicionais”. No entanto, como bem-dito, há possibilidade porque não está articulado, e ainda se permanece como algo distante de ser realizado.

Concomitante a essa relação entre os empreendimentos e as associações da APA Delta do Parnaíba, questionou-se das possibilidades de envolvimento das Associações nas atividades turísticas comercializadas, onde os relatos são apresentados no quadro 8.

**Quadro 8** - Envolvimento das associações nas atividades realizadas pelas agências de turismo.

<b>Agência de turismo</b>	<b>Relatos dos entrevistados - Envolvimento das associações nas atividades realizadas pelas agências de turismo</b>
AGT 1	Já são incluídas em algumas palavras
AGT 2	Sim, já fazemos isso em alguns locais, mas sentimos falta de mais comunidades que estejam prontas para ofertar esses serviços
AGT 3	Sim, inclusive já existem roteiros onde a comunidade local participa. Esse tipo de segmento é caracterizado como turismo de vivência, onde incluímos a comunidade local em atividades turísticas na qual eles podem mostrar um pouco da realidade em que vivem para os turistas que possuem interesse em realizar esse tipo de atrativo

AGT 4	<p>Chaval por muito tempo, ela...nós éramos só corredor de passagem né, só corredor de passagem, só passavam por aqui. Não visitavam nem nada. Mas aí com o tempo, a gente correu atrás, correu atrás de SEBRAE, correu atrás de inúmeras agências, participamos de inúmeros eventos, de fóruns e todos esses eventos foi aos poucos, nos abrindo espaço né. A gente conseguiu trilhar um caminho árduo, logo que a gente não queria o turismo de massa, a gente nunca... o nosso primeiro foco foi não nós não queremos, nós decidimos logo nos primeiros anos que a gente não queria o turismo de massa. A gente queria trilhar um caminho mais difícil, mas sabia que lá no futuro a gente teria uma recompensa, certo? E a gente optou por essa decisão. Mas o que que o... o que é o basicamente o seguinte, a gente optou, fez essa, essa caminhada dura e árdua para chegar ao nosso propósito, e hoje a influência e a importância dela dentro da Rota das Emoções, é que hoje, Chaval ele tá não só corredor, ele não é só um corredor, ele na verdade, o turista já vem, já vê Chaval com outros olhos. A Rota das Emoções, hoje ela...ela complementou, Chaval é um complemento da Rota da Emoções, por que complemento? Aumentou demais o valor da Rota das Emoções, e no meio da Rota das Emoções, nós não tínhamos esse tipo de trilha, essas pinturas rupestres, nós não tínhamos esses passeios de ecoturismo, essa forma do...do...turista conhecer esses atrativos da caatinga, esses atrativos do cerrado e da mata atlântica. Então a gente implementou e muito cavernas, ter essa experiência com a sociedade com a cultura da sociedade de Chaval. É, então tudo isso, tá sendo muito bom para a rota das emoções e tá sendo muito bom pra Chaval, porque as pessoas daqui estão tendo oportunidade de reconhecer, de descobrir o turismo. Elas não sabiam nem o que era turismo, achavam que turismo era só passear, não sei o que, ah turismo é viajar. Até a própria conceitabilidade do nome turismo, de turismo, as pessoas daqui estão aprendendo né. Então tudo está em, como se diz...em termos de processo, nós somos um destino em processo turístico, em processo turístico. Mas a importância dentro disso para a Rota das Emoções, como para nós tá sendo assim, muito, muito...fazer parte de uma rota é muito importante, quando você quer desenvolver esse seu trabalho. Então o turista já passa pela tua porta e tu tem a oportunidade de dizer pra ele que olha vamos aqui que eu vou te mostrar isso vai aumentar sua cultura, isso vai aumentar o teu conhecimento, então para ambos as partes, pra nós tá sendo incrível</p>
AGT 5	<p>Na minha opinião acho que mais é, deu uma vantagem no turismo mais por essa parte assim do kite, por ter sido, por ser beira de praia e tal. Ai, sendo muito mais voltado para o kite...é tipo como se... não sei... como se a APA Delta não influenciasse</p>
AGT 6	<p>Optou em não responder.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Carvalho, 2021.

Os respondentes avaliam como positivo o envolvimento das associações porque elas representam nichos de conhecimento e ou produtos que percebem como é possível realizar o desenvolvimento entrópico entre natureza, pessoas e economia. Mas é uma participação mediante a oferta de mão de obra ou de *experts* em alguma atividade de interesse da empresa. Não se registrou o inverso, ou seja, de uma empresa que potencialize o produto da comunidade. Este inclusive, é o reclame da associação de produtos artesanais, de marisqueiros e pescadores. As suas participações no território ocorrem de forma “complementar”, indireta, com oferta na

rua.

Apontam que tem conhecimento da possibilidade da comunidade através do turismo de vivência, no qual o visitante pode conhecer um pouco mais do modo de vida tradicional do território, e conseqüentemente há uma aproximação do núcleo receptor com o turismo. O turismo de vivência possibilitaria a interação com as dinâmicas territoriais que se construíram com o tempo na APA Delta do Parnaíba, no requisito do conhecimento tradicional. Através desse contato, as associações demonstrariam o seu modo de vida e poderiam promover a sensibilização para a conservação dos recursos naturais e culturais desse território.

Mas o empresário da AGT 04 deixa evidente que o investimento que fizeram não tinha esse foco. A Rota das Emoções tem uma perspectiva horizontal e integrativa regional. É um grande itinerário de atividades já existentes que focam no cliente e no seu interesse em visitar, deslocar, desfrutar de vários ambientes do Delta do Parnaíba. A vivência remeteria à verticalização da presença do turista. Ou seja, permanecer o maior tempo possível em um lugar, convivendo com os locais. Este não é o perfil da Rota das Emoções. Nela se projeta o deslocamento do turista por diversos ambientes do Delta do Parnaíba, inclusive em passeios longos, com média quatro horas de deslocamentos. Por isso existe uma clara tensão entre em que seria melhor investir, se nos passeios, se na cultura local.

Neste sentido, observamos que a visitação na APA Delta do Parnaíba, principalmente dos passeios que têm saída do Porto dos Tatus, em Ilha Grande (PI), as relações entre a comunidade e os visitantes são impedidas pela distância. A dinâmica que se desenha é de aproximações superficiais, pois nestes passeios realizados nas grandes embarcações, são repassadas informações gerais sobre as comunidades, seu modo de vida, entre outras. No decorrer da atividade é realizada a representação do catador de caranguejo, através do homem lama, que pode ser atrelada a uma ação de sensibilização ambiental sobre a sua importância no território e na sustentabilidade. No entanto, não se permanece na comunidade para ver, consumir e/ou conhecer os modos de sobrevivência do catador, que viria a ser configurar como um turismo de experiência<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> “O turismo de experiência tem sido utilizado para se referir a uma forma distinta de o visitante se relacionar com as realidades que lhe são oferecidas no destino turístico” (SILVA, TRETIN, 2018, p. 179). Cutler e Carmichael (2010) diferenciam o termo experiência em dois sentidos: a experiência do

Ao analisar a dinâmica que foi construída em Chaval, se nota pelo relato do representante da agência de turismo 5, que a região se configurava apenas como um corredor de passagem para o turismo, onde não havia atrativos estruturados para justificar a visitação. Este cenário caracteriza bem o distanciamento entre as empresas e a vida comunitária do lugar.

Com a formatação de roteiros que contemplaram os recursos naturais e culturais do território, com trilhas naturais e visitação das pinturas rupestres e nas cavernas, assim Chaval passa a ter sua importância no projeto Rota das Emoções. Mas são atividades de visitação e retorno, ou seja, que não exige a permanência e ou visitas à vida comunitária, senão, no próprio espaço rupestre. No site oficial, a seguinte descrição caracteriza pela própria narrativa, isto que estamos a afirmar: “Chaval é uma região muito rica em sua fauna e flora, um lugar para se vivenciar a natureza com paz e tranquilidade, aproveitando para explorar suas praias, pedras e cavernas no meio do mato”<sup>26</sup>. Praias, pedras, cavernas e mato são apontados como o atrativo principal.

O representante de associações é um ator de extrema importância no cenário em formação do território. Ele participa da elaboração do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba; pode trazer influências positivas no seu modo de pensar e agir no território, ao assumir em seu relato uma postura alinhada às normas e os usos responsáveis e o saber/ação dos associados que representa.

Ao mesmo tempo, o associado e seu representante, podem registrar os impactos causados pelas ações de exploração nas diversas praias ao longo do território. Conforme a representante da Associação Moradores da Pedra de Sal, frequentemente “relatam nas reuniões ocorrências que não estão coerentemente alinhados com a conservação dos recursos naturais da APA Delta do Parnaíba”. Em nossa permanência na área de pesquisa, ouvimos muitos relatos de incoerências discursivo/práticas quanto ao cuidado com o meio ambiente.

Alguns deles deram conta de afirmar que há o despejo de dejetos de banheiros e da cozinha das embarcações nos rios; que o transporte de pessoas assoreia os pequenos, igarapés, rios e lagoas; que as visitas sempre deixam restos biológicos e

---

momento-a-momento na vida diária e; a experiência avaliada, que é sujeita à reflexão e a uma significação prescrita. Esta última é o foco dos estudos na área do turismo, com o sentido de engajamento da pessoa em um evento, em um nível físico, espiritual ou intelectual, resultando em impressões memoráveis.

<sup>26</sup> Conferir em <https://rotasdasemocoes.com.br/conheca-as-belezas-de-chaval/>.



*kite*, renda, comunidades, associações. Embora as palavras sejam diferentes das ações, comunidades e associações registram a presença de atores que disputam, desejam, firmar posição no território turístico analisado.

Nota-se que as dinâmicas apresentadas pelos representantes das agências de turismo da APA Delta do Parnaíba estão concentradas nas territorialidades construídas em função do turismo e das potencialidades que a paisagem dispõe nesse território; não para as pessoas e outros arranjos produtivos locais, que sejam benéficos para o seu bem-estar social. Fica evidente que as ações implementadas da forma em que se encontram, não atendem aos preceitos básicos norma da RESEX que está voltado sobretudo à salvaguarda de populações tradicionais e o meio ambiente como reserva ecossistêmica. É grave a afirmação do AGT 4 a APA. Ao mencionar a prática do *kitesurf* diz que “é como se a APA Delta não influenciasse”. Sua expressão é de que o surf seria o mesmo na APA ou em qualquer outro território. Uma grande falta de compreensão significativa do lugar.

A Rota das Emoções aparece nos relatos e se configura como um vetor possível de desenvolvimento e consolidação, entretanto a região ainda está um passo atrás quando comparada aos demais atrativos que compõem esse roteiro. As iniciativas por parte do poder público são fundamentais para a melhoria das estruturas locais, bem como as possibilidades de abertura para o investimento privado, desde que esteja de acordo com as premissas e normas de uso da APA Delta do Parnaíba.

Apesar de parecer utópico e distante a possibilidade de um desenvolvimento que inclua as associações da APA Delta do Parnaíba pelos empreendimentos de turismo do território, são possíveis formas de engajamento comunitário a partir dos saberes tradicionais, que permitam aos visitantes vivenciar e compreender o modo de vida das populações tradicionais, como uma forma de promover o turismo ecológico associado a educação ambiental.

## 2.2 PEDRA DO SAL, UM CASO TÍPICO DE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES EM DISPUTA

A Praia da Pedra do Sal fica a 15 km de Luís Correia, 15 km de Parnaíba e 8 km do Delta do Parnaíba; está situada no estuário da Ilha Grande de Santa Isabel.

Segundo dados do IBGE, a formação histórica tomou forma em torno da fundação de um farol sob os rochedos, em 4 de março de 1873<sup>27</sup>. Nestes rochedos há o acúmulo de sal trazidos pelas ondas, daí o nome.

**Figura 14** – Farol localizado na Pedra do Sal



Fonte: Biblioteca IBGE, 19??.

As relações permeadas pelo turismo na APA Delta do Parnaíba influenciam direta e indiretamente na dinâmica do território e das territorialidades, embora pouco impacte no bem-estar das populações tradicionais. O foco maior desta pesquisa, no caso de Pedra do Sal, tem como objetivo detalhar melhor o acontecer destes conflitos que, de certa forma, repetem-se em toda a extensão do território do Delta.

Os dados descritos até aqui, permitem compreender que as interferências na paisagem, seja do natural, seja da cultural, acarretam conflitos. O Delta é um território instável. Por isso, o acontecer das atividades turísticas podem ocasionar conflitos nas

---

<sup>27</sup> O engenheiro Newton César Burlamarqui foi o responsável pela construção do Farol, que fazia parte de um lote encomendado na Europa pelo engenheiro Zózimo Barroso e tinha um alcance luminoso de 10 milhas. A construção de um farol automático AGA na ponta das Canárias fez com que em 1919 o Farol da Pedra do Sal fosse desativado. Sua lanterna foi desmontada e o terreno, ocupado também por duas casas fosse vendido. Em 1923, atendendo à reivindicação dos pescadores da região, foi reaceso com uma lanterna AGA à acetileno instalado no alto da antiga torre, que, cinco anos depois, teria suas chapas de ferro substituídas por paredes de alvenaria e, em consequência disso, o farol Ponta das Canárias foi desligado. Em 21 de junho de 1973, foi inaugurado um novo farol na ponta das Canárias, e o alcance de Pedra do Sal foi diminuído pela metade (5 milhas), mas restabelecido pouco antes de sua eletrificação em 1987 (BIBLIOTECA IBGE, 19??).

relações sociais, econômicas e políticas. Pedra do Sal, desta forma, faz parte de uma territorialidade que se define passo a passo, no jogo, no conflito. Neste cotidiano, é importante a compreensão que as associações e os sujeitos têm acerca deste território.

O sentimento de pertencimento à APA Delta do Parnaíba pelas associações está além de simplesmente usufruir dos recursos disponíveis, mas são apontadas expectativas em relação ao território, como apresentado no relato do representante da associação localizada na Pedra do Sal.

Viver na APA Delta do Parnaíba ainda é uma opinião assim de expectativa de melhora, de que a nossa APA possa ser mais bem cuidada. É... que a gente tenha alguma melhoria nas comunidades que moramos de acordo com a necessidade de preservação também. Porque a gente ainda nota que algumas comunidades da APA são mais fiscalizadas e melhor tratadas do que hoje aqui. A relação de Pedra do Sal, até mesmo um pouco Luís Correia, que Luís Correia praticamente não faz parte, só um pequeno território de Luís Correia que faz parte da APA do Delta. E mais aqui a nossa região hoje, nós vivemos, falando em Pedra do Sal, nós vivemos um descuido muito relacionado a isso, a questão de invasões, de questão de moradia, que o povo começa a invadir lugares que não seriam aptos a estarem construindo, como perto de lagoas, as vezes até dentro de lagoa mesmo. Então eu acho que é de expectativa de melhora, tanto na parte de fiscalização como no...como alguns projetos que venham melhorar a nossa APA, a nossa região da APA. (ASSOCIAÇÃO 1, PESQUISA DIRETA, 2021).

A visão da representante, deixa perpassar o conteúdo de narrativas bem próximas daquelas feitas pelos empresários do turismo. Narrativas sobre melhora com a APA, preservação ambiental, descuidos com meio ambiente. Estas matrizes discursivas são os eixos formadores trabalhados no Conselho Consultivo e nos encontros organizados pelo SEBRAE. Mas a narrativa do representante tenciona entre a história local, e, portanto, pertencente às pessoas, e este arranjo normativo que é a criação do APA. Ao mencionar o termo comunidades, ao pensar na posse do solo, na moradia, menciona resquícios de sentimento da relação terra e pessoa, terra e sentimentos (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2015; CURY, 2003).

**Figura 15 – Acesso a comunidade Pedra do Sal**



Fonte: Leocadio, 2021.

Na narrativa do representante da Associação, o espaço geográfico da praia é instável e de conflitos de diversas ordens. Há problemas de invasões, de posses, de falta de titularidade das propriedades; construções irregulares. Este parece ser o principal problema: a posse do solo. É também a maior fonte de conflitos, como logo mais apontaremos. Quando os associados reclamam da ausência de serviços públicos de saneamento, saúde, transporte, alguém sempre usa o argumento da irregularidade patrimonial.

Como apontamos no percurso metodológico, escolhemos a praia Pedra do Sal para fazer uma descrição mais pormenorizada, um foco através de um estudo de caso, face a localização da associação entrevistada. De pronto percebemos nas observações de campo, entrevistas e outros estudos, que a posse do solo e a regularização de atividades econômicas, é um fator que se repete em todas as praias do APA.

A vivência no território da APA Delta do Parnaíba desperta pontos interessantes sobre a dinâmica que se desenrola no local. Podemos analisar sobre a expectativa de melhorias para a UC, onde é percebida a necessidade de uma convivência equilibrada com os usos permitidos. Pedra do Sal sempre teve um

representante no Conselho; a narrativa deste representante demonstra que este tem a compreensão do território como um todo e da comunidade em especial; a partir dela, corrobora com nossa tese enunciada desde o primeiro capítulo que, embora seja predominante a narrativa de heterogeneidade, de ordem e organização, nos interstícios está presente os conflitos. E a narrativa sobre Pedra do Sal, deixa evidente que para além dos interstícios, há evidências de conflitos entre a própria comunidade, especialmente em relação à ocupação e conservação do solo, mas também com empresas construtoras de hotéis e de geradores eólicos.

Um território não tem como característica principal a homogeneidade (RAFFESTIN, 1993; CURY, 2003; SAQUET, 2015). O conflito se manifesta de diversas formas, como viemos apontando. Por mais que as narrativas queiram apontar para algo consolidado, estável, harmônico, no período de vivência com a comunidade as narrativas que ouvimos demonstram justamente o inverso.

Para entender a diversificação do território de Pedra do Sal é necessário considerar diversas outras narrativas. Dados e narrativas oficiais como do SEBRAE, da RESEX, do Conselho Consultivo da UC, Associações e empresas turísticas, pesquisadores da UFDPAr e da UFPI, circulam com as representações individuais e coletivas dos ribeirinhos. É esta característica que perfaz sua complexidade. Na exposição a seguir, faremos citação de resultados de pesquisa realizada por discente e docentes da Universidade Federal do Piauí<sup>28</sup> como fonte importante de descrição da percepção da comunidade local sobre a instalação dos geradores de energia eólica.

A presença de pesquisadores, tanto da UFPI quanto da UFDPAr, são vozes a ser consideradas no ambiente pois, além de participarem nas ações de implementação da cultura turística local, organizam pesquisas que levantam dados fundamentais para compreensão cultural e para tomada de decisões sobre a vida e os empreendimentos no Município e de modo especial em Pedra do Sal. Por outro lado, no momento de nossa pesquisa, um dos grandes conflitos locais gerava sobre a instalação do Parque Eólico, daí o interesse em citar o referido estudo. Em seu

---

<sup>28</sup> Trata-se da pesquisa realizada por Maria Bernardete de Carvalho Bezerra; Denis Barros de Carvalho; Wilza Gomes Reis Lopes; Terezinha de Jesus dos Santos Souza; Francisco das Chagas Vieiras Santos; Anderson Guzzi e publicada com o título de Percepção dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do complexo eólico Delta do Parnaíba, na **Revista on line Gaia Scientia**, March 2017.

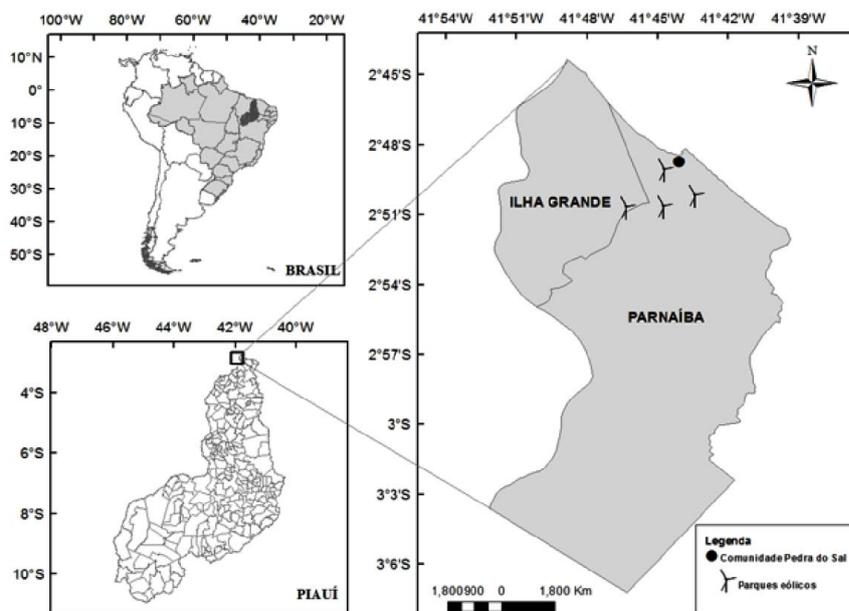
conjunto, estas narrativas apontam os caminhos para o desenvolvimento entrópico da atividade turística.

### 2.2.1 Características demográficas

A comunidade Pedra do Sal, fica no litoral do Estado do Piauí, ( $02^{\circ} 48' 45''$  S/ $41^{\circ} 44' 03''$  O), zona rural do município de Parnaíba, que dista 339 km da capital Teresina. Parnaíba limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com as cidades de Buriti dos Lopes e Bom Princípio; a Leste com Luís Correia e a Oeste com a cidade de Ilha Grande.

Parnaíba possui uma população aproximada de 145.729 habitantes, com sua maioria concentrada na zona urbana (137.507 habitantes) e uma população rural de 8.222 pessoas, com densidade demográfica de 435,9 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Não encontramos dados demográficos específicos da comunidade Praia Pedra do Sal.

**Figura 16** - Localização de Pedra do Sal, no litoral do município de Parnaíba



Fonte: BEZERRA *et. al.* 2017.

Pedra do Sal é um território que passa por constantes conflitos no interior da APA Delta do Parnaíba, seja com ações diretamente relacionadas ao turismo, como

em outras questões que resultam em interferências na dinâmica tradicional. O exemplo mais típico foi a interferência da empresa Tractbel Energia<sup>29</sup>, que fez a instalação da primeira usina eólica no estado do Piauí na comunidade e inaugurada em 2009 com 20 aerogeradores, chamada Usina Eólica Pedra do Sal.); em 2014 a empresa Ômega Energia foi responsável pela instalação do Parque Eólico Complexo do Delta com 35 aerogeradores (MAURÍCIO, 2019)<sup>30</sup>. Se observarmos a figura 27 veremos uma paisagem “bem integrada”, com verde, ventos, vias de acesso com os aerogeradores. A aparência, no entanto, esconde a história; as vontades e desejos ficam silenciadas.

As territorialidades construídas pela matriz energética na comunidade da Pedra do Sal provocam diversos impactos no território, pois era necessária a apropriação de extensas faixas no terreno para implantação do sistema. Logo foram desapropriados moradores de suas posses (legais ou não) que as utilizavam para a coleta de frutos, criação de animais em pequena escala e a pesca em lagoas. Essa dinâmica reconfigurou a paisagem. Áreas que antes eram de uso coletivo passaram a ser cercadas pela propriedade privada; acessos passaram a ser exclusivos para funcionários; restrições de locais de pesca e ou cultivo.

As atividades de subsistência eram realizadas de maneira informal e, com a presença da empresa, causou maior sazonalidade ao trabalho local. A pesquisa realizada pelos docentes da UFPI, apontou que, “no que se refere ao trabalho formal, ou seja, de carteira assinada, 70% dos inquiridos declararam não o ter, ou seja, um percentual significativo de pessoas da comunidade continua sem trabalho formal”. (BEZERRA *et. al*, 2017, p. 124).

---

<sup>29</sup> Em 2010 a Tractbel passou a ser controlada por um grupo franco-belga e foi denominada Engie.

<sup>30</sup> As discussões sobre fontes de energias renováveis tomaram corpo pós a crise do petróleo em 1970 e dos sucessivos apagões na década de 1990. O Brasil é um dos países que também entrou no rol dos que investem na diversificação da matriz energética. Um grande passo para isso, que se tornou um marco importante e necessário para se levantar os debates sobre as energias renováveis no Brasil, foi a instituição do Comitê Permanente das Energias Solar, Eólica e Biomassa, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

**Figura 17** - Torres eólicas na comunidade Pedra do Sal (PI).



Fonte: Leocadio, 2021.

É importante considerar, no entanto, que estudos sobre o impacto social e ambiental de implantação de energia alternativa eólica, apontam justamente para o inverso da harmonia. Na foto fica o registro da invasão do solo, da proximidade das residências. Ríó e Burguillo (2008) apud Simas e Pacca (2013) mencionam que:

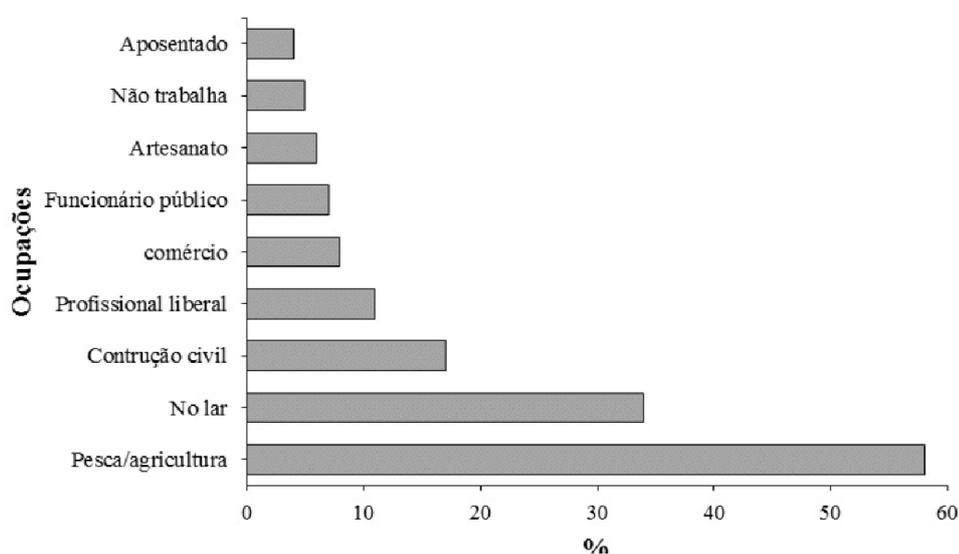
Fornecedores de bens e serviços dentro das comunidades podem ser beneficiados com a construção do projeto, e aumentar a renda total da comunidade, além de criar oportunidades de empregos temporários fora da obra. Dependendo do projeto, também pode haver compensações às comunidades, como reforma de escolas e de infraestrutura pública, fornecimento de energia elétrica a custo reduzido, construção de bibliotecas, entre outros (RIO E BURGUILLO, 2008 APUD SIMAS & PACCA, 2013, p. 102-103).

Os estudos apontam para a necessidade de minimizar os impactos e, portanto, estes são inevitáveis tanto ao meio ambiente quanto às pessoas. Mas poderiam ser criados benefícios com ganhos imediatos para a comunidade. Porém, lá não se observa. Não há registro de nenhuma atividade empresarial que retornou em benefício dos moradores como preconizado pela discussão.

Um outro impacto imediato na comunidade local foi registrado por Bezerra *et.*

*al.* (2017). Segundo os pesquisadores, o público-alvo questionado a respeito da atividade que ocupam no momento, observou-se que “39% do total de entrevistados apontou a atividade pesqueira e a agricultura de subsistência, como uma das principais atividades praticadas na comunidade, seguida de 23% que se ocupam em atividades no lar” (BEZERRA *et. al.*, 2017, p. 125). Justamente estas atividades informais e de subsistência foram as que mais sofreram impacto com a instalação dos geradores. Registramos, durante permanência no local, a narrativa de diversos impactos como poluição sonora, assoreamento de lagoas piscosas, a movimentação de dunas que com os ventos causaram o aterramento de casas e cultivos. Os resultados de Bezerra *et. al.* (2017) confirmam esta questão, ao indagar sobre a ocupação dos moradores locais.

**Figura 18** - Ocupação atual da comunidade da Pedra do Sal – Parnaíba (PI)



Fonte: Bezerra *et. al.*, 2017, p. 125.

O levantamento apresentado no gráfico demonstra ocupações entre artesanato, funcionário público, comerciante, profissional liberal, construção civil, ocupante do lar, aposentados, desempregados e sua expressiva maioria, ocupada com pesca e agricultura. Com estes dados, se constata que a maioria dos pesquisados em Pedra do Sal, ainda pratica a atividade pesqueira e extrativista, o que revela que a implantação e funcionamento dos parques eólicos não contribuem de forma significativa para a inclusão da população local no mercado de trabalho

formal. Desta forma, tais dados revelam o contrário ao que apregoa Simas e Pacca (2013), uma vez que defendem que o parque eólico gera empregos locais, e ao gerar empregos, contribui para o desenvolvimento local.

Com os resultados de pesquisa de Bezerra *et. al* (2017), alguns dados a mais podem ser colocados ao lado dessa nossa percepção. A partir da composição de 150 questionários aplicados aos moradores dos arredores das torres, em Pedra do Sal, os autores compuseram a seguinte tabela:

**Tabela 1** - Percepção da comunidade da Pedra do Sal – Parnaíba (PI), acerca dos impactos decorrentes da implantação dos Parques Eólicos.

<b>Questionamentos</b>	<i>n</i>	(%)
Modificação da paisagem do litoral	150	100
Emissão de partículas de poeira	150	100
Surgimento de novos ruídos ou sons (poluição sonora)	150	100
Destruição de paisagem natural importante para a comunidade	150	100
Soterramento de lagoas	150	100
Retirada da vegetação	150	100
Redução de alguma espécie animal	145	97
Desaparecimento de alguns sons da comunidade	144	96
Aumento do número de acidentes com pessoas	141	94
Aplainamento de dunas	138	92
Alteração visual da paisagem	129	86
Remoção e perda do solo	129	86
Morte de animais domésticos e silvestres	123	82
Contaminação do solo	117	78
Contaminação de água superficial	114	76
Possível morte de aves por colisão	111	74
Produção de resíduos sólidos	108	72
Mudança de comportamento e hábitos da comunidade	102	68
Contaminação do lençol freático	90	60

Fonte: Bezerra *et. al*, 2017, p. 125.

Na primeira coluna, o número de respondentes (150 entrevistados, ao todo) que marcaram no questionário ter ou não percepção de modificação da paisagem natural, com a implantação do parque eólico. Na segunda coluna, o índice de

respondentes em percentual.

Todos os entrevistados afirmam ter percebido a mudança da paisagem do litoral; da emissão de partículas de poeira; da poluição sonora; destruição de paisagem natural útil para a comunidade; soterramento de lagoas e retirada da vegetação. Em percentuais menores, a comunidade diz perceber redução de espécies animais; desaparecimentos de sons naturais da comunidade; aumento de acidentes com pessoas; aplainamento de dunas; remoção e perda de solo útil para agricultura; contaminação de solo e água; colisão de aves, dentre outros.

É importante ressaltar o significado cultural destas percepções das comunidades. Trata-se da relação entrópica entre economia e meio ambiente; mas mais que isto, expressa a significação do mundo (BOURDIEU, 2008<sup>31</sup>); sua reterritorialização (RAFFESTIN, 1993). Impossível também não citar Yi-Fu Tuan (1983) para mencionar que o sentimento dos sujeitos em relação ao lugar, à domesticação do seu lugar, ou seja, ao sentimento de pertencimento ao lugar vivenciado. Há sentimento nas expressões porque não se trata de um espaço, puro e simplesmente, mas de um lugar, com sentimento, vivência, reprodução. Em outras palavras, é refúgio humano.

Quanto a uma perspectiva ecossistêmica, a alteração do meio também causa impactos importantes. A retirada da vegetação acarreta movimentos acelerados de areia carregada pelo vento, que passam a se mobilizar de forma desordenada e cobrem casas e estradas, assoreando lagoas e rios. Do mesmo modo impacta o aplainamento das dunas, é devastador para o meio ambiente e está diretamente interligado com a vegetação. Meirelles, 2011 apud Bezerra *et. al* (2017) afirmam que

[...] dunas e vegetação estão completamente interligadas, pois cada uma desempenha uma função importante dentro dos mecanismos regulatórios ambientais que são de suma importância para ambas, e, para a comunidade Pedra do Sal estão sofrendo grande processo de intervenção pela ação do próprio homem, haja vista que muitos aerogeradores foram instalados sobre as dunas, o que contribui para a redução da geodiversidade e biodiversidade, bem como serve como processo acelerador da erosão e transporte massivo da areia pelo vento. (BEZERRA *ET. AL*, 2017, p. 126).

---

<sup>31</sup> Economia das Trocas Linguísticas – o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008

Com o desmatamento da vegetação local e o aplainamento das dunas, foram realizadas para criação de vias de acesso, espaço de manobras dos caminhões e instalação do canteiro de obras. Tais interferências na natureza provocaram a redução ou mesmo a extinção das dunas, pois após a supressão da vegetação, dá-se a terraplenagem e aterros de outras áreas. Meirelles, 2011 apud Bezerra *et. al* (2017, p. 126) menciona que “o desmatamento promove a supressão de ambiente com fauna e flora específicas dos sistemas dunar e tabuleiros pré-litorâneos e a fragmentação local dos ecossistemas relacionados”.

É significativo o registro de alteração sonora no ambiente. Não só calaram as aves, os sapos e toda uma fauna, mas sobretudo pela inclusão dos ruídos dos aerogeradores. Especialmente à noite, quando o vento é mais forte. Duarte et al. (2013) apud Bezerra *et al* (2017) confirmam os impactos causados pelos empreendimentos eólicos e atestam que tais ruídos causam nas pessoas irritação e muito desconforto, sendo a maior proximidade dos aerogeradores um fator agravante na percepção desse impacto.

No entanto, registramos que, num primeiro momento, no caso das usinas eólicas os conflitos foram mais atenuados na primeira fase de construção, pois no período da construção houve a geração de empregos diretos na obra e indiretos com aluguel de casas e na área de alimentação. Mas esses benefícios foram passageiros; com a conclusão da construção não era necessária a disponibilidade de grande quantitativo de funcionários. Na segunda fase de instalação das torres eólicas pela Ômega Energia, a comunidade sentiu as interferências mais intensas, pois a construção foi realizada bem próxima às casas da comunidade e nos locais utilizados economicamente por essa população destinados à pesca e à coleta de frutos. Por outro lado, a contraposição a instalação da Engie, da primeira fase, a área de construção foi afastada da convivência comunitária, reduzindo o conflito direto. Contudo, registre-se, mesmo estas obras estando distante, acabaram incidindo negativamente nas áreas de desova de tartarugas marinhas, por exemplo.

O desenvolvimento da obra em duas fases, nos levam a considerar a importância do impacto dos aerogeradores no espaço de trabalho, visto que o extrativismo, pesca e criação de pequenos animais são as atividades que predominam entre a população local. A proximidade com o empreendimento é fator decisivo para o elevado nível de percepção dos impactos causados pela implantação

dos parques eólicos, haja vista que todos os entrevistados habitam o entorno do empreendimento. Esse fato possibilita suas percepções com maior facilidade, uma vez que é uma relação cotidiana e direta com a natureza, “[...] pois sobrevivem daquilo que retiram dela e por isso, têm uma relação de maior afetividade com o lugar onde vivem. Com isso, suas visões em relação às pessoas que vêm de fora são diferenciadas, principalmente no que diz respeito à preservação da natureza [...]” (BEZERRA ET AL, 2017, p.125)

### 2.2.2 Atividades turísticas em Pedra do Sal

Apesar de toda a potencialidade da paisagem para o turismo, o local passa por um descaso por parte do poder público em estrutura básica para os moradores do local, como abastecimento de água regular, vias de acesso, transporte, educação e saúde, além de infraestrutura turística. Os locais que oferecem alimentos e bebidas aos visitantes não atendem a qualidade mínima; estão sucateados. Importante destacar que em sua maioria os bares e restaurantes pertencem a pessoas que não têm vínculo direto com a Pedra do Sal, sendo de moradores de Parnaíba e Ilha Grande. A comunidade local pouco se envolve com atividades de atendimento ao turista. Esta perspectiva é apontada na narrativa do representante de associação entrevistada.

Olha, o turismo aqui na nossa comunidade, ele é um turismo um pouco... vamos dizer assim... ele não é um turismo muito frequente. A gente tem duas estações que são julho e final do ano, né. Que sempre aparecem mais pessoas. Na realidade o frequentador da nossa praia mesmo é mais esse povo aqui da nossa região, o turismo em si, esse pessoal que vem de fora são poucos. É... A gente tem relacionado a questão...dificuldades ainda na questão de hospedagem, né. E eu acho que isso também influencia muito. E tem que melhorar muita coisa, a questão da água também, a gente tem uma água... a água aqui é bastante escassa, água potável. E a gente tem que melhorar nossa praia, precisa melhorar muita coisa ainda pra poder ter um turismo mais frequente. (ASSOCIAÇÃO 1, PESQUISA DIRETA, 2021).

Sobre as melhorias direcionadas ao turismo, em 2013 a Superintendência de Turismo de Parnaíba iniciou o projeto de reestruturação da orla marítima da Pedra

do Sal, no entanto sem sucesso, pois na etapa de sensibilização dos donos dos empreendimentos sobre os benefícios, estes se mostraram contrários ao projeto, tornando assim inviável a continuidade. Essa ação demonstra que a integração entre os setores envolvidos no turismo não acontece de forma ideal.

Uma rápida visita a um site de divulgação midiática sobre a Praia Pedra do Sol, escolhido aleatoriamente, encontramos a seguinte descrição:

Conheça a Pedra do Sal, uma das mais famosas ilhas do litoral piauiense

#### **Estrutura**

O acesso se dá através da rodovia PI-116. A praia conta com alguns quiosques com ares rústicos que *funcionam somente durante o dia*. A hospedagem é feita principalmente em casas de aluguel, mas é melhor se hospedar em hotéis e pousadas em Parnaíba, caso esteja procurando por diversão noturna.

A praia Pedra do Sal é muito frequentada por turistas piauienses, *principalmente o teresinense*. Fora do Piauí, ainda não é tão conhecida, mas já foram feitas várias matérias na mídia nacional mostrando sua linda paisagem, destacando-se *os rochedos e o lindo pôr-do-sol, que atrai muitos visitantes todos os finais de tarde*. Confira algumas fotos da praia Pedra do Sal em Parnaíba na lateral direita. (Disponível em: <https://180graus.com/litoral-do-piaui/conheca-a-pedra-do-sal-uma-das-mais-famosas-ilhas-do-litoral-piauiense>. Acesso em: 08 jun. 2022)

**Figura 19 – Barracas na orla da praia da Pedra do Sal**



Fonte: Leocadio, 2021

Percebe-se que há muito a ser feito para melhoria da qualidade na prestação de serviços aos visitantes. A começar, pelas estratégias de divulgação. O texto publicado aponta mais os pontos negativos que positivos; mas é real. Se mencionarmos novamente os resultados da entrevista com as empresas de turismo, na perspectiva daqueles atores, haveria de ter bom investimento em infraestrutura por parte do poder público seja municipal, estadual ou federal. É perceptível a conveniência do relato do professor entrevista na roda de conversa, a este respeito: [...] “a divulgação dos lugares para visitação   muito amadora”.

E, excetuando a constru o de vias de acesso asfáltico, não há esse investimento. Por outro lado, nenhuma atividade de Pedra do Sal na Rota das Emo es, o que demonstra que não há esforço coletivo para integrar e sim, competir. E, no registro de entrevistas, ficou evidente que o empresariado percebe que a Rota das Emo es, já consolidada, consegue refletir em retorno mais seguro.

### **2.2.3 A es públicas para infraestrutura**

Em 2020 foi inaugurado pelo governo do estado do Piauí o alargamento das vias PI 210, que liga Parnaíba a Pedra do Sal e a PI 116 que conecta Parnaíba   Ilha

Grande. Essa construção facilita o acesso a visitação nos atrativos da APA Delta do Parnaíba, além de melhorar o tráfego de veículos por parte da população que reside nesses locais. Porém, durante a visita para coleta de imagens para esta pesquisa, foi identificado que a obra não foi concluída no trecho mais próximo a faixa de praia. Além do mais, como demonstrado na figura 20, a conservação também não é prioridade para melhor apresentar o local como atrativo. Ademais, a própria população local sofre com ruas esburacadas e tomadas pela areia.

**Figura 20** – Trecho de obra não concluída na Pedra do Sal.



Fonte: Leocadio, 2022.

O entrevistado da associação deixou transparecer também o grave problema da água doce, água para consumo. Água potável praticamente inexistente na comunidade, sendo necessário ser transportada e armazenada. Felix-Silva *et al* (2020)<sup>32</sup>, afirma que, “na cidade de Parnaíba-PI, apenas 23,5% de domicílios têm esgotamento sanitário adequado, e na cidade de Ilha Grande - PI, são apenas 4,4%

---

<sup>32</sup> FÉLIX-SILVA, Antonio Vladimir; OLIVEIRA, Maylla Maria Souza de; BEZERRA, Laís Leal da Silva. Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. **Revista SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. ESPECIAL 2, P. 303-315, JULHO 2020.

de domicílios com esgotamento sanitário adequado”. O impacto desta afirmação é ainda mais grave, quando consideramos o grande número de pessoas em circulação por entre estes municípios. No capítulo 1, percebemos o quanto a água doce é um elemento essencial que impacta na história local, desde o período imperial. Félix-Silva *et. al.* afirmam, sobre Pedra do Sal que:

Nas comunidades em que vivem as pescadoras e os pescadores artesanais, não há coleta de lixo em todos os locais e, além da falta de saneamento básico, muitas vezes, não há água potável. Há áreas descobertas no território por falta de Agentes Comunitários de Saúde (ACS); e, na Pedra do Sal, já não havia visitas domiciliares pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) antes da extinção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) (FÉLIX-SILVA *et al*, 2020, p. 308).

A dificuldade de acesso à água, não só dificulta a vida dos locais, como pode inviabilizar o desenvolvimento turístico local.

Em relação aos serviços de hospedagem, ainda não há uma estrutura consolidada; a comunidade possui apenas duas pequenas pousadas e algumas casas para aluguel temporário. Essa mínima estrutura de recepção reflete no desenvolvimento do turismo, onde a visitação acontece em sua maioria por moradores da região, sendo inexpressivo a divulgação do destino pela ausência de infraestrutura turística para visitantes de outras localidades do país e até mesmo internacionais.

**Figura 21** – Meios de hospedagem na praia da Pedra do Sal.



Fonte: Leocadio, 2021.

#### **2.2.4 Segunda razão de conflitos: a construção de Resort no ambiente natural**

Os conflitos na comunidade da Pedra do Sal pelo território são recorrentes. Iniciativas de investimentos privados no setor do turismo foram iniciadas em 2005 para a construção de um resort de luxo do grupo Ecocity, mas não houve continuidade devido a negativa da comunidade e de órgãos ambientais ao projeto. Positivamente o empreendimento iria contribuir com a geração de empregos, desenvolvimento e o fomento da economia proveniente do turismo para a região. Por outro lado, a construção impactaria diretamente nas atividades tradicionais como a pesca, colheita de frutos e nas áreas de desova de tartarugas marinhas, além de inviabilizar o acesso da comunidade a aquela área litorânea. E, novamente, a construção demandaria a desapropriação de integrantes da comunidade. As negociações não avançaram no sentido de realocação de moradores. Novamente, o argumento foi o mesmo: a posse do patrimônio. Essa também é a conclusão de Sousa Melo *et al.*:

[...] a despeito da relevância de investimentos em fontes de energias renováveis, verificou-se que a instalação do parque eólico na APA do Delta do Parnaíba vem produzindo perturbação no modo de vida das comunidades receptoras, reclamações do ICMBio e impactando a paisagem local. Além disso, buscou-se demonstrar o porquê de os moradores reconhecerem, que após a instalação dos referidos complexos, a comunidade ficou impedida de circular cotidianamente por caminhos comuns, e porque os benefícios apresentados pelos empreendedores na fase de discussão do projeto não foram cumpridos. (SOUSA MELO *et. al.* 2018, p. 347).

Paralelamente a comunidade ficou apreensiva diante da possibilidade de desapropriação das terras ocupadas, pois o empreendimento havia adquirido as áreas a serem construídas através da transferência do aforamento pela família Silva que as possuíam desde 1989. Houve consultas públicas sobre o projeto e a organização comunitária para manifestações contrárias à construção do resort. Posteriormente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2009 suspendeu o processo de licenciamento ambiental da obra (MAURÍCIO, 2019).

As tensões no território da Pedra do Sal continuaram. Em 2015 foi realizada uma audiência pública<sup>33</sup> com a comunidade para a apresentação do projeto de construção do resort pelo grupo Pure Resorts & Residências. Havia muitas dúvidas em relação ao tema, principalmente sobre a questão da área destinada ao empreendimento, uma vez que a comunidade não possuía a regularização de suas moradias. O terreno foi adquirido de propriedade particular, sendo do grupo Ecocity. Ao participar como ouvinte dessa audiência pública percebi que o discurso apaziguador utilizado pela gestão pública que o processo de regularização fundiária seria iniciado ainda em 2015; entretanto ainda não foi realmente efetivado.

Interessante essa dinâmica no território da Pedra do Sal permeada de conflitos, onde há jogos de poder que se manifestam em função da ótica capitalista, e que utilizam o discurso de desenvolvimento pleno, no entanto são desconsiderados os atores locais, mas paralelamente há a organização destes em proteger o seu modo de vida.

O que se nota é que a comunidade permanece à margem do desenvolvimento, sem infraestrutura básica efetiva para o seu bem-estar, e que nos leva a questionar

---

<sup>33</sup> A audiência pública com a comunidade faz parte do processo de licenciamento ambiental.

se realmente haveria o desenvolvimento real com benefícios para a Pedra do Sal com a construção e operação desses empreendimentos hoteleiros, ou se seria promovido uma maquiagem social através da higienização turística, onde o visitante não notaria o descaso com o local. Principalmente pelo empreendimento está enquadrado na categoria *resort*, onde todos os serviços necessários são disponibilizados ao hóspede, com a finalidade de evitar a sua saída do empreendimento.

Mesmo com a diversidade da paisagem para a atividade do turismo esse potencial não é aproveitado pelas agências de turismo da região, que apesar de estar na APA, não faz parte da Rota das Emoções; a comunidade da Pedra do Sal é esquecida turisticamente pela ausência de infraestrutura que seja adequada para a recepção dos visitantes.

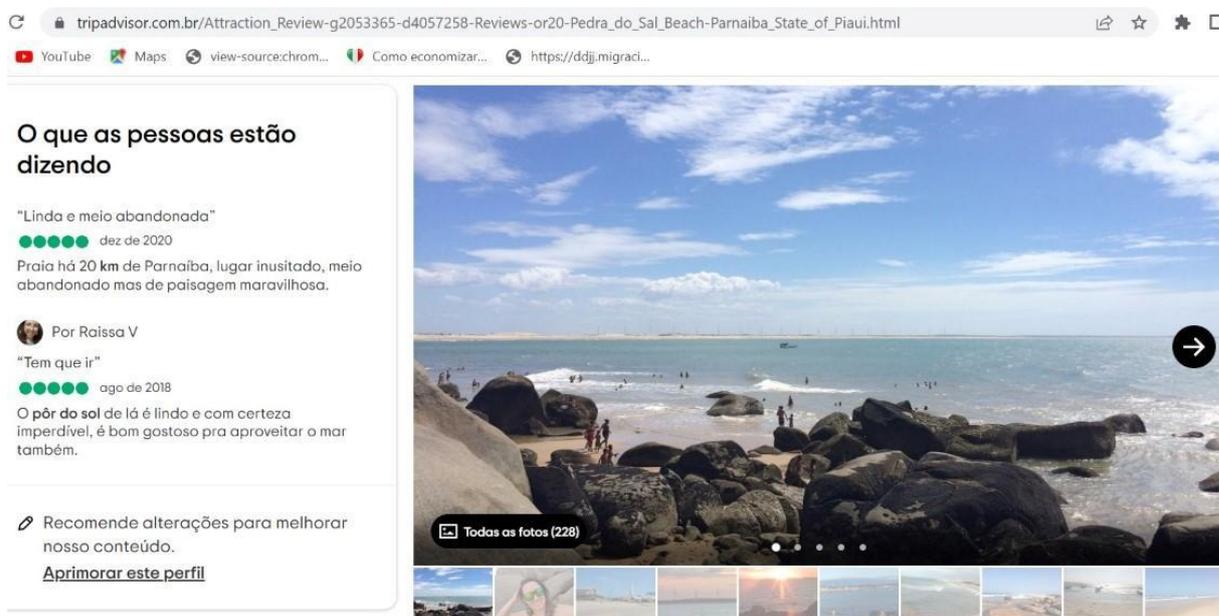
A relação de algumas agências, na realidade são mais ligadas a uma ou duas pousadinhas que são pequenas. Assim mesmo com a comunidade, a gente não tem essa ligação não. (ASSOCIAÇÃO 1, PESQUISA DIRETA, 2021).

A relação da comunidade com as agências de turismo que se percebe através desse relato é apenas com as pequenas pousadas no local. É possível notar que não há variedade na oferta de meios de hospedagem na comunidade da Pedra do Sal, pois a visitação é realizada mais intensamente por moradores dos municípios de Parnaíba e Ilha Grande.

Percebe-se nesse ponto a relação desse relato como mencionado por um representante de agência de turismo, que destaca que é necessário que as comunidades da APA Delta do Parnaíba estejam organizadas para a oferta de serviços relacionados ao turismo. Ao pesquisar nos sites das agências de turismo que aceitaram participar dessa pesquisa, a oferta de serviços, em sua maioria, está direcionada aos atrativos associados à Rota das Emoções, mais precisamente aos atributos naturais do APA Delta do Parnaíba. Dentre as possibilidades ofertadas pelas empresas há a opção de um tour de praias leste, que contempla apenas a faixa litorânea pertencente aos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí, no entanto Pedra do Sal, apesar de ser uma área litorânea, não é mencionada como

opção de passeio<sup>34</sup>. Ao fazermos uma consulta a um dos maiores sites/agências de venda de passeios, o *TripAdvisor*, encontramos o seguinte conteúdo:

**Figura 22 – Avaliação da praia da Pedra do Sal.**



Fonte: Tripadvisor, 2022.

Ao lado esquerdo da imagem, no quadro “o que as pessoas estão dizendo” chama a atenção o comentário: lugar inusitado, meio abandonado, mas com paisagem maravilhosa”. A foto utilizada pela empresa, ao fundo, na linha no horizonte, mostra o parque eólico “integrado” na paisagem natural.

<sup>34</sup> Conferir em <https://blog.ecoadventure.tur.br/praias-da-pedra-do-sal-um-destino-magico-no-delta-do-parnaiba/>.

**Figura 23** – Visão do parque eólico da praia da Pedra do Sal.



Fonte: Tripadvisor, 2022.

Apesar de haver a divulgação das qualidades da Praia local, ela não está inserida na Rota das Emoções. Os elementos da paisagem, apesar de serem únicos, não são suficientes para atribuir a essa localidade status turístico, pois é necessária a reestruturação tanto para o bem-estar local quanto para os visitantes.

A localidade é conhecida pelo descaso do poder público para o fomento de melhorias, seja na infraestrutura básica como o simples abastecimento de água potável. Associado a este fator, o território é palco de conflitos e disputas, sejam relacionados ao turismo através da proposta de construção de resorts, como pela implantação das usinas de energia eólica, que é apresentado no relato abaixo:

Eu acho que vai complicar um pouquinho que nós temos promessas de expansão eólica na nossa região, e na realidade até mesmo em um pequeno pedaço de terra da Resex houve promessa de colocarem essas torres de aerogeradores. Então, eu acho que assim, as eólicas elas impactam a gente... tem energia limpa, mas acaba impactando a nossa região né, eu acho que como um todo. E... a gente... tudo tem benefícios que sejam ligados a elas, como por exemplo, nós temos a questão da compensação ambiental esse dinheiro são destinados aos órgãos ambientais, não fica nada na nossa comunidade, não necessariamente o que a gente queria não era a questão do dinheiro, mas sim algumas obras que vinhessem de alguma maneira favorecer a nossa comunidade, como ruas, que a gente tem duas, três né na nossa comunidade. E melhoria de praças essas coisas assim. E na realidade isso não é destinado a nada pra nós. Melhoria até da questão escolar também, que eles poderiam tá influenciando. Aqui no Labino, que é só de passagem, eles já têm uma espécie de escola. Mas aqui pra nós mesmo da comunidade

onde é colocado mesmo os aerogeradores (ASSOCIAÇÃO 1, PESQUISA DIRETA, 2021).

Com o relato é possível entender, a partir da perspectiva da associação, que os benefícios proporcionados pela construção e operação das usinas de energia eólica são apropriados exclusivamente pelos empresários do setor. No período inicial do projeto houve a abertura de postos de trabalho na construção, mas com a operacionalização não são necessários quantitativos elevados de trabalhadores, além de provocar a limitação de acesso a áreas que eram utilizadas como fonte de renda pela população.

É mencionado a respeito da compensação ambiental, que é uma medida legal de retorno que o empreendimento deve realizar com a finalidade de minimizar as interferências negativas decorrentes do projeto. Nesse quesito é apontado que não houve a efetiva aplicação de recursos em melhorias na estrutura da comunidade, a exemplo das vias de acesso e escolas. Porém, ao investigar mais pontualmente essa questão, são encontradas ações de compensação ambiental e social através do Centro de Educação Janela para o Mundo, onde são ofertados cursos gratuitos de língua estrangeira, informática e preparatório para o vestibular. Nota-se que há uma necessidade de compensação através de obras e benefícios que sejam notadas rapidamente pela comunidade, mas as ações que estão em desenvolvimento estão direcionadas para a educação e formação profissionalizante de jovens e adultos.

Na perspectiva da entrevistada representante da Associação da Praia Pedra de Sal, há má aplicação da compensação e o aproveitamento não é pra comunidade que sofreu o impacto direto da presença da Usina. Perguntada sobre como você imagina o futuro da APA Delta do Parnaíba em relação a comunidade/associação?

Eu acho que vai complicar um pouquinho que nós temos promessas de expansão eólica na nossa região, e na realidade até mesmo em um pequeno pedaço de terra da Resex houve promessa de colocarem essas torres de aerogeradores. Então, eu acho que assim, as eólicas elas impactam a gente... tem como energia limpa, mas acaba impactando a nossa região né, eu acho que como um todo. E... a gente... tudo tem benefícios que sejam ligados a elas, como por exemplo, nós temos a questão da compensação ambiental esse dinheiro são destinados aos órgãos ambientais, não fica nada na nossa comunidade, não necessariamente o que a gente queria não era a questão do dinheiro, mas sim algumas obras que vinhessem de alguma

maneira favorecer a nossa comunidade, como ruas, que a gente tem duas, três né na nossa comunidade. E melhoria de praças essas coisas assim. E na realidade isso não é destinado a nada pra nós. Melhoria até da questão escolar também, que eles poderiam tá influenciando. Aqui no Labino, que é só de passagem, eles já têm uma espécie de escola. Mas aqui pra nós mesmo da comunidade onde é colocado mesmo os aerogeradores. (ASSOCIAÇÃO 1, PESQUISA DIRETA, 2021).

O enfrentamento destas distorções, são apontadas pelos docentes entrevistados, com o empoderamento das pessoas. A formação para o empreendedorismo é identificada como um ponto fraco e suscetível de investimentos. O planejamento do desenvolvimento mais integrado exige a participação dos integrantes da comunidade, não somente como colaboradores, temporários ou fixos, mas como empreendedores. Talentos hábeis para perceber as potencialidades do local e as possibilidades de desenvolvimento de projetos que promovam a melhoria tanto social quanto econômica da Pedra do Sal, principalmente na área do turismo. Na entrevista com os docentes da UFDPAr, esta perspectiva fica apontada. Segundo informou o professor 2,

A atividade extrativista não é sempre a mesma, ela muda ao longo do ano, no momento agora onde não uma atividade turística, claro que também agora por conta da pandemia que houve uma diminuição no fluxo, mas se vocês acompanharem ano a ano, vão perceber que nesse período tem uma baixa. As agências estão assim “comendo mosca”, desculpa o termo, mas estão parados porque não tem atividade, e aí volta a porque a atividade do turismo não se conversa com a comunidade, ela não se conversa com o território, no sentido de entender essas marés, de entender esses períodos de vento, de entender a sua dinâmica natural, e aí sim pensar na construção de produtos turísticos diferenciais a partir da comunidade, e aí sim talvez sentar e trabalhar de maneira coletiva. (Relato do professor 2 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Ou seja, além das dificuldades reais, como a pandemia Covid-19 e a sazonalidade das atividades extrativistas, há pouca percepção do território enquanto unidade de exploração turística; de engajamento dos poderes, empresas e comunidade. Na narrativa fica clara a percepção de que não há entendimento ainda do que seja uma APA; como agir de forma a perceber e usar o sistema. Aponta que há uma desconexão entre a construção de produtos ambientalmente corretos e práticas de sobrevivência material.



com iniciativas para projetos hoteleiros e eólicos, reurbanização das praias e que provocaram conflitos e contradições para a posse e o uso do território, que deixam evidentes as nuances do poder e as formas de influência no território. A paisagem da Pedra do Sal passou a incorporar os elementos eólicos. Para alguns que visitam pode ser um atrativo, enquanto para a comunidade passa a ser uma marca do poder e de limitação de uso tradicional do território.

E, ainda, para demonstrar esta dificuldade em se naturalizar (Bourdieu) como um território, a narrativa do Professor 3 é bem significativa:

Projeto de pesquisa discutia os nós críticos, falta de articulação do interesse privado e coletivo, um grande nó que precisa ser trabalhado [...] as empresas se limitam aos interesses comerciais de uso do território, com interação mínima com o território. Não há a interatividade entre os atores, apenas na questão da comercialização do uso do espaço; Conselho da Resex – observa-se esse descompasso, onde o próprio gestor apresenta uma grande dificuldade dos atores que fazem da resex porque não pensam no meio ambiente, não pensam nas pessoas, na fauna, na flora, só no seu interesse (Relato do professor 3 durante a roda de conversa concedida à autora em 15 de abril de 2021).

Podemos analisar através do relato, e também pelo conhecimento prévio sobre o território, que há uma necessidade de atenção, principalmente do poder público para a comunidade da Pedra do Sal. Ao primeiro olhar se nota que é um local que passa uma visão de abandono e pobreza, pela infraestrutura simples das casas e de serviços básicos, como abastecimento de água e saneamento básico, e que contrasta com as imponentes torres eólicas, que estão distribuídas na faixa de praia e entre as casas da comunidade. Mas, ao ampliar a visão sobre os 10 municípios que compõem a nova territorialidade, aquele que delimita a APA, percebemos que há conflitos estabelecidos em todos os espaços. Como disse o professor 3, desde a Resex não houve a incorporação do que venha a ser uma Unidade de Conservação.

O turismo ainda é trabalhado de forma secundária, sendo percebido que não há uma expressiva visitação de pessoas provenientes de outros Estados ou países. É notório que a construção e operacionalização poderia agregar valor à região, com a potencialização da APA Delta do Parnaíba como o destino turístico consolidado internacionalmente. Entretanto, essa mobilização não se apresentou de forma benéfica para a comunidade e gerou conflitos entre os envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os laços pessoais contribuíram significativamente para o desenho e desenvolvimento desta tese. Viver no território da APA Delta do Parnaíba e conviver com ele, fazer percursos, conhecer essas pessoas cujo vínculo forte com o território, é forte com certeza, fizeram-me não só refletir sobre as dificuldades e as possibilidades, mas também, aguçou um outro olhar, um ver através das associações, dos seus modos de fazer, das suas vivências e vínculos. Analisar esse território é uma tarefa deveras difícil, mas a possibilidade de compreender, mesmo que minimamente, como as territorialidades se entrelaçam é de uma riqueza sem fim, riqueza ainda não aproveitada em sua totalidade.

Ainda hoje as dunas “dançam” como vi na minha infância; ainda hoje há pessoas como minha família, que sobrevivem dos recursos do lugar: das lagoas, dos pescados, dos bilros, do caranguejo, mas lá fizeram um recorte espacial, criaram uma outra fronteira, criaram uma APA. Toda regimentada, disciplinada, que não só incluem e como também excluem. Nossos hábitos religiosos, alimentares, modo de vestir, de pescar parecem ser invisíveis ou teatralizados por atores forasteiros, os quais não compreendem seus significados. Há um saber gestor que faz organizar e convergir sistemas econômicos rentáveis.

Os recursos naturais disponíveis e os usos tradicionais a partir desses, como a pesca artesanal, à cata de caranguejo e de mariscos, o cultivo camarão e de ostras, a colheita de cajus, a criação de animais em pequena escala, entre outras atividades, estão lá. Essas são algumas das atividades realizadas pelas comunidades que vivem na região. Mas, além desses usos, há também as manifestações culturais que estão entrelaçadas, como as danças, o artesanato e a fé.

As interações entre os elementos naturais e culturais são fundamentais para entender como se configura a paisagem, que não se limita somente aquilo que a visão abarca, mas a todos os elementos interagem e se comportam de maneira diferenciada conforme as interações antrópicas, entre elas a atividade do turismo é uma delas.

As particularidades que cercam e se sobrepõem na APA Delta do Parnaíba assumem um caráter particular de entendimento, de um lado temos um território rico em recursos naturais e de outro temos a exploração comercial pelo turismo desses

aspectos, a qual iniciou ainda nos anos 1980. Em associação a essa dualidade há a sobreposição de áreas protegidas, com a RESEX Marinha Delta do Parnaíba, além disso, há as territorialidades institucionais através dos marcos regulatórios de criação e de usos definidos pelos planos de manejo, que se contrapõem à prática do turismo.

A atividade turística provoca continuamente alterações na paisagem do território, através da apropriação dos recursos naturais, como nas dinâmicas sociais, entretanto, não podemos deixar de recorrer aos benefícios que o turismo proporciona na região, tais como geração de empregos, divulgação dos atrativos, melhorias na estrutura básica e turística, mas ainda há muito a ser feito na APA Delta do Parnaíba nesse quesito, principalmente direcionado para as comunidades que ali residem e tiram seu sustento dos recursos disponíveis, até mesmo em cumprimento dos marcos regulatórios, uma vez que estes preconizam uma perspectiva de refúgio ecossistêmico entre homem e meio ambiente.

Seguindo esse raciocínio, as comunidades passaram a notar no turismo uma possibilidade para melhorar a vida, e com isso foi percebendo a troca de atividade econômica, muitos foram abandonando práticas pesqueiras, cata de caranguejo, por exemplo, e foram se inserido como prestadores de serviços formais e informais para as empresas que atuam no turismo da região, assim passaram a desempenhar funções de limpeza, cozinheiras, pilotos de embarcações, e como foram se desenvolvendo novos usos para o território e se estabelecendo novas territorialidades.

No primeiro capítulo, concluímos, através de uma argumentação teórica sobre os conceitos de território e territorialidade, os quais são importantes para compreender o objeto de estudo.

O território e as territorialidades foram se delimitando em função dos recursos naturais. Com isso, percebemos os múltiplos usos e intencionalidades, sejam aqueles determinados pelo Estado através de normativas e decretos; sejam os que foram se delineando a partir da interação social entre os sujeitos, além dos usos da natureza pelo turismo que foram determinando o território turístico usado.

Ao longo do capítulo foi possível compreender como as ações do homem no território e sua perspectiva multidimensional são pautadas nas relações de produção, consumo e troca, e seguem em uma linha relacional para as territorialidades (RAFFESTIN, 1993). Ampliando essa discussão Sack (1983) focado em uma

abordagem do território a partir do controle e da influência, o que resulta em territorialidades humanas ao afetar, influenciar e controlar as pessoas, os fenômenos e as relações em si, além de estar enraizado nos níveis sociais e geográficos. Saquet (2015) discute o território a partir de uma abordagem (i)material, focada na pluralidade dos sujeitos que interagem constantemente, e as territorialidades são as relações entre os indivíduos, com (i)materialidade, temporalidades, movimentos relacional-processual.

A partir dessa revisão teórica conseguimos compreender que o território da APA Delta do Parnaíba contém características múltiplas e plurais, tanto pelos sujeitos locais quanto por aqueles que exploram economicamente o turismo. Associado a isso há os saberes e tradições populares que presentes, mas excluídas, devem ser valorizadas através do protagonismo de suas ações, e o seu uso potencial como um atrativo para a atividade turística.

Em continuidade apresentamos o histórico dos passeios turísticos no Delta do Parnaíba, que foram norteados pelos elementos da paisagem, no qual os empresários, ao perceberem as potencialidades, passaram a explorar o território em 1987. Com o desenvolvimento empresarial, foram se organizando novos passeios e outras rotas, além da estrutura para operacionalização. Ao longo do tempo em que o turismo foi se desenvolvendo como uma atividade empresarial, foi-se notando que os recursos naturais do Delta do Parnaíba sempre foram, e ainda são, os principais motivadores/atrativos para os passeios. Os elementos culturais não foram priorizados, mas em uma dualidade contraditória foram incorporados de forma teatral nos passeios, principalmente no Delta Tradicional através da representação do homem lama, que nada mais é que uma demonstração da atividade do catador de caranguejo como uma forma de associar a sensibilização ambiental. Porém, isso esconde a dura realidade de vida desse profissional, que passa horas no mangue coberto de lama, além da desvalorização do produto comercializado.

Um marco na APA Delta do Parnaíba é a publicação do plano de manejo em 2020, após 24 anos de sua criação. Esse foi construído coletivamente com a participação dos atores que influenciam e são diretamente influenciados no território, sejam eles associações comunitárias de moradores, pescadores, catadores, marisqueiras, instituições da sociedade civil, empresários, instituições de ensino superior. Nesse documento foram estabelecidas as zonas e as normas de uso do

território, além de se configurar como uma territorialidade institucional, que é importante para a gestão, bem como garantir o cumprimento dos objetivos propostos no decreto de criação.

Uma forma de compreender o território da APA Delta do Parnaíba é através do histórico de ocupação, com isso concluímos que o processo de ocupação é originado pelos povos tradicionais, cujas atividades econômicas foram se desenvolvendo a partir da pesca e da agricultura. Alguns municípios foram mais desenvolvidos, como Parnaíba (PI), e por isso apresenta protagonismo no fomento do turismo, principalmente na estrutura para recepção de visitantes, principalmente de meios de hospedagem e de agências de viagem, em contraposição, outros municípios ainda não tem o turismo como uma atividade regular, a exemplo de Água Doce do Maranhão (MA).

Com a inserção da Rota das Emoções, foram desenvolvidas ações para fomentar a cadeia produtiva do turismo através do SEBRAE, e esses resultados foram positivos, principalmente em Chaval (CE), que antes era considerada apenas um corredor de passagem do roteiro, mas que com iniciativa houve uma mudança nesse paradigma direcionado para a profissionalização na oferta de serviços para o turismo, principalmente em passeios que contemplam as paisagens locais.

Entretanto, muito ainda deve ser feito relacionado a Rota das Emoções, principalmente com os resultados da pesquisa, ainda há um processo de desenvolvimento com base nos interesses individuais e em função do capital. As comunidades ficam à mercê e aguardando iniciativas. Outro ponto ainda pouco utilizado pelos empresários do setor é o conhecimento produzido pela academia, que apesar de possuir um curso de turismo ativo, tem sido absorvido somente como estagiários. Muito se tem produzido em pesquisa que envolvem o desenvolvimento dos territórios turísticos, seja através do marketing como, também, pela apropriação cultural do território.

Ainda no capítulo são apresentados os atores que estão diretamente envolvidos nesse processo pautado pela atividade do turismo. As relações entre as agências de turismo e as associações demonstram como foram construídas e, principalmente, como se deu a exploração dos recursos. Como as atividades comerciais iniciaram em 1987 em função da natureza, isso ainda hoje é realizado,

com a mínima interação cultural com as comunidades, apesar da variedade de possibilidades, seja de cunho artesanal, seja de cunho artístico.

Apesar do mapeamento das comunidades tradicionais realizado pelos pesquisadores da UFDPAr, é nítido que o turismo ainda não se desenvolve de maneira regionalizada, com a mínima interação, apesar de toda potencialidade de conhecimento sobre a região para uso. Outro ponto de destaque apresentado é a ausência de empreendedorismo comunitário, como um fator de desenvolvimento, porém ainda se nota que não há uma coesão direcionada para isso, em virtude da multiplicidade de atores sociais, como pelas ações de continuidade, mesmo com o vínculo direto para turismo ecológico, alguns conflitos merecem destaque, como o *kitesurf*, que diverge diretamente com o pescador artesanal, devido à proximidade de ação das duas atividades. Porém com o plano de manejo foram definidas áreas específicas para a prática.

Um ponto de comum acordo entre os atores entrevistados é o reconhecimento da importância da APA Delta do Parnaíba. Porém são uníssonos em afirmar que a ausência de comunicação interna tem sido um problema, principalmente na divulgação de ações, que possam fomentar a um pertencimento ao território, bem como para o direcionamento do turismo como uma forma compatível de desenvolvimento. Com os círculos de conversa foram apresentadas narrativas que deixam evidente o direcionamento dos empresários como um agente que nota o turismo como um fim e não como um meio para o desenvolvimento da APA Delta do Parnaíba, e conseqüentemente o processo de exclusão das comunidades como potencialidade.

Nessa linha de raciocínio, percebemos a comunidade Pedra do Sal como um reflexo palpável disso que, apesar de possuir potencial para o turismo, vive à margem do desenvolvimento da atividade e adensada em conflitos pelo uso do território, entre os quais se destaca a questão fundiária e eólica. A posse da terra ainda não é regularizada, então os moradores vivem constantemente em estado de alerta em relação a isso, seja na época da iniciativa para a instalação de um resort, que não foi aprovada; como pela implantação das torres de energia eólica, que limitam os usos e acessos aos recursos.

Além disso, há a passividade do poder público em prover estrutura básica adequada para o bem-estar da comunidade, que sofre constantemente com problemas de falta de energia, de água e de esgotamento sanitário. Direcionado para o turismo, há ainda melhorias necessárias para a infraestrutura para recepção de visitantes a qual ainda enfrenta resistência por parte dos donos dos pequenos e precários bares e restaurantes.

O empreendedorismo comunitário se apresenta como uma ação viável para o desenvolvimento na APA Delta do Parnaíba, porém ainda se percebe que há muitas expectativas e espera das comunidades em relação ao poder público. Isso nos leva a refletir que ainda se sentem como a margem de todo o processo, mesmo que seja aquele potencializado pelo turismo, mas ainda não se notam como protagonistas do saber territorial, acumulado em todos os anos de vivência. Esse conhecimento pode ser utilizado como uma força motriz para pensar e planejar novas possibilidades de desenvolvimento, seja através de trilhas ecológicas ou vivências nas comunidades.

O delinear da tese demonstrou que há muito ainda ser pensado e trabalhado para o turismo. Em virtude da extensão territorial da APA Delta do Parnaíba concluímos que há nichos específicos de desenvolvimento da atividade turística, no Ceará percebemos um adiantado processo, seguido do Maranhão, e isso é explicado pelas iniciativas em função da Rota das Emoções. Mas ainda é percebido que as políticas públicas direcionadas para o turismo são desenvolvidas como um plano de governo e sem continuidade, com isso há sempre uma ruptura e estagnação. Isso provoca a descrédito das comunidades, e conseqüentemente nem se percebem como protagonistas, ou seja, permanecem no aguardo de ações do poder público.

As dificuldades e achados que permearam a construção desta tese, além da pandemia de COVID-19, foram ao mesmo tempo se afirmar como uma cidadã da APA Delta do Parnaíba, que está enraizada e pode ver de perto as realidades dessas comunidades, mas ao mesmo tempo se manter distante para atuar como uma pesquisadora. Ao longo do processo, o se encontrar, o viver e o pertencer falaram mais alto; e a necessidade de prover alguma mudança, mesmo que pequena, ainda habita em mim.

Com a pesquisa foi possível identificar possibilidades para a disseminação dos resultados. A nível institucional é possível a apresentação aos conselheiros da APA

Delta do Parnaíba. Para fomentar novas pesquisas é necessário o alinhamento de novas propostas a serem desenvolvidas em parceria com a UFDPAr, sejam elas através de projetos de pesquisa e extensão. Além disso, o conteúdo pode ser desenvolvido através de oficinas temáticas que envolvam os temas, vídeos a serem disponibilizados em plataformas gratuitas.

Outras formas de promover uma apropriação do saber pelas comunidades desse território é com o desenvolvimento de oficinas de empreendedorismo, mas que sejam iniciadas através de um processo de reconhecimento e apropriação dos saberes territoriais, para que assim seja possível atribuir usos e fomentar a novos arranjos produtivos locais. Uma possibilidade é o empreendedorismo para uma agência de turismo comunitária, que inicialmente pode atuar em parceria com as agências tradicionais do Delta do Parnaíba. Através dessa ação as populações podem se organizar em torno do seu saber e fomentar um território turístico sustentável.

O processo é longo e complicado, mas com este trabalho se propõe uma iniciativa para trabalhar o empreendedorismo para o turismo, de forma a prover formas de primeiro contribuir para a afirmação dos sujeitos no território, para que se sintam pertencentes e apropriados de toda a potencialidade disponível. Não se pretende com esse trabalho afirmar e apontar os caminhos corretos a se percorrer para o desenvolvimento, mas sim possibilitar um novo olhar para o turismo, mas que permita que as comunidades e todo o seu conhecimento associado esteja ali presente e disponível para ser usufruído.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO NETO. **Geografia e História do Piauí para estudantes** – da pré-história à atualidade. Nova Expansão: Teresina, 2006.

ALBUQUERQUE, D. Barcos transportam até 60 pessoas [imagem]. **Jornal da Parnaíba**, 22 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www.jornaldaparnaiba.com/2014/06/cresce-procura-por-passeios-no-delta-do.html>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ALMANACK DA PARNAHYBA. **1926**. Editado pela Mercearia Bembem: Parnahyba, Piauí, Brasil, 1926. Disponível em: Mundos do Trabalho - Piauí: Almanques da Parnaíba ([mundosdotrabalho.com.br](http://mundosdotrabalho.com.br)). Acesso em: 10 Jun. 2022.

ALVES, R. R. N. **Aspectos da captura do caranguejo-uçá, Ucidescordatus (L., 1763) (Decapoda Brachyura) no manguezal do estuário do rio Mamanguape, Paraíba**: um enfoque social e etnoecológico. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas-Zoologia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

ARAÚJO, A.; ANDRADE, M. O de. Excursões populares e turísticas: um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia. **Ponto Urbe** [online], 9, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/360>. Acesso em: 10 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.360>.

ARAÚJO, L. M. de.; ESCOUTO, T. A. de A.; VIEIRA, V. B.; FERREIRA, H. P.; PERINOTTO, A. R. C. Influência da roteirização em cenários turísticos brasileiros: Rota das Emoções- Paraíba/Piauí (2005-2018). **Tourism and Hospitality International Journal**, 15(1), 40-58, 2020.

ARAÚJO, L. L. B. **Turismo Regional no Litoral do Nordeste Brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

ARAÚJO, O. M. **Tutóia 70 anos: 1938 - 2008**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2015.

ARAÚJO, R. J. da R. **O Nordeste turístico e a Rota das Emoções na integração de destinos do Ceará, Piauí e Maranhão**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

ARAYA, M. (Coord.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções**. Produto V, Entrega de resultados. São Paulo: BID, 2014. (Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional). Disponível em: <https://bit.ly/2J7xtqT>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO TRANÇADOS DA ILHA. **Página do Facebook - Associação**

**Trançados da Ilha.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacaoatrancadosdailha/photos/pcb.339225116279446/339224992946125>>. Acesso em: Set. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP. Papirus, 1995.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. R. **RAËGA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

BEZERRA, M. B. de C.; CARVALHO, D. B. de.; LOPES, W. G. R.; SOUSA, T. de J. dos S.; SANTOS, F. das C. V. GUZZI, A. Percepção dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do completo eólico Delta do Parnaíba. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2017v11n1.32496. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/32496>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BORGES, V. de. P. C. Rota das Emoções: paisagem cultural e turismo no Polo Costa do Delta. **Cadernos de Geografia**, nº 37, 2018, pp. 81-97. Coimbra, FLUC, 2018. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/37\\_7/4904](https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/37_7/4904). Acesso em: 10 Jun. 2022.

BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Linguísticas – o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008

BRAGA, S. de S.; GUZZI, A. Organização espacial da atividade turística no litoral piauiense. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20024, 2021. Disponível em: [1984-2201-mercator-20-e20024.pdf](https://scielo.br/mercator-20-e20024.pdf) (scielo.br). Acesso em: 15 maio de 2022.

BRASIL. **Anteprojeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA, 1989.

BRASIL. **Decreto de 28 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, e dá outras providências. Brasil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm).

Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal [revogado]. Disponível em: D23.793 (planalto.gov.br). Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.297**, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: D4297 (planalto.gov.br). Acesso em: Maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília-DF, 1981.

BRASIL. **Lei nº 11.516**, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: Lei nº 11.516 (planalto.gov.br). Acesso em: Maio. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: L4771 (planalto.gov.br). Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61p. (Áreas Protegidas do Brasil, 3).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **ZEE: Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, 2006. Disponível: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

CADASTUR. **Cadastro de Prestadores de Serviços** Turísticos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-prestadora-de-servico-turistico>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CARVALHO, R. C. P. de. **As territorialidades institucionais e dos**

**empreendimentos econômicos turísticos em áreas naturais protegidas no Delta do Parnaíba.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2018.

CARVALHO, R. de C. P. de.; CURY, M. J. F.; MARIANI, M. A. P. As territorialidades turísticas da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba: Maranhão, Piauí e Ceará – Brasil. In: CURY, M. J. F. **Olhares interdisciplinares sobre o território e as territorialidades em fronteiras.** Curitiba: CRV, 2018.

CASTRO, I. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011.

CONHEÇA O PIAUÍ. **Para todo o Brasil:** conheça o trabalho e talento da Casa das Rendeiras de Ilha Grande. Disponível em: <<https://www.conhecaopiauui.com/noticia/para-todo-o-brasil-conheca-o-trabalho-e-talento-da-casa-das-rendeiras-de-ilha-grande>>. Acesso em: 22 set. 2021.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** [recurso eletrônico]: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social.** Pesquisa, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

CURY, M. J. F. **Visitação em áreas naturais protegidas:** um estudo comparado dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguazu. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de concentração em Relações Públicas, Propaganda e Turismo), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CUTLER, S. Q.; CARMICHAEL, B. A. The dimensions of the tourist experience. In: MORGAN. M.; LUGOSIAN, J. R.; RITCHIE, B. J. R. (Ed.). **The tourism and leisure experience:** consumer and managerial perspectives. Bristol • Buffalo • Toronto: Channel View Publications, 2010. p. 3-27.

D'AMICO, R.; COUTINHO, E. O.; MORAES, L. F. P. (Orgs.). **Roteiro metodológico para elaboração e rescisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.** Brasília/DF: ICMBio, 2018.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade de repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Outras Expressões,

2015.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. Começa hoje e vai até 8 o período de defeso do caranguejo-uça, **EBC**, 03 de janeiro de 2022. Disponível em: Começa hoje a vai até dia 8 o período de defeso do caranguejo-uça | Agência Brasil (ebc.com.br). Acesso em: 10 maio 2022.

ECOADVENTURE TOUR. **Tour de Praias**. Disponível em: <Passeio as Praias do Litoral leste do Piauí » Eco Adventure Tour>. Acesso em: 02 nov. 2021.

ECOVIAGEM. Roteiro que integra três estados é levado para a feira de turismo. **Ecoviagem**, 28 de outubro de 2005. Disponível em: <https://ecoviagem.com.br/noticias/turismo/ecoturismo/roteiro-que-integra-tres-estados-e-levado-para-feira-de-turismo-5903.asp>. Acesso em: Maio. 2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Método reduz perdas com caranguejo-uça**. 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18018686/metodo--reduz--perdas-com-caranguejo-uca#:~:text=A%20pesca%20do%20caranguejo%20Du%C3%A7%C3%A1,captura%20utilizados%2C%20estocagem%20e%20transporte>. Acesso em: 22 out. 2012.

EMBRATUR. **Agência Brasileira de Promoção do Turismo Internacional**. Nossa história. Disponível em: <<https://embratur.com.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FÉLIX-SILVA, A. V.; OLIVEIRA, M. M. S. de; BEZERRA, L. L. da S. Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. **Revista SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. ESPECIAL 2, P. 303-315, JULHO 2020.

FERREIRA, D. da S. Território, territorialidades e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FIGUEIREDO, A. H. de. **Zoneamento ecológico-econômico do Delta do Parnaíba**: dimensão urbano-regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Zoneamento ecológico-econômico do Delta do Parnaíba: dimensão urbano-regional / Adma Hamam de Figueiredo. -. Acesso em: 17 jun. 2022.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... ET AL. J. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 1987.

GALENO, L. S. RESEX Delta do Parnaíba (PI-MA) nos rumos do turismo de base comunitária. **Anais do VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**, 24 a 27 de setembro de 2019. Montes Claros-MG, 2019. Disponível em: RESEX DELTA DO PARNAIBA PI-MA NOS RUMOS DO TURISMO DE BASE COMUNITARIA.pdf (coloquiointernacional.com). Acesso em: 15 jun. 2022.

GALVÃO, V.; SILVA, E. G. de A. Levantamento dos impactos antrópicos, turismo e capacidade de carga dos ambientes fluviais do Delta do Parnaíba - Piauí - Brasil. In: SILVA, E. G. de A. *et al.* **Meio ambiente, patrimônio e turismo no Estado do Piauí**. Parnaíba: EDUFPI; SIEART, 2020.

GANDRA, T. B. R. **Elementos geomorfológicos e socioambientais como subsídios para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC**. 2008. 85 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2008.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livros, 2005.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IBAMA. CNPT. **Caracterização Socioeconômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista**. Parnaíba, Piauí. Brasília, 1999.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Os ecossistemas brasileiros e os principais macrovetores de desenvolvimento: subsídios ao planejamento da gestão ambiental**. Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Brasília: MMA, 1995, 108p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório do grupo permanente de estudos (GPE) do caranguejo-uçá, realizado no período de 17 a 20/12/91, em Fortaleza-CE**. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, IBAMA-CEPENE, Brasília, 1994, p. 107-140.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca**. 19??.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2022.

ICMBIO. ICMBio contabiliza mais de 8 milhões de visitas às unidades de conservação em 2020. **ICMBio**, 13 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/icmbio-contabiliza-mais-de-8-milhoes-de-visitas-as-unidades-de-conservacao-em-2020>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de**

**Manejo da APA Delta do Parnaíba.** Brasília-DF, 2020.

ICMBIO. **Painel dinâmico de informações.** Disponível em: <[http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true)>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ICMBIO. **Relatório de monitoramento da visitação em unidades de conservação federais em 2020.** Disponível em: <[https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorio\\_de\\_monitoramento\\_da\\_visitacao\\_2020.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorio_de_monitoramento_da_visitacao_2020.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev Esc Enf USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/kFzCC9Dfbfv7WzPNQbJZVmF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

INFOCO PIAUI. Porto dos Tatus em Ilha Grande (PI), ganha letreiro 'Tô na Rota'. **Infoco Piauí**, 12 de julho de 2020.

INSTITUTO TARTARUGAS DO DELTA. **O que fazemos.** Disponível em: <INÍCIO | Instituto - ITD ([institutotartarugasdodelta.org](http://institutotartarugasdodelta.org))>. Acesso em: 10 set. 2021.

IVO, C. T. C.; GESTEIRA, T. C. V. Sinopse das observações sobre a bioecologia e pesca do caranguejo-uçá, *Ucidescordatus* (L., 1763), capturado em estuários de sua área de ocorrência no Brasil. **Boletim Técnico-Científico do CEPENE**. v. 7, n. 1, p. 9-51, 1999.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

LOPES, E. R. N.; LOURENÇO, R. W. REUSS-STRENZEL, G. M. Análise multicriterial aplicada a elaboração de zoneamento de unidade de conservação na zona costeira da Bahia, Brasil. **Raega**, v. 37, p. 65-90, 2016

LUCENA, F. P. de.; CABRAL, E.; SANTOS, M. do. C. F.; OLIVEIRA, V. S. de. BEZERRA, T. R. de. Q. A pesca de currais para peixes no litoral de Pernambuco. Nota Científica. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, v. 19, n. 1, p. 93-102, Tamandaré-PE, 2013. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art07-v19.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C. M. de T., BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M.T.D.P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas: Papius. 2000. p. 105-130. (Coleção Turismo).

MACÊDO, E. M.; RAMOS, R. G. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MACHADO, S. M. **Araíóses**: Já não mais Sou Enjeitado. Araíóses: [s.ed.], 2009.

MARQUES, M. B. de O. O turismo em Barra Grande - PI: características e alternativas para seu desenvolvimento. **Seminários do LEG**, Limeira, SP, n. 10, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/3538>. Acesso em: 29 jun. 2022

MARUJO, N.; SANTOS, N. Turismo, Turistas e Paisagem. **Investigaciones Turísticas**, nº 4, julho-dezembro, 2012, pp. 35-48. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21478>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MATTOS, F. F. **Reservas morais**: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. (Dissertação). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ - Rio de Janeiro: Seropédica, 2006.

MAURICIO, F. R. C. **Os filhos do lugar**: crônicas da territorialidade Pedral. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019. Disponível em: <2019\_tese\_frmauricio.pdf (ufc.br)>. 15 set. 2021.

MAVIGNIER, D. **No Piauí, na terra dos tremembés**. Parnaíba: Sieart Gráfica, 2005.

MEDEIROS, R. M. de.; FRANÇA, M. V. de.; HOLANDA, R. M. de. SABOYA, L. M. F.; CUNHA FILHO, M.; ARAÚJO, W. R. de. A Lagoa do Portinho – Piauí, Brasil e suas contribuições ao turismo e meio ambiente. **RECIMA 21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 2, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1177/932>. Acesso em: 15 maio 2022.

MELO, M. C. H. de.; CRUZ, G. de Ca. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, 4(2), 31-39, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>>. Acesso: 30 abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>.

MELO, R. S. de; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; SANTOS BRITO, Adriana. Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade na Unidade de Conservação APA do Delta do Parnaíba (PI). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n. 3, ago/out 2018, pp.335-361

MENDES, F. I. V. **Parnaíba**: Educação e Sociedade. Parnaíba: SIEART, 2007.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação científica. **Revista Lusófona de Educação**. 40, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 15 out. 2020.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Baixo Rio Parnaíba**. Relatório Preliminar: fase de diagnóstico. Brasília, 2001. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/2357/1/DIAGNOSTICO%20PRELIMINAR.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

MTUR. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MTUR. **Estudo da Demanda Turística Internacional**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

NATUR TURISMO. **Piauí Surpreendente Confort**. Disponível em: <Piauí Surpreendente Confort - Natur Turismo>. Acesso em: 02 nov. 2021.

NORDI, N. **Os catadores de caranguejo-uçá (ucidescordatus) da região de Vázea Nova (PB): uma abordagem ecológica e social**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Paulo, 1992, 107p.

OLIVEIRA, M. **Rota das Emoções: Jeri, Delta e Lençóis**. 6 dez. 2015. Viagens possíveis. Disponível em: <https://www.viagenspossiveis.com.br/rota-das-emocoes-geri-delta-e-lencois/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

OMT - Organización Mundial del Turismo. **Concepts, Definitions and Clasifications for Tourism Statistics: a Technical Manual**, Madrid, 1995.

PACCA, S.; SIMAS, M. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 99-115, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000100008). Acesso em: 30 maio 2022.

PASSOS, C. **Monsenhor Carneiro – sua vida, sua obra**. S. l.: s.n. 1980. Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, J. E. de A. **Dinâmica morfológica da planície costeira do estado do Piauí: evolução, comportamento dos processos costeiros e a variação da linha de costa**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza,

2013. Disponível em: <Repositório Institucional UFC: Dinâmica morfológica da planície costeira do Estado do Piauí: evolução, comportamento dos processos costeiros e a variação da linha de costa>. Acesso em: mar. 2021.

PESSOA, G. de P. Biografia do Monsenhor José Carneiro da Cunha, no seu centenário de nascimento. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, n. 100: p. 242-248. jan./dez. 1980.

PIAUI RESERVAS. **Passeio tradicional Delta do Parnaíba**. Disponível em: <<https://www.piauireservas.com.br/passeio-tradicional-ao-delta-do-parnaiba/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PIAUI. **Lei nº 7.688**, de 23 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o tombamento da Árvore Penteadada, situada no município de Luís Correia, como patrimônio histórico ambiental do Estado do Piauí. Disponível em: [doe 2021\(12.23\).pmd](https://www.piaui.ma.gov.br/legislacao/2021/12/23/lei-7688-2021) (viagora.com.br). Acesso em: 15 maio 2022.

PREFEITURA DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO. **A cidade**. Água Doce do Maranhão, 2020. Disponível em: <https://www.aguadoce.com.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PREFEITURA DE ARAIOSES. **A cidade**. Araiozes, 2020. Disponível em: <https://www.araioses.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PREFEITURA DE ILHA GRANDE DO PIAUI. **A cidade**. Ilha Grande do Piauí, 2020. Disponível em: <https://ilhagrande.pi.gov.br/cidade/historico>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PREFEITURA DE PAULINO NEVES. **A cidade**. Paulino Neves, 2020. Disponível em: <https://www.paulinoneves.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PREFEITURA DE TUTÓIA. **A cidade**. Tutóia, 2020. Disponível em: <https://www.tutoia.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PUTRICK, S. C.; BRAGA, S. de S.; PERINOTTO, A. R. C. **Histórico das políticas públicas de turismo no litoral piauiense – Brasil**. Tourism and Hospitality International Journal, 17(1), 93-113. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Andre-Perinotto/publication/354875537\\_HISTORICO\\_DAS\\_POLITICAS\\_PUBLICAS\\_DE\\_TURISMO\\_NO\\_LITORAL\\_PIAUIENSE-BRASIL/links/615271c6f8c9c51a8afa16fa/HISTORICO-DAS-POLITICAS-PUBLICAS-DE-TURISMO-NO-LITORAL-PIAUIENSE-BRASIL.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Andre-Perinotto/publication/354875537_HISTORICO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_DE_TURISMO_NO_LITORAL_PIAUIENSE-BRASIL/links/615271c6f8c9c51a8afa16fa/HISTORICO-DAS-POLITICAS-PUBLICAS-DE-TURISMO-NO-LITORAL-PIAUIENSE-BRASIL.pdf). Acesso em: 15 maio 2022.

PUTRICK, S. C.; SILVA, J. S.; SILVEIRA, M. A. T. Desenvolvimento turístico da Rota das Emoções e as políticas públicas-Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 16., La Paz, Bolívia, 2017. Anais... La Paz, Bolívia: EGAL, 2017.

PUTRICK, S. C. **O turismo na rota das emoções e no desenvolvimento socioeconômico de municípios do estado do Piauí** [recurso eletrônico]. Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2019.

PUTRICK, S. C.; MARIANI, M. A. P. TARLOMBANI, M. A. da S. Laços de Cidadania do Litoral do Piauí: redes de articulação de turismo e pesca no litoral piauiense. **Turismo; Estudos & Práticas**. (RTEP/UERN), Mossoró/RN, vol. 3 (Número Especial), p. 56-81, 2014. Disponível em: <<http://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/48/42>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RASTA, C. **Pesca Solidária**. 04 de fevereiro de 2015. Disponível em: (2) Facebook. Acesso em: Mar. 2022.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, J. Para todo o Brasil: conheça o trabalho e talento da Casa das Rendeiras de Ilha Grande. **Conheça o Piauí**, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

RÍO, P. del; BURGUILLO, M. Assessing the impact of renewable energy deployment on local sustainability: Towards a theoretical framework. **Renewable and Sustainable Energy Eviews**, v.12, n.5, p.1325-44, jun. 2008.

ROSOLÉM, N. P.; ARCHELA, R. S. Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica. **Anais do VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física**. Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: GEOSSISTEMA, TERRITÓRIO E PAISAGEM COMO MÉTODO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA (uc.pt). Acesso em: Jun. 2022.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil: Subsídios para o planejamento ambiental**. Oficina de Textos: 2006.

ROTAS DAS EMOÇÕES. **Conheça a Rota das Emoções**. Disponível em: <Rota das Emoções - Rota (rotadasemoco.es.com.br)>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SACK, R. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina.; FERRARI, Maristela. (Orgs.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013

SACK, R. Human Territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*. 1986.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental**: Teoria e Prática. 2004.

SANTOS, S. R. dos.; LEITE, Â. R. L. **Inventário da oferta turística do município de Tutóia (Maranhão)**: ano 2019/2022. São Luís: EDUFMA, 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório do perfil de turistas da Rota das Emoções**. Edição 2014/2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Sandboard**. 2011.

Silva, Eryl Maria Carvalho; Trentin, Fabia Turismo de Experiência: L 'Arte Ceccato Vila Flores. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 18, núm. 3, 2018 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459330011> DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1351>.

SILVA NETO, J. C. A. **Zoneamento ambiental como subsídio para o ordenamento do território da bacia hidrográfica do rio Salobra, Serra da Bodoquena – MS**. Tese (doutorado em geografia). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2013. Disponível em: [silvaneto\\_jca\\_dr\\_prud.pdf \(unesp.br\)](#). Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVA, M. do C. L.; LIMA, S. do S.; BRAGA, S. S. de; MELO, R. de S. Transformações na rota turística do Delta do Parnaíba (PI/MA): percurso histórico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, nov. 2020 – jan. 2021, pp. 689-707. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10464>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, M. L. da.; PERINOTTO, A. R. C. A imagem do destino turístico como ferramenta de diferenciação e promoção do turismo: caso de Barra Grande/PI – Brasil. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 14, nº 2, pp. 417-431, 2016. Disponível em: <http://pasosonline.org/Publicados/14216/PASOS47.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

SILVA, M. M. M. da. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do**

**Piauí.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2013.

SOARES JUNIOR, A. Q.; SANTOS, M. A. dos. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **Geografia** (Londrina), v. 27, n. 1. pp. 07-25, abril/2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321>>. Acesso em: set. 2020.

SOARES, J. C. C.; GOMES, J. M. A. Pobreza e condições socioeconômicas dos catadores de caranguejo do Povoado Carnaubeiras, Araioses-MA. **Revista De Políticas Públicas**, 20(1), 343–360, 2016. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p343-360>

SOARES, J. C. C. **Pobreza, trabalho e renda dos catadores de caranguejo no Povoado de Carnaubeiras, Araioses-MA.** 115 F. Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2014.

SOARES, J. C. C.; GOMES, J. M. A. A pobreza e as condições de trabalho dos catadores de caranguejo no povoado de Carnaubeiras, Araioses - MA **O Social em Questão**, vol. 17, núm. 31, 2014, junho, pp. 179-202 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil. Disponível em: [552264797009.pdf](#) (redalyc.org). Acesso em: 15 maio 2022.

SOUSA, R. S. **Etnobotânica e etnozologia de comunidades pesqueiras de Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil, 2010.

TRIPADVISOR. Praia da Pedra do Sal. **Avaliações**, 22 de junho de 2022.

TUAN Y. F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAGULA, P. R.; ULIANA, M. R.; ARANA, A. R. A. Panorama do zoneamento ecológico-econômico no Brasil. **GEOPAUTA**, vol. 5, núm. 2, e8431, 2021. Disponível em: [Panorama do Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil](#) (redalyc.org). Acesso em Jun. 2022.

WILSON, J. Lagoa do Portinho e a Lenda de Macyrajara e Ubitã. **Parnaíba em nota**, 03 de maio de 2019. Disponível em: [Lagoa do Portinho e a Lenda de Macyrajara e Ubitã | Parnaíba em Nota](#) (phbemnota.com). Acesso em: 20 maio 2022.

WWF. **Unidades de Conservação no Brasil.** Disponível em: <[https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/factsheet\\_uc\\_tema03\\_v2.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/factsheet_uc_tema03_v2.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para as associações da APA Delta do Parnaíba**

- Como é viver dentro da APA Delta do Parnaíba?
- O turismo tem alguma influência na comunidade/associação?
- Existe relação da comunidade/associação com as agências de turismo que atuam na sua comunidade? Se sim, como?
- Como você imagina o futuro da APA Delta do Parnaíba em relação as comunidades/associações?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para as agências de turismo da APA Delta do Parnaíba.**

- Idade do representante da agência de turismo:
- Sexo/Gênero:
- Escolaridade do representante da agência de turismo:
- Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba:
- Descrição das atividades realizadas pela agência de turismo na APA Delta do Parnaíba
- Qual a sua opinião sobre importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?
- Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?
- Há possibilidades para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?

**APÊNDICE C – Roteiro da roda de conversa com os professores da UFDPAr.**

- Como se dá a apropriação pelo turismo na APA Delta do Parnaíba?
- Como se manifestam as territorialidades (ações, diretrizes, tramas) nos municípios através da atividade do turismo?
- Como se identificam as relações entre as associações e as agências de turismo na APA Delta do Parnaíba?

# ANEXO I - PORTARIA Nº 27, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007 - Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.

Nº 237, terça-feira, 11 de dezembro de 2007

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

53



e distância de 103,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 027", de coordenadas (LATITUDE -22 06 39,27660" e LONGITUDE -42 01 50,12703"), deste segue por vertente, com azimute de 232°39' e distância de 126,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 028", de coordenadas (LATITUDE -22 06 41,72706" e LONGITUDE -42 01 53,63590"), deste segue por vertente, com azimute de 219°56' e distância de 133,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 029", de coordenadas (LATITUDE -22 06 45,05257" e LONGITUDE -42 01 56,60618"), deste segue por vertente, com azimute de 200°59' e distância de 122,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 030", de coordenadas (LATITUDE -22 06 48,77457" e LONGITUDE -42 01 58,11575"), deste segue com vertente, com azimute de 213°68' e distância de 170,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 031", de coordenadas (LATITUDE -22 06 53,35775" e LONGITUDE -42 02 01,41281"), deste segue por vertente, com azimute de 210°24' e distância de 164,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 032", de coordenadas (LATITUDE -22 06 57,93239" e LONGITUDE -42 02 04,30327"), deste segue por vertente, com azimute de 243°19' e distância de 99,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 033", de coordenadas (LATITUDE -22 06 59,40166" e LONGITUDE -42 02 07,39892"), deste segue por vertente, com azimute de 181°83' e distância de 145,00 m, confrontando neste trecho com terras de Rosalvo de tal até o vértice "P 034", de coordenadas (LATITUDE -22 07 04,11157" e LONGITUDE -42 02 07,56123"), deste segue em linha reta, com azimute de 133°28' e distância de 275,00 m, confrontando neste trecho com terras do Sr. Walter Oliver Alfred Kemmies e outros até o vértice "P 035", de coordenadas (LATITUDE -22 07 04,90516" e LONGITUDE -42 02 07,08964"), deste segue em linha reta, com azimute de 60°76' e distância de 618,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 036", de coordenadas (LATITUDE -22 07 00,42618" e LONGITUDE -42 01 41,78833"), deste segue a Nordeste, com azimute de 42°17' e distância de 283,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 037", de coordenadas (LATITUDE -22 06 53,62839" e LONGITUDE -42 01 35,14160"), deste segue com azimute de 61°33' e distância de 203,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 038", de coordenadas (LATITUDE -22 06 50,47668" e LONGITUDE -42 01 28,92059"), deste segue com azimute de 44°25' e distância de 495,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 039", de coordenadas (LATITUDE -22 06 38,99597" e LONGITUDE -42 01 16,84937"), deste segue em linha reta, com azimute de 118°54' e distância de 708,00 m, confrontando neste trecho com terras do Sr. Walter Oliver Alfred Kemmies e outros até o vértice "P 013, início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 174,35 ha.

Art. 4º A RPPN Reserva da Cabeceira do Cafofo será administrada pelos proprietários do imóvel, ou representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2006, e no Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada, sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

## PORTARIA Nº 26, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE criado pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, no uso das atribuições previstas no art. 19 inciso IV do Anexo I ao Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 que aprova a sua Estrutura Regimental.

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2006, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e

Considerando as proposições apresentadas no RPPN e a Portaria nº 0202.201792/2006-19, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 92,19 ha (noventa e dois hectares, dezenove ares), denominada "RESERVA SANTA DULCE DE CIMA", localizada no Município de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Suzanne Eugênie Joliet Kemmies, Walter Oliver Alfred Kemmies, Martin Oliver Kemmies, e Thomas Franklin Kemmies, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Santa Dulce de Cima, registrada sob o registro nº R-10 da matrícula de número 200, livro Z-A, folha 86, de 15 de julho de 1987, no registro de imóveis da comarca de Trajano de Moraes - RJ.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Santa Dulce de Cima, tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Art. 3º A Reserva Particular do Patrimônio Natural, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice "P 013", georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro DATUM - SAD-69, Coordenadas Geográficas (LATITUDE -22 0649,94110" e LONGITUDE -42 00 35,12390"), situado no limite com terras da Fazenda Cabeceira do Cafofo, deste segue por vertente, com azimute 347°9' e distância de 291,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do

Cafofo até o vértice "P 014", de coordenadas (LATITUDE -22 0642,19563" e LONGITUDE -42 00 49,31509"), deste segue por vertente, com azimute de 43°52' e distância de 318,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 015", de coordenadas (LATITUDE -22 06 34,73201" e LONGITUDE -42 00 41,66581"), deste segue por vertente, com azimute de 355°42' e distância de 284,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 016", de coordenadas (LATITUDE -22 06 25,52399" e LONGITUDE -42 00 42,46216"), deste segue por vertente, com azimute de 29°12' e distância de 272,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Cabeceira do Cafofo até o vértice "P 017", de coordenadas (LATITUDE -22 06 17,82669" e LONGITUDE -42 00 37,83417"), deste segue por vertente, com azimute de 207°1' e distância de 262,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda São Cristóvão até o vértice "P 018", de coordenadas (LATITUDE -22 06 09,88220" e LONGITUDE -42 00 34,59320"), deste continua seguindo por vertente, com azimute de 45°52' e distância de 297,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda São Cristóvão até o vértice "P 019", de coordenadas (LATITUDE -22 06 03,14621" e LONGITUDE -42 00 27,19116"), deste segue em linha reta partindo da testa da grande rocha até o ponto em que a estrada cruza o córrego principal, com azimute de 177°11', e distância de 1.719,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Santa Dulce de propriedade do Sr. Manoel Duarte Ramos, até o vértice "P 020", de coordenadas (LATITUDE -22 06 58,91783" e LONGITUDE -42 00 24,15510"), deste segue em linha reta, com azimute 253°08' e distância de 623,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Santa Dulce de Cima, até o vértice "P 042", de coordenadas (LATITUDE -22 07 04,77264" e LONGITUDE -42 00 44,93408"), deste segue em linha reta, com azimute de 327°52' e distância de 542,00 m, confrontando neste trecho com a Fazenda Santa Dulce de Cima até o vértice "P 013", início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 92,19 ha.

Art. 4º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, ou representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2006, e no Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada, sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

## PORTARIA Nº 27, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, criado pela Lei nº 11.516 publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2007, no uso de suas atribuições que lhe confere o item IV do art. 19 do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Considerando os termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2006, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou, e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, no Processo nº 02001.005219/2007-03, resolve:

I - um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio;

II - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Meio Norte/Parnaíba/PI, titular e suplente;

III - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/PI, titular e suplente;

IV - Ministério Público Estadual do Maranhão/Tutóia/MA, titular;

V - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Piauí, titular;

VI - Secretaria Estadual de Turismo do Piauí, titular;

VII - Gerência Regional do Patrimônio da União/PI, titular e suplente;

VIII - SUPES/IBAMA/PI, titular;

IX - Projeto Pense Boa/ICMBio, titular e suplente;

X - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASE, titular e suplente;

XI - Prefeitura Municipal de Paulino Neves/MA, titular e a Prefeitura Municipal de Tutóia/MA, suplente;

XII - Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI, titular e a Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XIII - Prefeitura Municipal de Chaval/CE, titular e a Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE, suplente;

XIV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barroquinha/CE, titular e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Chaval/CE, suplente;

XV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paulino Neves/MA, titular e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tutóia/MA, suplente;

XVI - Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba/PI, titular e a Secretaria Municipal de Educação de Chaval/CE, suplente;

XVII - Secretaria Municipal de Educação de Barroquinha/PI, titular e a Secretaria Municipal de Educação de Chaval/CE, suplente;

XVIII - Associação de Vereadores de Araçoes/MA, titular e suplente;

XIX - Câmara de Vereadores de Barroquinha, titular e suplente;

XX - Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Residentes no Projeto de Assentamento da Ilha Grande do Paulino Tutóia/MA, titular e a Associação Comunitária de Tutóia Velha Tutóia/MA, suplente;

XXI - Associação Comunitária dos Moradores de Meximiqueira/Luis Correia/PI, titular e a União dos Moradores do Povoador Curva Grande do Município de Água Doce/MA, suplente;

XXII - Comissão Ilha Anhua/Ilha Grande/PI, titular e a Associação de Moradores e Artesãos da Comunidade de Vazantinha/Parnaíba/PI, suplente;

XXIII - Colônia de Pesca Z 7/Ilha Grande/PI, titular e a Colônia de Pesca Z 1/Luis Correia/PI, suplente;

XXIV - Colônia de Pesca Z 78/Água Doce/MA, titular e a Colônia de Pesca Z 57/Paulino Neves/MA, suplente;

XXV - Colônia de Pesca Z 24/Chaval/CE, titular e a Associação Comunitária dos Pescadores de Frexera/Água Doce/MA, suplente;

XXVI - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tutóia/MA, titular e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Araçoes/MA, suplente;

XXVII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Chaval/CE, titular e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barroquinha/CE, suplente;

XXVIII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luis Correia/PI, titular e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XXIX - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos/CE, sendo titular e suplente;

XXX - Instituto Ilha do Caju Ecodesenvolvimento e Pesquisa/CEP/Parnaíba/PI, titular e o Movimento S.O.S. Natureza de Luis Correia/PI, suplente;

XXXI - Instituto Floravida/PI, titular e o Care Brasil/PI, suplente;

XXXII - Igreja Adventista do Sétimo Dia/Tutóia/MA, titular e a Igreja Presbiteriana de Frexera/Água Doce/MA, suplente;

XXXIII - Pousada Tremembés/Tutóia/MA, titular e o JB-Tour/Tutóia/MA, suplente;

XXXIV - Eco Adventure Tour/Parnaíba/PI, titular e o Terra Manguê, suplente;

XXXV - Associação e Condutores de Turismo de Barra Grande/Cajueiro da Praia/PI, titular e a Associação de Condutores de Turismo Tremembés/Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XXXVI - Associação Artesanal do Barro Vermelho/Parnaíba/PI, titular e a Associação dos Artesãos da Comunidade do Pau-jeu/Barroquinha/CE, suplente, e

XXXVII - SEBRAE Parnaíba, titular.

XVII - Câmara de Vereadores de Araçoes/MA, titular e suplente;

XVIII - Câmara de Vereadores de Barroquinha, titular e suplente;

XIX - Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Residentes no Projeto de Assentamento da Ilha Grande do Paulino Tutóia/MA, titular e a Associação Comunitária de Tutóia Velha Tutóia/MA, suplente;

XX - Associação Comunitária dos Moradores de Meximiqueira/Luis Correia/PI, titular e a União dos Moradores do Povoador Curva Grande do Município de Água Doce/MA, suplente;

XXI - Comissão Ilha Anhua/Ilha Grande/PI, titular e a Associação de Moradores e Artesãos da Comunidade de Vazantinha/Parnaíba/PI, suplente;

XXII - Colônia de Pesca Z 7/Ilha Grande/PI, titular e a Colônia de Pesca Z 1/Luis Correia/PI, suplente;

XXIII - Colônia de Pesca Z 78/Água Doce/MA, titular e a Colônia de Pesca Z 57/Paulino Neves/MA, suplente;

XXIV - Colônia de Pesca Z 24/Chaval/CE, titular e a Associação Comunitária dos Pescadores de Frexera/Água Doce/MA, suplente;

XXV - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tutóia/MA, titular e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Araçoes/MA, suplente;

XXVI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Chaval/CE, titular e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barroquinha/CE, suplente;

XXVII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luis Correia/PI, titular e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XXVIII - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos/CE, sendo titular e suplente;

XXIX - Instituto Ilha do Caju Ecodesenvolvimento e Pesquisa/ICEP/Parnaíba/PI, titular e o Movimento S.O.S. Natureza de Luis Correia/PI, suplente;

XXX - Instituto Floravida/PI, titular e o Care Brasil/PI, suplente;

XXXI - Igreja Adventista do Sétimo Dia/Tutóia/MA, titular e a Igreja Presbiteriana de Frexera/Água Doce/MA, suplente;

XXXII - Pousada Tremembés/Tutóia/MA, titular e o JB-Tour/Tutóia/MA, suplente;

XXXIII - Eco Adventure Tour/Parnaíba/PI, titular e o Terra Manguê, suplente;

XXXIV - Associação e Condutores de Turismo de Barra Grande/Cajueiro da Praia/PI, titular e a Associação de Condutores de Turismo Tremembés/Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XXXV - Associação Artesanal do Barro Vermelho/Parnaíba/PI, titular e a Associação dos Artesãos da Comunidade do Pau-jeu/Barroquinha/CE, suplente, e

XXXVI - SEBRAE Parnaíba, titular.

Parágrafo único. O Clebe da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba representante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no Conselho Consultivo e o presidente.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno, no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

XXXVII - Associação e Condutores de Turismo de Barra Grande/Cajueiro da Praia/PI, titular e a Associação de Condutores de Turismo Tremembés/Cajueiro da Praia/PI, suplente;

XXXVIII - Associação Artesanal do Barro Vermelho/Parnaíba/PI, titular e a Associação dos Artesãos da Comunidade do Pau-jeu/Barroquinha/CE, suplente, e

XXXIX - SEBRAE Parnaíba, titular.

Parágrafo único. O Clebe da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba representante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no Conselho Consultivo e o presidente.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno, no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO GERÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

## PORTARIA Nº 4, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007

O GERENTE REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o uso, a título gratuito, a PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES - SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO, LAZER E JUVENTUDE (SECULTU), da área de uso comum da Praia de Barra de Jangada, em frente ao Restaurante Canto da Barra, Jaboatão - PE, para a realização do evento "Mostra PE de Cultura Popular - Festa de Yemanjá", durante o período de 07/12/2007 a 16/12/2007.

Art. 2º O evento tem caráter religioso e cultural e a área solicitada é de 300 m².

Art. 3º Durante o período a que se refere a presente autorização deverá o interessado afixar placa de banner, às expensas do interessado, em lugar visível com as seguintes informações (segundo o manual de placas da mediante permissão da SPU): "ÁREA DE

## **ANEXO II – ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO DA APA DELTA DO PARNAÍBA.**

### **1 Como é viver dentro da APA Delta do Parnaíba?**

*Olha a APA Delta...Viver na APA Delta do Parnaíba ainda é uma opinião assim de expectativa de melhora, de a nossa APA possa ser mais bem cuidada. É... que a gente tenha alguma melhoria no...nas comunidades que moramos de acordo com a necessidade de preservação também. Porque a gente ainda nota que algumas comunidades da APA são mais fiscalizadas e melhor tratadas do que hoje aqui a relação de Pedra do Sal, até mesmo um pouco Luís Correia, que Luís Correia praticamente não faz parte, só um pequeno território de Luís Correia que faz parte da APA do Delta. E mais aqui a nossa região hoje, nós vivemos, falando em Pedra do Sal, nós vivemos um descuido muito relacionado a isso, a questão de invasões, de questão de moradia, que o povo começa a invadir lugares que não seriam aptos a estarem construindo. Como perto de lagoas, as vezes até dentro de lagoa mesmo. Então eu acho que é de expectativa de melhora, tanto na parte de fiscalização como no...como alguns projetos que venham melhorar a nossa APA, a nossa região da APA.*

### **2 A atividade turística tem alguma influência na comunidade/associação?**

*Olha, o turismo aqui na nossa comunidade ele é um turismo um pouco... vamos dizer assim... ele não é um turismo muito frequente. A gente tem duas estações que são julho e final do ano, né. Que sempre aparece mais pessoas. Na realidade o frequentador da nossa praia mesmo é mais esse povo aqui da nossa região, o turismo em si, esse pessoal que vem de fora são poucos. É... A gente tem relacionada a questão...dificuldades ainda na questão de hospedagem, né. E eu acho que isso também influencia muito. E tem que melhorar muita coisa, a questão da água também, a gente tem uma água... a água aqui é bastante escarça, água potável. E a gente tem que melhorar nossa praia, precisa melhorar muita coisa ainda pra poder ter um turismo mais frequente.*

**3 Existe relação da comunidade/associação com as agências de turismo? Se sim, como?**

*Não... A relação de algumas agências, na realidade são mais ligadas a uma ou duas pousadinhas que são pequenas. Assim mesmo com a comunidade, a gente não tem essa ligação não. Não, um é de Parnaíba mesmo aqui, que é o Marcio. E tem o Seu Zé Garoto, que é daqui mesmo da Pedra do Sal, da comunidade. E tem uma outra também do Marcelo, num ponto muito bonito aqui na Pedra do Sal, pega a parte do mar, assim... a frente do mar. E tem outra nova que foi reformado, que lá perto da beira da praia, ali perto do farol.*

**4 Como você imagina o futuro da APA Delta do Parnaíba em relação a comunidade/associação?**

*Eu acho que vai complicar um pouquinho que nós temos promessas de expansão eólica na nossa região, e na realidade até mesmo em um pequeno pedaço de terra da Resex houve promessa de colocarem essas torres de aero geradores. Então, eu acho que assim, as eólicas elas impactam a gente... tem como energia limpa, mas acaba impactando a nossa região né, eu acho que como um todo. E... a gente... tudo tem benefícios que sejam ligados a elas, como por exemplo, nós temos a questão da compensação ambiental esse dinheiro é destinado aos órgãos ambientais, não fica nada na nossa comunidade, não necessariamente o que a gente queria não era a questão do dinheiro, mas sim algumas obras que vinhessem de alguma maneira favorecer a nossa comunidade, como ruas, que a gente tem duas, três né na nossa comunidade. E melhoria de praças essas coisas assim. E na realidade isso não é destinado a nada pra nós. Melhoria até da questão escolar também, que eles poderiam tá influenciando. Aqui no Labino, que é só de passagem, eles já têm uma espécie de escola. Mas aqui pra nós mesmo da comunidade onde é colocado mesmo os aerogeradores.*

**ANEXO III – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 1****1 Idade do representante?**

*38 anos*

**2 Sexo/gênero do representante?**

*Feminino*

**2 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino superior completo*

**3 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*13 anos*

**4 Descrição das atividades?**

*Passeios em lanchas privadas por ilhas, ilhotas, igarapés.*

**5 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*O Delta do Parnaíba é um importante ponto turístico, atrai gente do mundo inteiro que se interessa pelo turismo ecológico. Além de ser um fator importante para a economia da comunidade em geral.*

**6 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?**

*Trabalhamos em conjunto.*

**7 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Já são incluídas em algumas palavras.*

## **ANEXO IV – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 2**

### **1 Idade do representante?**

*43 anos*

### **2 Sexo/gênero do representante?**

*Feminino*

### **3 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino superior completo*

### **4 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*15 anos*

### **5 Descrição das atividades?**

*Somos especializados na Rota das Emoções e vendemos roteiros apenas Piauí também, nossa venda é mais voltada a roteiros fechados com passeios, transfers e hospedagem, vendemos passeios avulsos também, mas em quantidade bem menos.*

### **4 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*Muito importante, pois trabalhamos com ecoturismo e turismo sustentável, principalmente para o público europeu agrega demais valor ao nosso produto, além disso temos que preservar para o futuro.*

### **5 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?**

*Temos uma boa relação.*

### **6 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Sim, já fazemos isso em alguns locais, mas sentimos falta de mais comunidades que estejam prontas para ofertar esses serviços.*

**ANEXO V – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 3****1 Idade do representante?**

*30 anos*

**2 Sexo/gênero do representante?**

*Feminino*

**3 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino superior incompleto.*

**4 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*32 anos*

**5 Descrição das atividades?**

*Passeios ao Delta do Parnaíba em embarcações de médio a grande porte, passeios privativos em lanchas rápidas pelas ilhas, tour de praias.*

**6 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*O turismo é a atividade de maior popularidade entre as demais, tanto para fins de lazer como também de conhecimento. Afinal, quem não gosta de viajar e conhecer novos lugares? APA Delta do Parnaíba tem grande importância para o turismo, pois além de ser um grande atrativo por conta de sua beleza, ainda conta como uma forma de ensinar sobre a sustentabilidade e a importância da preservação de locais como esse.*

**7 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?**

*A relação das agências de turismo com as comunidades e associações presentes na APA Delta do Parnaíba é algo bastante necessário, pois é com base na ligação entre ambos que pode ser compreendido e elaborado a forma de trabalhar com a APA para fins turísticos de modo que não prejudique a comunidade nem o turismo, mas sim que tenham os impactos turísticos nas localidades receptoras positivo, surgindo como consequência da interação entre o turista, comunidade e os meios receptores. Essa relação existe e é através de reuniões e conversas que tudo é organizado e esclarecido entre comunidade e agências.*

**8 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Sim, inclusive já existem roteiros onde a comunidade local participa. Esse tipo de segmento é caracterizado como turismo de vivência, onde incluímos a comunidade local em atividades turísticas na qual eles podem mostrar um pouco da realidade em que vivem para os turistas que possuem interesse em realizar esse tipo de atrativo.*

**ANEXO VI – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 4****1 Idade do representante?**

*34 anos*

**2 Sexo/gênero do representante?**

*Masculino*

**3 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino superior completo.*

**4 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*11 anos*

**5 Descrição das atividades?**

*Trilhas, passeios aos manguezais, avistamento de aves migratórias, caça ao sururu, passeios de barcos em parcerias com a colônia de pescadores.*

**6 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*Nosso futuro é isso, o que a gente escolheu pra nós. É sociedade, é sustentabilidade. É, temos várias ilhas e dentro dessas ilhas a gente optou em uma dessas ilhas colocar algo simplesmente pro pescador, simplesmente pro nativo, por exemplo. E todas essas ilhas que foram feitas aqui, foi tudo pensando nisso, pensando no modelo sustentável né. E aqui, logo porque Chaval não tem como, aqui nós temos em duas APA's. Correr pra um lado a gente tá dentro da APA do Delta do Parnaíba, correu pro outro dentro da APA da Serra de Ibiapaba. A gente não tem como pensar se não for sustentabilidade*

**7 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?**

*O modelo da gente é completamente levado pra sustentabilidade, nós não fazemos nada, nada nada nada sem a sustentabilidade, é tanto que nos lidamos atuantes, de forma atuante junto a APA Delta do Parnaíba, nos participamos do processo de formação do plano de manejo do Delta, do novo plano de manejo do Delta do Rio*

*Parnaíba...a gente acredita muito no processo né, nesse processo turístico envolvendo a comunidade, a sustentabilidade, é tanto que os nossos passeios a gente utiliza sempre com nativos, é por exemplo, pescadores, a colônia de pescadores é quem faz nossos passeios. Temos passeios completamente levados à alguns manguezais, ... conhecer aves migratórias, é fazer a caça do sururu, a gente coloca também, pra ser uma fonte de renda pro nativo também, pra ele poder, é, o turista conhecer a forma de vida, de manejo, como ele tá no Delta*

### **8 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Chaval por muito tempo, ela...nós éramos só corredor de passagem né, só corredor de passagem, só passavam por aqui. Não visitavam nem nada. Mas aí com o tempo, a gente correu atrás, correu atrás de SEBRAE, correu atrás de inúmeras agências, participamos de inúmeros eventos, de fóruns e todos esses eventos foi aos poucos, nos abrindo espaço né. A gente conseguiu trilhar um caminho árduo, logo que a gente não queria o turismo de massa, a gente nunca... o nosso primeiro foco foi não nós não queremos, nós decidimos logo nos primeiros anos que a gente não queria o turismo de massa. A gente queria trilhar um caminho mais difícil, mas sabia que lá no futuro a gente teria uma recompensa, certo? E a gente optou por essa decisão. Mas o que que o... o que é o basicamente o seguinte, a gente optou, fez essa, essa caminhada dura e árdua para chegar ao nosso propósito, e hoje a influência e a importância dela dentro da Rota das Emoções, é que hoje, Chaval ele tá não só corredor, ele não é só um corredor, ele na verdade, o turista já vem, já vê Chaval com outros olhos. A Rota das Emoções, hoje ela...ela complementou, Chaval é um complemento da Rota da Emoções, por que complemento? Aumentou demais o valor da Rota das Emoções, e no meio da Rota das Emoções, nós não tínhamos esse tipo de trilha, essas pinturas rupestres, nós não tínhamos esses passeios de ecoturismo, essa forma do...do...turista conhecer esses atrativos da caatinga, esses atrativos do cerrado e da mata atlântica. Então a gente implementou e muito cavernas, ter essa experiência com a sociedade com a cultura da sociedade de Chaval. É, então tudo isso, tá sendo muito bom para a rota das emoções e tá sendo muito bom pra Chaval, porque as pessoas daqui estão tendo oportunidade de reconhecer, de descobrir o turismo. Elas não sabiam nem o que era turismo, achava que turismo era só passear, não sei o que, ah turismo é viajar. Até a própria conceitabilidade do nome turismo, de turismo, as*

*peçoas daqui estão aprendendo né. Então tudo tá em, como que se diz...em termos de processo, nós somos um destino em processo turístico, em processo turístico. Mas a importância dentro disso para a Rota das Emoções, como pra nós tá sendo assim, muito, muito...fazer parte de uma rota é muito importante, quando você quer desenvolver esse seu trabalho. Então o turista já passa pela tua porta e tu tem a oportunidade de dizer pra ele que olha vamo aqui que eu vou te mostrar isso vai aumentar tua cultura, isso vai aumentar o teu conhecimento, então pra ambos as partes, pra nos tá sendo incrível.*

**ANEXO VII – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 5****1 Idade do representante?**

*28 anos*

**2 Sexo/gênero do representante?**

*Masculino*

**3 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino médio completo*

**3 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*16 anos*

**4 Descrição das atividades?**

*Rota do cavalo marinho a remo e flutuação.*

**6 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*Eu vou falar aqui uma coisa não sei se vai ter a ver mas eu acho que vai ter coisinha. Olha, o turismo surgiu mais aqui, aqui em Barra Grande mesmo, foi por causa do kite. Que veio mais...começou primeiro aqui com a BGK. Aqui em Barra Grande tinha poucas pousadas, eram umas duas, no máximo três, antigamente. Aí quando foi formada a BGK, que é do... Aqui é uma das mais faladas né, a BGK. Aí o dono começou a reformar ela, começou a vim trazendo kite, a galera do kite, sabe. Aí foi trazendo, o pessoal foi conhecendo por causa do kite e tal. Inclusive tem muitos paulistas que vieram através de amigos que veio, de kitesurfista que veio pra cá. Aí ele veio como uma descoberta, assim. Aí daí, esses caras que vieram passar tipo férias aqui, aí gostaram e começaram investir aqui, sabe. Investir, colocar seu próprio comercio, é, sorveteria, hamburgueria, essas coisas. Aí foi através disso que foi crescendo. Aí, com isso, antes já rolava o passeio, sabe? Aí com o passeio do cavalo marinho sempre veio evoluindo mais. Agora essa parte da APA Delta, eu não tenho assim muito conhecimento dessa parte não, sabe?*

**7 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações que estão na APA Delta do Parnaíba?**

*É mais por questão na parte financeira, tipo assim, a gente faz o dinheiro que a gente faz que já ganha com turismo a gente já faz circular na comunidade, sabe? E também quando a gente mobiliza tipo limpezas na praia, a gente também chama umas pessoas assim, tipo vai em escola e em lugares assim pra gente mobilizar uma galerazinha. Tem pessoas que colaboram, mas tem outras que, sabe? Não colabora... A gente também gerou uma renda, né, pros charreteiros daqui de Barra Grande. A gente tanto, tanto o turismo, o pessoal das pousadas, assim quando começou, é já gerou mais emprego pra comunidade.*

**8 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Na minha opinião acho que mais é, deu uma vantagemada no turismo mais por essa parte assim do kite, por ter sido, por ser beira de praia e tal. Ai, sendo muito mais voltado pro kite...é tipo como se... não sei... como se a APA Delta não influenciasse*

## **ANEXO VIII – REPRESENTANTE DA AGÊNCIA DE TURISMO 6**

### **1 Idade do representante?**

*21 anos*

### **2 Sexo/gênero do representante?**

*Feminino*

### **3 Grau de escolaridade do representante?**

*Ensino superior incompleto*

### **4 Tempo de atuação da agência de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

*23 anos*

### **5 Descrição das atividades?**

*Passeios e traslados compartilhados pela Rota das Emoções, além de serviços privativos, pacotes e hospedagem nos estados em que atua.*

### **6 Qual a sua opinião sobre a importância da APA Delta do Parnaíba para o turismo?**

*A APA em si, é maravilhosa, não há como negar a beleza, porém a pouca divulgação e investimento nos impede de ter mais visibilidade. Hoje bem mais que antes, porém em pouca proporção se comparada aos demais destinos da Rota das Emoções. Espero que ao passar dos anos as coisas mudem, pois público tem e beleza também, mas o investimento é pouco.*

### **7 Como é a relação da agência de turismo com as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

*Nós atuamos com trabalhadores direta e indiretamente, barqueiros, pescadores, catadores de caranguejo, os estabelecimentos no Porto dos tatus, as lojas de artesanato. Movimentamos o comércio de forma significativa, mas por quê? Quando temos passeios, compramos caranguejo do catador, peixe do pescador, em períodos de alta temporada, mas ainda, contratamos barqueiros além dos já contratados pela empresa, fora as portas de trabalho que abrimos para as pessoas na nossa cidade. Todos são beneficiados.*

**8 Há a possibilidade para incluir/envolver as comunidades/associações nas atividades turísticas realizadas pela sua agência de turismo?**

Não respondeu.

## **ANEXO IX – RELATOS DA RODA DE CONVERSA COM OS PROFESSORES DO CURSO DE TURISMO DA UFDPAR**

### **Pergunta 1: Como se dá a apropriação pelo turismo na APA Delta do Parnaíba?**

Professor 1: *Está no litoral do Piauí desde 2008, tem acompanhado algumas iniciativas e ações – algumas pesquisas que fizeram e ações que acompanharam alguns projetos pelos cursos de turismo, psicologia, pedagogia, mestrado em museologia (2015), a gente ver, pelo menos desde 2008, percebe a comunidade é muito mais impactada em termos indiretamente do que diretamente. Outra questão que acha que é importante salientar – somente de pouco tempo tem observado uma preocupação do poder público em aproximar de fato o mercado com a sociedade, tendo em vista agora tem o voucher ilha grande, querendo ou não você consegue de certo modo consegue fazer um filtro, certo de que é só 2,00, mas que retorna para a comunidade, isso já é um ganho da comunidade em relação a atividade turística. Esse voucher começou há muito pouco tempo, e uma discussão de muito tempo atrás, e o que é legal que a discussão/provocação começou com o Adilson, que foi um aluno nosso, e o Adilson traz a discussão no conselho da cidade e isso é colocado em prática, em alinhamento com o Sebrae, marinha, muito relacionado a parte de logística, querendo ou não o nosso curso tem um pezinho, de sementinha nessa criação, então a gente tem essa questão de fácil olhar, de percepção. Com relação a comunidade, propriamente, a gente tem reparado há muito impacto muito maior, negativo do que positivo, pode reparar que não somente as embarcações que fazem os passeios que são de certo modo um impacto muito grande, mas também tem a questão que existe, de que esses meios de transporte também não acarretam positividade, em termos de parar, de contar um pouco da localidade, é an passant, o turista passa por ali e o dinheiro fica, mas propriamente em Parnaíba, do que propriamente na região da APA, então tem essa questão. Uma outra questão que eu acho que é importante, que acho que é relevante destacar é que somente foi ouvido a parte, vamos dizer assim, a parte ambiental e social, mediante insistência de algumas ações que poucas pessoas tiveram a discussão e prática, e posso ficar bem tranquilo em relação a isso com relação aos projetos que a professora Simone e a professora Shaiane conseguiram e tem colocado em prática, então assim é de longo prazo as ações, você vai ver assim de longo prazo, mas a gente já ver algumas*

pequenas ações sendo colocadas. Acho que uma ação que é importante ser colocada é, são as ONGs, tem três que são atuantes na região, que é a Ilha Ativa, Tamanduás, que Vinicius pode confirmar, Tartarugas do Delta, que inclusive a ONG era parceira nossa no início do curso. Então tivemos algumas ações sendo concretizadas em relação a isso, mas agora a comunidade como protagonista ainda está bem longe do ideal, e a gente espera que essa percepção de quem já está um bom tempo acompanhando essas ações e diria que tá mudando, mas que não é rápido, não é pronto, isso é notório. Mas, eu ainda posso complementar com algumas outras coisas que podem vir com a conversa. Intervenção da pesquisadora: Essas iniciativas de fomento para a comunidade, você percebe que além da universidade através dos projetos de extensão, em uma perspectiva mais institucional tem se iniciado esse fomento? (pela prefeitura da ilha, sim, plano de município da ilha, conselhos parados em Parnaíba). Da prefeitura Ilha de certo modo sim, inclusive de plano [...] plano do município da ilha (grupo de whatsapp), um ex-aluno nosso, mas vi que tem uma empresa, parece [...]. Edital aberto do estado para melhoria das ações ambientais, tem iniciativas, mas não são contínuas, há rixas públicas, TCC da Josi, pesquisa da comunicação turística no Piauí – 6 entrevistas. Não há plano de governo. Ilha – voucher único continua, mesmo com a troca de prefeito, há a continuidade. Não há continuidade de processo favorável ao turismo, exceto ao voucher.

Professor 2: Foi mapeado as comunidades tradicionais. Turismo não se desenvolve de forma regionalizada, as comunidades não são inseridas no processo, alguns projetos pontuais, mais levantamento de dados, as comunidades permanecem basicamente da mesma forma, dificilmente permanecem nas comunidades, sem divulgação. Delta em si não é um atrativo capaz de gerar um grande fluxo. Projeto laços de cidadania – 19 entidades, tem comercializado com a feira online, não são inseridas nos conselhos municipais de turismo, Voucher utilizar de forma a identificar quem atua no delta. Empresários que tem atuado tem se destacado em cajueiro da praia, e são de fora, O que falta dentro das comunidades é o empreendedorismo, falta continuidade, não a divulgação da cultura em si como um atrativo turístico. Falta de visão empreendedora das comunidades – poucas trabalham com a economia solidária. O turismo fica a margem das comunidades – loja no shopping, visita não é estruturado. Não há articulação entre quem traz o turista, não há conversa. Pousada porto rio – recebido estrangeiro. Divulgação dos lugares para visita é muito

*amadora. Há necessidade de estruturar atrativos. Trançados da ilha – ninguém vai na associação para a visitação como recurso turístico.*

*Professor 3: Projeto de pesquisa discutia os nós críticos, falta de articulação do interesse privado e coletivo, um grande nó que precisa ser trabalhado. As empresas se limitam aos interesses comerciais de uso do território, com interação mínima com o território. Não há a interatividade entre os atores. Questão da comercialização do uso do espaço. Conselho da Resex – observa-se esse descompasso, onde o próprio gestor apresenta uma grande dificuldade dos atores que fazem da Resex. Mantem em evidenciar o favorecimento das empresas privadas. Favorecimento do interesse privado.*

**Pergunta 2: Como se manifestam as territorialidades (ações, diretrizes, tramas) nos municípios através da atividade do turismo?**

*Professor 2: Em relação ao Maranhão, Ceará e Piauí a diferença de legislação e atuação é significativa. Ceara é mais estruturado, o maranhão tem se destacado mais, tem investido em pesquisa, na questão dos profissionais, tem investido mais na atividade do turismo. São estados (Ceará e Maranhã) tem estruturado melhor as secretarias, que as secretarias são mais atuantes. Infelizmente os conselhos estabelecidos dentro da APA foram proforma, foram constituídos para receber recurso público, o Ministério do Turismo definiu que se não tivesse conselho não iria receber recurso, no entanto os conselhos não resolvem absolutamente nada. Então em relação aos 2 estados, nós (Piauí) estamos bem atrasados. Os gestores dos parques relatam que a maior dificuldade que eles têm é um número reduzido de pessoas para fiscalizar. Eles têm investido em iniciativas de pesquisa, de divulgação, de captação de recursos, de estruturação de projetos, de mapeamento de comunidades, identificação das atividades que tem sido desenvolvida, por quê? Porque a gente vê que muitas comunidades, muitas associações, nós trabalhamos com algumas associações pesqueiras, que a associação está constituída pura e simplesmente por estar, você não tem um benefício por ser ou fazer parte da associação. Tem uma associação, por exemplo, lá na Ilha Grande que tem cerca de 580 associados, e você não vê grande atividade, principalmente porque não tem a vinculação da atividade do turismo vinculada a associação de pesca, eles não conseguem comercializar para os restaurantes, não tem essa articulação. O pescador artesanal não consegue*

*comercializar, porque não tem recurso para comprar para empreender, se você não tem como comprar eles vão trocar por um quilo de arroz, um quilo de feijão, naquele dia eu preciso comer, então eu vou dar o meu produto. Então você veja, uma associação que tem 580 associados eles não conseguem trabalhar o mínimo. E em relação aos outros Estados, eu acho que nós (Piauí) estamos bem atrasados em relação a isso. Até mesmo o Maranhão, cerca de 5 anos atrás, pela análise que eu fazia, não tinha estrutura, mas agora está estruturado, Tutoia e Araiões têm investido muito na atividade do turismo, a estruturação dos lençóis, dos pequenos lençóis, eu vejo que em relação aos outros dois Estados nós estamos bem aquém.*

*Professor 1: Questão bem interessante p projeto do ministério do turismo, Piauí. Teria que estar em contato do MA e CE, pela Rota das Emoções. Empreendedorismo – surgiu no diagnóstico. Empreendedorismo do associativismo e cooperativismo, compreender que o turismo não se faz sozinho. Empreendedorismo, marketing digital, gestão e qualidade do serviço – Piauí. Maranhão -cooperativismo e não da hospitalidade. Ceará já tem uma história de política na atividade do turismo de investimento – cultura e segmentos. Rota das emoções (APA e RESEX) dentro de um território grande de inserção investimentos e intenções, de que ocorra uma Rota, é uma que tem algo. Conselhos é muito sensível, nunca participou de uma reunião do conselho por um ano todo. Aeroporto – início dos voos. Comissão Icaro –trazer voos regionais – azul – sempre o foco são os empresários. Os cursos que são promovidos acontecem só em Parnaíba, outras. Descentralizar e territorializar para espalhar vários cursos no território. Sebrae – território físico – Parnaíba. 2009 – Extensão para fotografia – universidade, LC, escola, e ilha no fundo de uma escola. Não mudou muita coisa, em termos de pensar. Estão conhecendo o território, as contribuições são muito restritas pela falta de tempo, não é nem pela vontade, pelo tanto de atribuições da universidade. A vontade que eu tenho é deixar de dar uma aula, pegar os alunos e ir para campo, mas é difícil porque eu tenho que dar determinado conteúdo. Formas de ensino fossem diferentes, se as formas de exigência fossem diferentes, talvez a gente conseguisse outras ações. Conselho municipal não fosse somente para repasse do ministério, mas você tem que mandar ata, conteúdo que foi gerado, quais foram as leis que foram criadas. Sabe, a gente tem leis bacanas, mas não tem fiscalização. Isso é fato, com a falta de fiscalização, até o próprio voucher que foi criado com a contribuição a gente não tem noção. Eu tive acesso a uma vez, mas nunca mais eu*

vi. *É interessante essas questões para a gente poder olhar para o território, revisitação do território, vendo o que a gente faz.*

*Professor 3: Pensando o propósito da unidade de conservação, da apa em si, dentro do seu território, até quando eu cheguei aqui eu tive uma dificuldade imensa de entender o território e continuo não entendendo, e eu vou levar ainda muito tempo para, assim, ter uma compreensão mais sistêmica, do que realmente a APA ela compreende, mas é algo que realmente me chama a atenção é a sua intensidade enquanto território, não só pelo aspecto da sua alta biodiversidade, que é algo impressionante no território, é a sua movimentação natural, movimentação natural que eu digo é, que eu gosto muito de praticar surfe, então para eu entender a lógica, eu também venho do sul do Brasil, de uma realidade bem diferente da formação da realidade daqui. A maré influencia muito a região, então nós temos picos de mares com 3 metros, 3 metros e meio e as vezes até mais. Por que eu falo a maré: Porque a maré é um dos elementos que possibilita a alta periodicidade da região como um todo, mas que ela possibilita a dinâmica dos povos que estão dentro dela, que fazem parte desse território. E, também porque eu falo isso só sob o aspecto da maré, porque as pessoas que vivem dentro do espaço urbano de Parnaíba, eles não respondem a dinâmica da maré do delta, as pessoas que vivem nas comunidades [...]. Mas isso é só um fragmento de mostrar como há um descompasso, um descompasso entre os grupos sociais, entre o território, um descompasso fundamentalmente com os aspectos naturais, que é o propósito da unidade de conservação, você conseguir manter o equilíbrio, estabelecer esse equilíbrio, e a gente pode falar, não somente da maré, mas dos ventos, que são muito intensos também. Os ventos são muitos intensos, característica da região, isso demonstra a sua característica que possibilita a atividade turística ser, trazer sua atratividade, mas ela traz novamente, justamente esse, ao mesmo tempo que ela tem o seu equilíbrio natural, ela tem um descompasso muito grande, um vento muito forte, muito intenso, e aí voltando isso para a atividade turística, né, considerando o turismo como um elemento, querendo ou não, ele tem uma grande significância dentro da unidade de conservação, e ele é visto, isso é conhecido dentro do ICMBio, tanto que se vocês buscarem sobre o documento oficial que recentemente foi publicado, o plano de manejo, ele destaca em diversos momentos essa importância da atividade turística. No entanto, é notório que a atividade turística ela não anda em compasso com a naturalidade das ações que*

*acontecem dentro das suas comunidades. Então não consegue se conversar, ele se utiliza como elemento de atratividade, porém ele não consegue se conectar. E isso dentro das suas diferentes dimensões dentro do turismo, então o professor 1 falou um ponto importante, e eu reforço aqui a questão da irregularidade também, irregularidade dos diversos setores do turismo, em suas atividades, da atividade, por exemplo, da hotelaria, meios de hospedagem, a gente tem uma irregularidade infinita, temos aí muitos [desculpa]. Você comentou Cajueiro da Praia, que apresenta uma maior intensidade da atividade turística, dentro da comunidade especificamente de Barra Grande, onde se a gente observar praticamente mais de 50% dos meios de hospedagem de Cajueiro da Praia estão irregulares, eles não estão dentro, por exemplo do Cadastur, que é o sistema mais básico tem para a organização, e Cajueiro da Praia está praticamente 100% dentro da unidade de conservação, da APA Delta do Parnaíba. Então não há uma conversa com o ICMBio, não há uma conversa com a secretaria de turismo do estado e não há uma conversa com a secretaria municipal de turismo, isso em Cajueiro da Praia, e muito menos com o Ministério do Turismo, que deveria fazer a gestão do Cadastur. Então há uma irregularidade muito grande, isso que eu só falei de Cajueiro da Praia. Mas se a gente pegar Ilha Grande, é a menor que tem a menor quantidade de serviços de hotelaria, de meios de hospedagem, que não chega, se não me engano, a cinco por aí, nenhum deles está no Cadastur hoje, por exemplo. Parnaíba mais de 70% dos meios de hospedagem não estão dentro do Cadastur, e Luís Correia está nessa média também praticamente, quase 80%. Então veja que eu só peguei aqui uma atividade dentro do turismo, meios de hospedagem, e porque eu falo isso, novamente dentro desse contexto contado para nós enquanto Universidade, recentemente entrando na raça, vamos dizer assim, de trabalhar, por exemplo, o Observatório de Turismo, como uma linha de unidade para a gente poder refletir sobre a atividade de um processo científico, sistemático, a gente tem uma dificuldade gigantesca. A gente vê aí se nós não conseguirmos contar esses meios de hospedagem dentro de um sistema único que permita com que a gente dialogar, você imagina o observatório dentro da universidade em tentar dialogar com cada um desses estabelecimentos. Não há uma compreensão da importância dessa unidade, parece que a gente fica patinando, sabe, não consegue se demandar. Desculpe o desabafo, mas é porque a gente vem tentando fazer esse trabalho, é talvez não veja só a falta de interesse da iniciativa privada, mas eu vejo que não há o entendimento por parte deles por ser dessa unidade de conservação. Não há esse entendimento,*

*uma porque eles também [...] empresas compostas por familiares, talvez por uma leitura da atividade do turismo enquanto de uma perspectiva sistêmica, ela é uma atividade mais de mercadológica, então tem essa dificuldade, uma atividade muito de cima para baixo assim. Então é difícil a gente fazer um trabalho de sensibilização muito grande, muito grande mesmo né. Então voltando ao argumento da APA enquanto capacidade de, pela sua alta diversidade, é um atrativo fantástico, porque nós temos, e se vocês pegarem os dados de demanda, apesar de eles não serem tão significativos em relação aos destinos que estão na borda da unidade de conservação, como os lençóis maranhenses, há um fluxo muito grande por conta das políticas públicas que aconteceram no estado do Ceará, que está acontecendo. No Piauí temos essa grande dificuldade, mas nós temos um público que ele é cativo, apesar de a gente quer levantar esses dados, essas informações, que o professor 1 falou o sistema de voucher único, em questão de 2 anos, vamos dizer assim, que começou na metade de 2019 e agora com o advento da pandemia, está ainda em uma fase de teste, ele já permitiu trazer informações que justamente mostram essa atividade turística sob esse determinado espaço, esse fluxo que ele acontece, que ele é contínuo no sentido de que as atividades, como posso dizer, os fluxos se repetem aqui dentro da região, então, aquilo que aconteceu, eu vejo assim a atividade do ano passado, esse ano ela se repetiu o fluxo turístico, que apesar da gente está na pandemia. Então o voucher permitiu a gente observar isso, mas também o voucher, ele permitiu identificar que as características do Delta, elas não correspondem ao que realmente poderia ser trabalhado no sentido, então voltando a essa valorização. Valorização da atividade tradicional que nós temos dentro, não há o entendimento sobre a atividade tradicional que acontece aqui dentro. O que que acontece, a agência ela vende o principal passeio que é a foz do Delta do Parnaíba, não sei se dá para perceber que é um produto, então é o serviço que é oferecido, depois vem a revoada dos guarás e salve alguns outros passeios como a baía do feijão bravo, que nós temos em uma quantidade menor de pessoas, mas é isso a atividade turística que hoje acontece no Delta. Então se você for acompanhar, ainda é muito preliminar os dados que existem do voucher, e observar que, por exemplo em períodos onde nós temos o que eles chamam aqui do inverno, que o período onde tem muita chuva, conseqüentemente o que que acontece é diminuir o fluxo de pessoas, porque as agências de turismo falam “aqui está chovendo nesse período então não é tão indicado fazer o passeio”, gente pelo contrário, nessa região, nesse momento*

*específico que chama de inverno, a gente tem assim uma infinidade de atividades que poderiam estar se desenvolvendo nas comunidades com suas características que elas se modificam, e em outros momentos. A atividade extrativista não é sempre a mesma, ela muda ao longo do ano, no momento agora onde não uma atividade turística, claro que também agora por conta da pandemia que houve uma diminuição no fluxo, mas se vocês acompanharem ano a ano, vão perceber que nesse período tem uma baixa. As agências estão assim “comendo mosca”, desculpa o termo, mas estão parados porque não tem atividade, e aí volta a porque a atividade do turismo. A atividade do turismo não se conversa com a comunidade, ela não se conversa com o território, no sentido de entender essas marés, de entender esses períodos de vento, de entender a sua dinâmica natural, e aí sim pensar na construção de produtos turísticos diferenciais a partir da comunidade, e aí sim talvez sentar e trabalhar de maneira coletiva. Desculpa talvez ter estendido aqui falando, mas é que talvez um pouco dessa reflexão.*

*Professor 2: Deixa-me te perguntar uma coisa, eu vi aqui que o exemplo que colocou do que acontece em Bonito-MS. Não sei, mas uma visão que eu tenho, que eu até questionei sobre o voucher, que existe uma diferença, por exemplo em Bonito atua com uma cota de repartição dos benefícios da atividade turística nas áreas naturais, o guia ganha, o proprietário da empresa ganha, a agência ganha. Agora o voucher ali da Ilha Grande, primeiro que não é estabelecido um número de pessoas de um grupo que precisa sair necessariamente com o guia, o guia normalmente é funcionário da agência, e ele vai estar dentro do barco que pertence a agência. Quando eles vão fazer as paradas eles não pagam, feijão bravo eles não pagam, revoada dos guarás eles não pagam, ou seja, a meu ver o estabelecimento do voucher, ele veio mais para identificação do fluxo, do que necessariamente seria cumprir seu objetivo que seria a repartição do fluxo, que todo mundo iria receber ao longo do processo, que haja esse processo estabelecido dentro das visitas ao Delta, mesmo que o estabelecimento do voucher, eu não vejo as pessoas recebendo, aí você me fala se eu estou errada. Mas eu vejo que ele veio mais como uma forma de se identificar quem são os barcos, quais eram as lanchas, quem é que fazia passeio, quem é que não fazia passeio, e até hoje mesmo com o voucher tem muitas lanchas que ainda não estão cadastradas. A pessoa chega lá, eu chego lá, sem guia nenhum que eu quero fazer o passeio do Delta, então eu vou fazer o passeio do Delta. Eu estou errada em relação a isso?*

Professor 3: *Olha, eu acho que não. Você tem uma coerência bem clara do que está acontecendo, é porque o voucher é um sistema que ele está em fase de teste, mas que o objetivo principal dele ainda é no sentido de poder acompanhar o fluxo de visitantes, né, até mesmo como você falou, mesmo assim nós temos aí vários relatos, inclusive de conhecidos aqui de nós que visitam o Delta, mas que não são contabilizados. E é dessa forma também, hoje, da forma como ele foi estabelecido ele é uma ferramenta para que se tenha acompanhamento de quem está operando a atividade turística, digamos assim, entre aspas de maneira regular. E, o recurso como ele é muito pequeno, as agências pagam o voucher, teoricamente o dinheiro deveria ser revertido de investimento da atividade turística, no que se refere ali na região do Porto dos Tatus, com investimento da prefeitura de Ilha Grande apenas né. Então considerando que grande parte do fluxo ele ocorre por Ilha Grande, então eles se utilizaram disso para poder estabelecer essa ferramenta, vamos dizer assim. Mas, ela vem sendo contestada, assim acompanhei muito pouco ainda, mas pouco se foi ouvido das agências há um certo desentendimento entre o trade turístico e que eles não conseguem ver o retorno de fato do investimento do voucher, não apenas pela questão do pagamento, porque, claro a principal reclamação as vezes é, a gente está colocando o dinheiro aqui, mas a gente não está vendo o retorno. Mas no sentido da efetividade da ferramenta como uma possibilitar o desenvolvimento turístico daquela região, mas é completamente diferente do que é estabelecido dentro de Bonito, e não sei se há outra experiência. Barreirinhas tentou começar também, mas eu não tenho acompanhado agora hoje, e aí veja, olhe só, como o argumento da Simone é fundamental. Já faz mais de 1 ano que o observatório juntamente com a coordenação de turismo, do curso da Universidade Federal do Delta do Parnaíba vem pedindo, solicitando da participação dentro do voucher único para acompanhamento dos dados, né para acompanhamento das informações de maneira mais precisas, e até hoje a gente não teve um retorno oficial por parte da secretaria de turismo de Ilha Grande no sentido para possibilitar que a universidade participe desse processo. O que nos foi permitido foi o acesso através a um link, de maneira muito preliminar e muito superficial consegue observar alguns dados que estão acontecendo, algum que eu mostrei [...], mas muito pouco. Hoje eu não sei quais as agências, as empresas usam essas informações e como isso foi repassado, até mesmo a forma que quem acompanha é o Sebrae que tem esse acesso, o próprio ICMBio, a polícia ambiental também, mas a universidade não foi aceita pela secretaria de turismo, pela prefeitura*

*de Ilha Grande para participar dessa ferramenta. Eu compartilho aqui o posicionamento, novamente ela me parece ser uma ferramenta comercial, uma ferramenta puramente de desenvolvimento mercadológica e não para desenvolvimento da região para o turismo, para o crescimento APA como uma unidade de conservação.*

*Professor 2: Infelizmente o que que acontece é que não é lembrado é que quando começamos a discutir o voucher foi lá em Barreirinhas acho que, se não me engano, foi em 2014, eu estava junto. No voucher o que que acontece, eles pegaram, nós temos um modelo aqui, nós vamos implantar aqui, mas eles não discutiram, por exemplo você não tem os guias, você não tem o cadastro dos guias, você não tem a legislação que estabelece que cada grupo de 9 pessoas você tem que sair com o guia, você não estabelece que para fazer passeios o veículo tem que estar cadastrado, não existe uma fiscalização. Então assim, existe o voucher, mas como o Vinicius falou, o que está sendo feito com o recurso ou que está sendo feito com as informações, quais são essas informações. Criamos o voucher, então se você colocar depois o que acontece em Bonito [...] é outra realidade. Existe o voucher, mas ele não funciona, dentro das tramas que você perguntou não existe isso, não tem o guia, aqui as agências contribuem, mas enquanto articulação, a forma como ele teria que funcionar não funciona.*

*Professor 1: É bem por aí que a Simone está falando, porque muitas agências que a gente tem contato para fazer entrevista, questionário, inclusão dos alunos, eles nos perguntam também, ah a universidade tem os dados e tudo mais, porque a gente enquanto empresa que paga, eles pagam, eles cobram isso dos turistas, eles não têm esse feedback, a própria empresa que paga não tem ideia do que é feito, esses dados não retornam para eles. Quer dizer, o cara está pagando e para ele não voltou, olha, vocês com o turista, sei lá de fora, vocês estão trazendo turista só de Teresina, não está falando investimento aí para fazer propaganda ali em Fortaleza. Olha esse dado que pode ajudar as empresas. Eles que são os que mais, talvez até mais do que a gente de instituição, as empresas são as maiores interessadas, que acabou impactando a atividade deles, né, é 2,00, alguns cobram a parte outros cobram dentro do preço. Porque as vezes o turista reclama, ah por que está esse valor, ah é a taxa de turismo do passeio, outras já cobram por fora, é esse valor aqui, mas tem mais*

esses 2,00 aqui para você pagar [...]. O John (secretario de turismo de Ilha Grande) quer marcar uma reunião com o nosso curso, que inclusive três secretários são ex-alunos nossos, só o de Parnaíba que não. E acho que a única de fato que procurou a gente foi a Andreia Geiza, que nem é da região, né, ela é de Piripiri, inclusive entrou em contato com a Simone e está resolvendo umas coisas lá. Mas tudo que a Simone está falando é verdade, não tem só percebido, mas que a gente tem também o relato de quem também faz parte dos atores desse território. O voucher é interessante, é importante, é, mas não está funcionando como deveria. A única ação que tem, em termos de continuidade é essa, tem um ano e meio já, quase 2 anos, ela não está funcionando como a gente imaginava que seria, inclusive com o apoio da própria instituição, inclusive em reuniões com o Sebrae, apoiamos, dissemos que é importante, então assim, interessante a gente ver como está esse retorno. De fato, a gente já fez vários documentos, eu como coordenador, o Rodrigo como coordenador antes de mim, antes mesmo do voucher começar, a gente já estava pedindo para participar dessas ações, para ajudar eles, a gente não estava querendo esses dados para qualquer coisa, a gente está querendo esses dados para ajudar, contribuir de alguma forma, mas não, é o mínimo que eles dão [...], a gente não tem nada de profundidade, mas é isso. Pensar estratégias de marketing a partir desses dados.

**Pergunta 3: Como se identificam as relações entre as associações e as agências de turismo na APA Delta do Parnaíba?**

Professor 2: Não existe essa articulação, infelizmente as agências elas fazem os passeios, mas elas não vão parar no Trançados da Ilha, que é uma das principais, do bordado de Ilha Grande, acho que tem uma agência só, acho que para lá na Ilha Grande, nas rendeiras, na renda de bilro, só tem uma agência que para lá, na .... eles não param, no Barro Vermelho que produz a cerâmica, eles não param. As agências elas não vão levar o turista, por exemplo Ilha Grande não tem uma grande estrutura, vai ter um ou dois restaurantes, mas se você agendar para comer uma corda do caranguejo, mas elas não têm aquele contato. As agências especificamente elas servem para transporte do fluxo, elas fazem o fluxo Parnaíba a Ilha Grande ao portal de entrada e Ilha Grande fica com absolutamente nada. Você não ter ali as agências, por exemplo, para fazer um city tour constituído dentro da própria agência, entendeu. Por exemplo eles não pagam um guia para fazer isso, se você quiser fazer eles

*indicam uma pessoa ou outra, tem a Adriana é umas das únicas guias formadas que tem lá. Mas eles indicam, não a agência em si não comercializa o city tour, nenhuma parada nas associações. Basicamente, [...] eu vejo a mínima a relação e a articulação entre as agências e as associações.*

*Professor 1: Eu vou falar aqui para a área da nossa região, eu vou também com algumas pesquisas que a gente tem recebido nacionalmente. É nacional essa questão e o Piauí só reforça isso, só mostra algumas questões, um ou outro local. Eu sei que Santa Catarina tem trabalhado muito forte essa questão, algumas ações no Ceará, algumas ações no Rio Grande do Norte também, mas pontual. Mas na nossa região aqui, no litoral do Piauí, isso que a Simone falou é fato sabe, eu acho que a gente enquanto Universidade vem tratando isso já desde 2006 quando o curso foi criado, o curso foi criado justamente para pensar isso sobre como o território, a região pode se apropriar, pode se beneficiar da atividade e que as pessoas não venham de fora fazendo de qualquer jeito. Mas quantas vezes eu já não participei de reuniões, quantas e quantas vezes eu já participei de reuniões, que diziam muitos empresários que eu já estou há 30 anos no ramo, quem é você para vim falar para mim o que eu tenho que fazer. Então as próprias reuniões que a gente participava no Sebrae, eu cansei de ouvir assim, ah eu só preciso de vocês com pessoas com vagas de estágio, quer dizer, a gente vê uma ou outra ação que é importante salientar sabe, a gente tem o pessoal, o Keynisson, ele criou a agência dele, o hostel dele, ele teve a preocupação em trabalhar com as pessoas da localidade e valorizar essas pessoas, só que o público dele é muito restrito. As vezes uma ou outra empresa faça isso, mas a imensa maioria não tem essa relação. Então é o cara que não é índio, faz que é índio no Delta, que é explorado, isso é uma questão muito importante, a exploração territorial, a exploração da atividade, não é desenvolvimento, não é planejamento, não é organização. Então assim, de certo modo que a gente tem uma ou outra, exemplo que a gente pode encher a boca para falar do Brasil, muito raro isso. É muito raro isso, que a gente pode falar, mas é por quê? Porque a grande maioria das pessoas que trabalham com esse tipo de empresa eles veem o turismo como um fim e não como um meio. A comunidade, ela ver como um meio de sobrevivência, de ganhar, um meio de trabalhar e não como um fim. Então eu acho que é uma visão que a universidade*

também tem, a universidade ver o turismo como um meio de desenvolvimento, meio de educação, meio de promoção, meio enfim, de tantas outras coisas que a gente tem. E, se não o curso estaria igual ao curso de econômica, por exemplo, como qualquer outro curso que tenha uma visão mais microeconômica. Então a gente não tem uma visão holística. Desde o começo do que a gente está falando aqui é muita reflexão do que a gente tem feito no curso de turismo, é uma crítica que muitas vezes nós nos fazemos enquanto curso, que a gente tem muito a visão holística, mas a gente não leva isso, para quem, para quem deveria abrir o olho, que são os empresários. Então a gente fica muito pesquisando, trabalhando com as comunidades, mas a gente não faz com quem tem a grana aqui, o contato, que não explora o território para ver o que de fato existem ali potenciais pessoas para trabalhar, potenciais pessoas para valorizar. Então eu faço meia culpa, de que isso também está na formação, eu acho que muitos dos nossos cursos, principalmente os cursos de turismo, eles têm uma visão muito linda, muito utópica, mas na prática a gente não tem consegue implementar isso. Então talvez seja um reflexo do território, mas eu acho que isso é muito claro isso que a Simone trouxe é a pura verdade. E acho que era a minha contribuição maior era essa sabe, a gente tem exemplos tem, mas isso é um reflexo também nacional de um turismo, com políticas públicas. O Ministério do Turismo foi criado em 2002, insistiu na visão de que poderia mudar, mudou em algumas ações, quando a gente começa a pensar a regionalização, a exigir dos conselhos municipais de turismo para ter verba federal. A ideia foi muito boa, mas a forma de implementação também passava pelos empresários, e aí o dinheiro entrou na jogada, o ser humano é o pior bicho que existe, é isso. Apareceu sim, mas não com tanta, a gente imaginou que fosse ter mais sabe, eu acho. Quando a gente foi fazer a pesquisa, a gente acho que esse embate, esse impacto fosse ser maior, mas o que a gente percebeu a necessidade do empreendedorismo e da gestão foi maior, do que propriamente a questão do que o embate da falta da cumplicidade, vamos dizer assim, de quem está sofrendo impacto. A gente viu em alguns relatos, mas não tanto, e de fato isso é verdade que você está falando.

Professor 2: Aqui na verdade, quantas agências tem Rita? Também existe a questão de que existe pouquíssimas agências, e outra questão, dentro da rota existe uma disputa entre as agências, por exemplo, as agências pega o turista lá em Jericoacoara, traz para o Delta, faz o passeio no Delta e vai embora. Então não tem nem

*conhecimento de associação, nem conhecimento dos pobres. Tem essa relação também. São pouquíssimas agências.*

*Professor 1: Poucas agências estão no Cadastur, mas por conta do repasse do ministério há a corrida do pessoal para fazer o cadastro para receber o recurso. Essa é uma questão importante também. Mas o que a Simone falou é verdade, se eu não me engano, o levantamento que a gente fez, acho que foi em 2016, eram 16 empresas de receptivo, cadastradas e que tinham alguma vinculação com o Sebrae. Tinham outras, mas elas meio que assim era em porta de loja, é uma empresa, mas não é uma empresa, não tinham Cadastur, não estavam vinculadas ao Sebrae. Aliás a gente tem muitas empresas assim, tem muitas aí que estão fazendo a função, mas não tem empresa constituída fisicamente. A gente tem uns três ou quatro que fazem o serviço sem espaço físico. Isso que a Simone falou, que o Milton falou é notório Rita, são poucas as empresas no Piauí, e isso que a Simone falou é muito relevante, o nosso território ele é pequeno, então um passeio de Jericoacoara para Parnaíba para ir ao Delta é 3 horas, com a estrada boa, assim. Infelizmente em 2019 eu estava indo muito a Fortaleza, eu praticamente demorava quatro horas para ir de Camocim até Jericoacoara, por causa de buraco, não tinha estrada mais, o carro cabia em um buraco.*

*Professor 3: Complementando que o que o Milton falou é na verdade nada mais é do um entreposto do capital burguês [...], a noção da mais valia aqui da nossa região que simplesmente, nós temos o capital burguês nacional, mas também principalmente o internacional também gente, há um avanço muito grande, aumento desse [...] burguês, em território aqui, protegido inclusive. Olhe que absurdo gente, unidade de uso sustentável, colocar um privatista dentro de unidade de usos sustentável, isso é um absurdo. Realmente me preocupa, cada vez mais há um descolamento maior por parte desses proprietários, vamos dizer assim, eles vão se distanciando cada vez da atividade, extraindo o mais valor da região e alimentando o capital internacional. Eu só vejo aquilo que o André comentou né, e vou nesse sentido, só há uma relação de exploração, me desculpa a sinceridade, mas é porque uma empresa que vá, uma embarcação que coloca um cara lá para se sujar de lama, se passar de um catador de caranguejo, gente aquilo ali é um absurdo. Você vai conversar com as pessoas nas comunidades tradicionais, tu achas que o jovem vai querer ser catador de caranguejo*

*depois dele ver uma cena ridícula daquela, que o catador é simplesmente aquele que não sabe do que falar. Só para finalizar meu raciocínio que eu falava da embarcação que me tocou muito realmente, quando eu estive dentro da Resex e os jovens me falando isso, que para eles era algo assim muito ruim ver uma pessoa representando uma atividade tão importante para a região, que alimenta grandes capitais, Fortaleza e outras regiões do Nordeste, o caranguejo que sai daqui alimenta outras regiões e aí as empresas aqui que representam a atividade turística [...], e o turista no máximo batendo palmas e tirando foto, e o turista gosta de show, gosta dessa encenação toda, exatamente a espetacularização, aí você imagina quando você está com um jovem falando, eu não quero mais ser catador de caranguejo, porque ele não quer ser taxado de sujo, que não sabe nem falar, que é o que mostra. Eu já ouvi da boca de comunitários que passaram na frente da agência e falaram que isso é um absurdo o que vocês estão fazendo, assim, colocando lá embaixo nossa principal função aqui na região que é a cata do caranguejo. Então assim, realmente, eu só vejo essa relação de aproveitamento e de exploração, não encontro outro caminho assim. Discutir isso, não sei se você chega a discutir essa questão dos capitais nacionais e estrangeiros, mas eu noto assim uma preocupação dentro da APA, esse avanço do capital estrangeiro nesse território da APA, e assim é o faz de conta, eles vendem um modelo de um projeto lindo e maravilhoso de desenvolvimento da comunidade, mas aquilo ali é só para transferir para o capital, trabalhar o capital burguês. É isso que eu vejo, para salvar os grandes.*